

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA
INTERNACIONAL

DOS PAÍSES BAIXOS ÀS PROVÍNCIAS UNIDAS: PROJEÇÃO DE PODER E
RIQUEZA NO CONTEXTO DE MÚLTIPLAS E RECORRENTES LUTAS

FÁBIO DE ARAÚJO COSTA LIMA

RIO DE JANEIRO

2016

FÁBIO DE ARAÚJO COSTA LIMA

DOS PAÍSES BAIXOS ÀS PROVÍNCIAS UNIDAS: PROJEÇÃO DE PODER E
RIQUEZA NO CONTEXTO DE MÚLTIPLAS E RECORRENTES LUTAS

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de MESTRE em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Medici Metri

RIO DE JANEIRO

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

L732 Lima, Fábio de Araujo Costa.

Dos Países Baixos às Províncias Unidas : projeção de poder e riqueza no contexto de múltiplas e recorrentes lutas / Fábio de Araujo Costa Lima. --2016.

140 f. ; 31 cm.

Orientador: Mauricio Medici Metri.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2016.

Referências: f. 137-140.

1. Países Baixos - História. 2. Províncias Unidas. 3. Poder. 4. Lutas e Guerras. I. Metri, Mauricio Medici, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

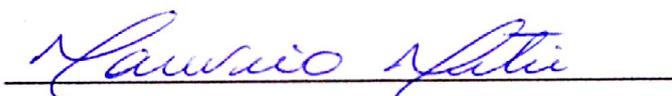
CDD 949

FÁBIO DE ARAÚJO COSTA LIMA

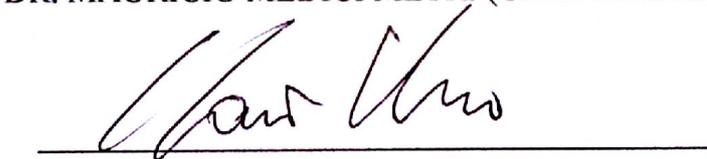
DOS PAÍSES BAIXOS ÀS PROVÍNCIAS UNIDAS: PROJEÇÃO DE PODER E
RIQUEZA NO CONTEXTO DE MÚLTIPLAS E RECORRENTES LUTAS

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do
Instituto de Economia da Universidade Federal
do Rio de Janeiro como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de MESTRE
em Economia Política Internacional.

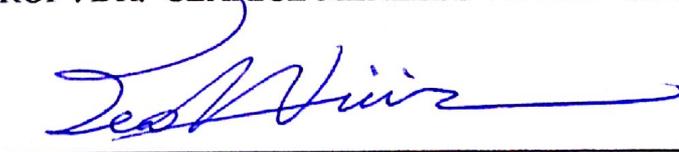
Aprovada em: 29-01-2016



PROF. DR. MAURICIO MÉDICI METRI (ORIENTADOR) - UFRJ



PROF^a. DR.^a CLARICE MENEZES VIEIRA - UFRJ



PROF. DR. PEDRO ANTONIO VIEIRA - UFSC

RIO DE JANEIRO

2016

Aos meus pais e mães biológicos e de coração que sempre me apoiaram: Flavio (in memoriam), Dionísia, Rita e Bert.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, em especial, ao meu orientador Professor Mauricio Metri pela orientação, diálogo e acompanhamento durante todo esse período.

Ao programa pioneiro de Economia Política Internacional da UFRJ pelos conhecimentos adquiridos ao longo do curso e vivências. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior (CAPES), sem a qual esse mestrado não teria sido possível. Aos meus professores do PEPI por todas as trocas e conversas que de alguma forma colaboraram para engrandecer essa dissertação. Em especial gostaria de saudar a professora Maria da Conceição Tavares pela sua importância histórica, teórica, institucional na construção do PEPI e pelo legado intelectual que nos deixa. Meus cumprimentos ao professor Fiori pela vigor, pioneirismo intelectual e pensamento crítico. Ao professor Daniel Barreiros pelas aulas instigantes e a sua dedicação enquanto coordenador do PEPI. Aos meus colegas do PEPI e em especial Carol, Rafael Andreoni e Rafael Diniz, por todas as conversas, trocas, experiências e vivências. Aos colegas e amigos da salinha 240, em especial Nina e Joana.

Aos professores que aceitaram fazer parte da minha Banca de Defesa, Professora Clarisse Vieira, Professor Eduardo Crespo, Professor Eduardo Bastian e o Professor Pedro Vieira.

Aos meus pais, Dionísia e Flávio pela vida, carinho, amor, por tudo. Aos meus pais de coração, Rita e Bert, pelo amor e conselhos.

Ao PSOL e Circulo da Ideia e da Ideologia por me ajudar a acreditar, continuar acreditando e lutar por um mundo melhor realmente para todas e todos.

Aos meus colegas, conhecidos e amigos que ajudaram de alguma maneira na escrita deste trabalho. Aos amigos e familiares que ajudaram diretamente na escrita ou no longo e difícil processo para completar o mestrado, gostaria de citar alguns em especial pelas múltiplas contribuições: Tio Rita e família, Tio Augusto e família, Palloma Menezes e família, Lula Jardim e família, Patrícia Vasconcellos, Lucas Caramis, Mercedes Duarte, Joana Schroeder, Vinicius Santiago, Ciro Becker, Gilmar, Tiago Costa. A todos os amigos e amigas e familiares que contribuíram com a compra de um novo computador quando o meu anterior tinha sido roubado. Sem vocês teria sido muito mais difícil.

‘Só a luta muda a vida’.

Tarcísio Motta

Lima, Fábio de Araujo Costa Lima. Dos Países Baixos às Províncias Unidas: Projeção de Poder e Riqueza no Contexto de Múltiplas e Recorrentes Lutas. Dissertação de Mestrado em Economia Política Internacional. UFRJ 2016.

RESUMO

Este trabalho propõe uma leitura complementar a das análises centradas nos aspectos econômicos da ‘Idade de Ouro’ neerlandesa dos séculos XVI-XVII. O objetivo deste trabalho é investigar o papel das disputas, entre as unidades político-territoriais europeias durante o período de 1515-1648, para a ascensão das Províncias Unidas a um espaço político-territorial autônomo e, desse modo, a uma posição de destaque no comércio intraeuropeu e de longa distância. Nesses processos as guerras ocuparam um papel fundamental tanto para a emancipação das Províncias Unidas do Império Habsburgo como para a manutenção e expansão de suas posições no jogo do comércio internacional. Além do mais, privilegiar a trajetória das lutas de independência neerlandesa em interação com as rivalidades europeias se impõe à luz da consideração da inserção dos Habsburgos em diferentes tabuleiros de guerra, limitando suas tentativas de sufocar a Revolta ‘Neerlandesa’, principalmente em suas duas primeiras décadas, o que foi chamado neste trabalho de os ‘Vinte e Dois Anos Críticos’ (1568-1590). Mesmo depois desse período as guerras de independência mantiveram uma conexão íntima com as disputas europeias por poder. A perspectiva teórica a nortear a investigação baseia-se, fundamentalmente, na teoria do ‘Poder Global’ cujo foco primordial são as lutas e as relações por poder entre distintas unidades políticas econômicas- territoriais em âmbito global.

PALAVRAS-CHAVE: PAÍSES BAIXOS; PROVÍNCIAS UNIDAS; LUTAS, PODER; GUERRAS; ENTREPOSTO COMERCIAL; ESPANHA; FRANÇA, INGLATERRA.

Lima, Fábio de Araujo Costa Lima. From the Low Countries to the United Provinces: Projection of Power and Wealth in the Context of Multiple and Recurrent Struggles. Msc. Dissertation, International Political Economy. UFRJ 2016.

ABSTRACT

This dissertation offers a complementary reading concerning the analyses that are focused on the economic aspects of Netherlands' 'Golden Age' in the sixteenth and seventeenth centuries. The purpose of this research is to investigate the role played by the struggles between European political-territorial units during the historical period from 1515 to 1648 in the rise of the United Provinces as an autonomous political-territorial space and, in this sense, its ascent to a prominent position in intra-European and long distance trade. In those processes, war has played a key role in the emancipation of the United Provinces from the Habsburg Empire as well as in the maintenance and expansion of its positions in the international trade arena. Furthermore, to privilege the trajectory of Netherlands' struggles for independence in interaction with the European rivalries is fundamental for this analysis, in light of the Habsburgs presence in various war boards, limiting their attempts to choke Netherlands' Revolt, especially in its first two decades, which has been called here the 'Twenty Two Critical Years' (1568-1590). Even after this period, the independence struggles have maintained an intimate relation to the European power struggles. The theoretical perspective that guides this investigation is primarily based on 'Global Power' theory whose main focus are the relations and struggles for power among different political-economic-territorial units in the global stage.

KEYWORDS: LOW COUNTRIES; UNITED PROVINCES; POWER STRUGGLES; WAR; TRADING POST; SPAIN; FRANCE; ENGLAND.

Lista de Siglas e Abreviações

PEPI – Programa de Economia Política Internacional.

EPI – Economia Política Internacional.

EPSM – Economia Política dos Sistemas-Mundo.

ASM – Análises dos Sistemas-Mundo.

VOC – Companhia das Índias Orientais Neerlandesa.

CMEC – Civilização Material, Economia de Mercado e Capitalismo.

Listas de Mapas

Mapa 1: Países Baixos, seus principais rios e áreas reclamadas do mar, rios estuários e lagos nos ‘tempos modernos e medievais’..... 24

Mapa 2: Zona marítima do norte dos Países Baixos *durante ‘the early modern times’*..26

Mapa 3: Posses e domínios de Carlos V em 1519.....39

Mapa 4: As províncias dos Países Baixos no reinado de Carlos V..... 43

Mapa 5: A expulsão espanhola das vias navegáveis e rotas neerlandesas para a Alemanha, 1590-1602..... 78

Mapa 6: Anel defensivo neerlandês durante a ‘Trégua de Doze Anos’ (1609-1621)....94

Mapa 7: O império neerlandês no seu auge por volta de 1688.....95

Mapa 8 : O bloqueio neerlandês do Escalda (*Scheldt*) e os portos marítimos flamengos, 1621- 1647..... 115

Mapa 9: ‘Brasil holandês’ no seu auge por volta de 1640.....121

Lista de Tabela

Tabela 1: Viagens de Amsterdam para a Península Ibérica, 1597-1602 (tabela 3.3 no original). Viagens direta da Península Ibérica para o Báltico, 1595-1609 (Tabela 3.4 no original)..... 89

Sumário

INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1. Breves Diálogos: Arrighi e Braudel	11
1.1. O ‘Ciclo Sistêmico de Acumulação Holandês’ de Giovanni Arrighi	11
1.2. A ‘Economia-Mundo’ neerlandesa de Fernand Braudel	17
Capítulo 2. História dos Países Baixos Antes das Lutas de Independência e os ‘Vinte e Dois Anos Críticos’ (1568-1590)	22
2.1. Pré-História dos Países Baixos	22
2.2. Países Baixos sob Carlos V, Conflitos Europeus, Revolta e Guerras de Independência Neerlandesas, Supremacia Comercial (1515-1590)	38
2.2.1. Consolidação Territorial nos Países Baixos (1516 – 1559) e Guerras Valois- Habsburgo	42
2.2.2. Dinamarca, Báltico, Países Baixos, Guerra e Interesses	52
2.2.3. Habsburgos, Países Baixos e o Contexto de Rivalidades Europeias	53
2.2.4. Desvio de Foco Militar das Guerras Valois-Habsburgos e as Relações entre as Províncias dos Países Baixos e os Habsburgos	59
2.2.5. Fim das Guerras Valois e Habsburgos e o Percurso Para a Revolta Neerlandesa	62
2.3. ‘Vinte e Dois Anos Críticos’ (1570-1590), Envolvimentos Externos e Advento da Primeira Fase da Supremacia Neerlandesa no Comércio Mundial	68
Capítulo 3. Guerras e a Primeira Fase da Supremacia Neerlandesa no Comércio Mundial (1590-1609)	73
3.1. Ponto de inflexão (1590 – 1597).....	73
3.2. Das Mudanças na Conjuntura Geopolítica Europeia (1597-8) a 1609	85
Capítulo 4. ‘Trégua de Doze Anos’ e a Segunda Fase da Supremacia Neerlandesa no Comércio Mundial (1609 – 1621).	93
Capítulo 5. Retomada dos Conflitos e a Terceira Fase da Neerlandesa no Comércio Mundial (1621 – 1647)	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	137

INTRODUÇÃO

Há uma vasta bibliografia sobre o papel que as Províncias Unidas e a ‘Holanda’¹ ocuparam no cenário internacional e no processo de ascensão do capitalismo. Em Karl Marx (1965), no volume I do *Capital*, é conferido um lugar de significado à experiência neerlandesa quando se afirma, por exemplo, que “*different moment of primitive accumulation distribute themselves (...), more or less in chronological order, particularly over Spain, Portugal, Holland, France and England*” (1965, p.534).

Apesar de considerações divergentes sobre a sociedade neerlandesa e o lugar do caso neerlandês no debate a respeito da transição do feudalismo para o capitalismo, Adam Smith e Marx convergem, em Brandon (2011), acerca da ideia de que o comércio foi a origem da ‘Idade de Ouro’ neerlandesa mesmo que eles enfatizem de forma diferente a importância dos produtos coloniais de luxo e o transporte de produtos europeus a granel de baixo valor agregado. Seja como for, a questão central é que ambos concordam com o fato de que houve uma ‘Idade de Ouro’ das Províncias Unidas na história do capitalismo.

Em Heckscher (1935 *apud* ISRAEL, 1989), no livro sobre mercantilismo, afirma-se: “*Netherlands were the most hated, and yet the most admired and envied commercial nation of the seventeenth century*” (HECKSCHER, 1935, p.351 *apud* ISRAEL, 1989, p.13). Em Braudel (1987, p.32; 2009), Amsterdam também é reconhecido enquanto um ‘centro de gravidade’ e inserido numa série de experiências históricas de lugares e atores que ocuparam a posição de centro econômico de destaque na história mundial. Nessa visão, Amsterdam foi antecedida pelas cidades de Veneza, Antuérpia, Gênova e sucedida pela Inglaterra e Estados Unidos. Defende-se ainda, no volume três da sua trilogia, ‘Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII’ (doravante, CMEC) (2009), que com Amsterdam um fim é posto à “*era das*

¹ É habitual identificar os Países Baixos com a sua parte mais poderosa e próspera, a província da Holanda, onde se localizam, por exemplo, as ‘tradicionais’ seis grandes cidades, Amsterdam, Leiden, Haarlem, Delft, Dordrecht e Gouda. Neste trabalho, será tomado o cuidado de se referir aos territórios em questão de forma a distinguir as províncias do norte dos, outrora, Países Baixos, isto é, da República neerlandesa ou Províncias Unidas, bem como da região norte dos grandes rios *Meuse* e *Rhine*, que se tornou independente do Império Habsburgo, formalmente, com o final da Guerra de Oitenta Anos, em 1648. Desse modo, há que fazer uma distinção entre essa região – que se desenvolveu até o atual Reino dos Países Baixos – e o sul, que continuou sob tutela do império Habsburgo e corresponde hoje grosseiramente à moderna Bélgica e Luxemburgo. Os habitantes desses territórios será, neste trabalho, chamado de neerlandeses e não holandeses (sendo este último usado para designar os moradores da província de Holanda). A União de Utrecht, de 1579, foi o contrato fundador da República das Sete Províncias Unidas (doravante: Províncias Unidas) - Holanda, Zelândia, Drente, Frísia, Guelder, Groningen e Overijssel -, assim como foi chamada a república neerlandesa durante o período que vai de 1579 a 1795.

ciudades de estructura e vocação imperialistas” (2009, p.157). A partir de então as dominações mundiais serão lideradas por Estados e economias nacionais modernos.

De forma similar, nas análises sob a concepção da Economia Política dos Sistemas-Mundo² (doravante, EPSM) as Províncias Unidas são consideradas como um dos três únicos Estados hegemônicos (ao lado da Inglaterra e Estados Unidos) que teriam existido na história da economia-mundo³ capitalista. Em Arrighi (1994), o autor identifica, na história do capitalismo global, quatro ‘ciclos sistêmicos de acumulação’ que foram liderados respectivamente pelos genoveses, holandeses, ingleses e norte-americanos.

No que concerne ainda ao lugar de primazia mundial dos neerlandeses, o historiador Jonathan Israel⁴ afirma que:

Moments of heightened creativity and achievement in numerous fields, in a single region, are undoubtedly rather rare in history. When they do occur, as with classical Athens or Renaissance Florence, it is often striking that the sustained creativity is confined to a remarkably small geographical space. Also, precisely because of their rarity and creative intensity, such golden ages are not easy to appraise in terms of normal historical criteria. To present a comprehensive picture of the Dutch Golden Age is difficult and, inevitably, much remains elusive (...) (ISRAEL, 1995, p. 5).

Pode-se argumentar, então, que há um relativo consenso sobre a posição predominante que os neerlandeses ocuparam nos séculos XVI e, especialmente, na segunda metade do século XVII, na trajetória do sistema econômico internacional. Um outro ponto de convergência diz respeito à conquista, das Províncias Unidas, à condição de entreposto comercial mundial, o qual, conseqüentemente, dominava o comércio intraeuropeu e de longa distância. Em relação à natureza dessa condição de entreposto comercial geral pode se invocar a seguinte passagem:

From the 1590s down to around 1740, for roughly a century and half, the Republic exercised primacy in world shipping and trade and was the central reservoir of goods of every conceivable type. It was the central storehouse

² (e.g. WALLERSTEIN, 2011). Outro termo utilizado para designar (EPSM) é Análise dos Sistemas-Mundos (ASM). EPSM ou ASM pode ser vista como uma escola, linha de pensamento, ou ainda, como faz Wallerstein, como um ‘movimento do saber’. Os três autores de referência básica para (EPSM) e (ASM) são Immanuel Wallerstein, Fernand Braudel e Giovanni Arrighi. Ver, em especial, Wallerstein e seus 4 volumes sobre: *Modern World-System: I,II,III e IV*, ou ainda o livro ‘O Brasil e o Capitalismo Histórico: Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo’ (2012), que é a primeira obra produzida no Brasil completamente dedicada à análise dos Sistemas-Mundo.

³ Economia-Mundo é um conceito chave para os estudiosos do campo da (ASM). Ver (e.g.) Capítulo 1 de Braudel (2009) ou Pedro Vieira, Rosângela Vieira e Felipe Filomeno (2012) .

⁴ Pesquisador inglês e, atualmente, professor de História Europeia Moderna do Instituto de Estudos Avançados de Princeton. Entre outros assuntos, estuda a história moderna neerlandesa, espanhola e o iluminismo.

not only of commodities from all parts of the globe but also of information about them, techniques for storing and processing them, methods for classifying and testing them, and ways of advertising and negotiating them (ISRAEL, 1995, p. 2).

Essa definição pode ser complementada por uma passagem presente em Braudel (2009), que aborda a centralidade do modo de organização do sistema mercantil neerlandês, sustentado por uma rede de interdependências comerciais, para a garantia de sua posição dominante:

Esse sistema de entreposto transforma-se em monopólio. E se os holandeses “são na realidade os transportadores do mundo, os intermediários do comércio, os feitores e os corretores da Europa” (Defoe dixit, 1728), não é, como pensa Le Pottier de la Hestroy, porque “todas as nações concordaram em se submeter a isso”, mas porque não puderam impedi-lo. O sistema holandês se constrói com base no conjunto das interdependências comerciais que, ligadas umas às outras, organizam uma série de canais quase obrigatórios de circulação e redistribuição das mercadorias. Um sistema mantido ao preço de uma atenção constante, de uma política de erradicação de qualquer concorrência, de uma subordinação do conjunto da economia holandesa a esse objetivo essencial (p. 219).

De um modo geral, as leituras convencionais sobre o domínio comercial neerlandês enfatizam, mesmo que de modo sutil, as ‘forças de mercado’ e as ‘dinâmicas econômicas’. Em Brandon (2011), defende-se que a leitura de Adam Smith é utilizada como referência e inspiração para a produção teórica que privilegia perspectivas econômicas da trajetória neerlandesa. Em Smith (1999b, p.76 *apud* BRANDON, 2011, p.111), sustenta-se que os neerlandeses “*not only derives its whole wealth, but a great part of its necessary subsistence, from foreign trade*”.

Em Brandon (2011), reconhece-se que Adam Smith também considera a importância da força militar, mas seria a promoção dos interesses comerciais (de ‘livre comércio’), pelas classes dirigentes, que constituiria o fator de explicação principal da trajetória neerlandesa. A promoção desses interesses se explicaria em razão do fato de os próprios mercadores governarem a república neerlandesa,

The republican form of government seems to be the principal support of the present grandeur of Holland. The owners of great capitals, the great mercantile families, have generally either some direct share or some indirect influence in the administration of that government...the residence of such wealthy people necessarily keeps alive, in spite of all disadvantages, a certain degree of industry in the country (SMITH, 1999b, p.505 *apud* BRANDON, 2011, p. 112).

Em North e Thomas (1973, p. vii *apud* BRANDON, 2011, p. 112), no livro ‘*The Rise of the Western World*’, os autores objetivaram oferecer “*a framework*

consistent with and complementary to standard neo-classical economic theory”. Como em Smith, conforme Brandon (2011), esses dois autores também concebem o comércio como,

The prime mover of the Dutch economy throughout the “early modern period” [e para isso] it is clear that in the Netherlands property rights appropriate for the development of both an efficient product market and a short-term capital market had been created. The influence of those developments...permeated the entire Dutch economy (1973, p.141 apud BRANDON, 2011, p.112-113).

Em oposição a esse tipo de análise, com ênfase em processos econômicos, podem ser contrapostas leituras que privilegiam outros aspectos, sobretudo, os de natureza político-militar, como aparece, por exemplo, nas obras ‘*Dutch Primacy in World Trade 1585-1740*’ e ‘*The Dutch Republic: its Rise, Greatness, and Fall 1477-1806*’, de Jonathan Israel (1989; 1995), e *The Dutch Wars of Independence: Warfare and Commerce in the Netherlands, 1570-1680*, de Marjolein’t Hart (2014). De acordo com Hart (2014, p.7), os corolários das Guerras de Independência Neerlandesa (1568-1648)⁵, isto é, a formação eficiente do Estado e a independência nacional, foram cruciais para a rápida maturação econômica da república neerlandesa. Dentre os motivos apontados pelo autor, é possível destacar que:

Any continuation within the Habsburg imperial system would have forestalled that development by several decades or even centuries. The example of Antwerp demonstrated the injurious effects of warfare dominated by monarchical territorial ambitions: the state bankruptcies disrupted the confidence in capitalist property rights and numerous Antwerp-based entrepreneurs preferred to move their networks to Dutch cities like Amsterdam, Middelburg and Rotterdam (HART, 2014, p.7).

O argumento acima pode ser complementado pela ideia de que, uma vez livre do domínio factual e formal⁶ de Habsburgo, os neerlandeses lograram se desvencilhar da submissão frente ao poder de Habsburgo, bem como utilizar o próprio poder e riqueza para servirem a seus interesses e não àqueles formulados pela antiga autoridade central. Desse modo, faz-se necessário entender como os neerlandeses lograram resistir e ganhar

⁵ Neste trabalho as Guerras de Independência Neerlandesas e as Guerras de Oitenta Anos serão utilizadas como sinônimos.

⁶ Evidentemente, os rebeldes utilizaram seu poder e riqueza no exato momento em que as lutas se iniciaram. Formalmente os neerlandeses foram reconhecidos enquanto uma unidade política independente a partir do final da ‘Guerra de Oitenta Anos’, em 1648. De forma factual, o domínio Habsburgo sobre o norte dos Países Baixos foi se deteriorando a partir do advento da ‘Revolta Neerlandesa’, em 1568, culminando na existência, em 1609, de uma situação de independência de *facto* da república neerlandesa, como defendido amplamente pela literatura.

a guerra contra seu antigo governante. Nesse sentido, colocam-se as perguntas: Como as lutas de independência neerlandesa, contra os espanhóis, se inseriam no tabuleiro de disputas e rivalidades europeias? De que modo as crescentes pressões competitivas, sobretudo entre França, Espanha e Inglaterra, em um contexto de relações sistêmicas no espaço da Europa, conformaram as condições para a trajetória da revolta neerlandesa⁷, bem como a subsequente Guerra de Oitenta Anos (1568-1648), e a conquista da independência neerlandesa factual e formal, em simultaneidade com a construção da sua supremacia comercial e financeira?

Convém ressaltar que as primeiras duas décadas da revolta neerlandesa, período que é chamado neste trabalho de os ‘Vinte e dois Anos Críticos’ (1568-1590), foram marcadas por intensas lutas e dificuldades para os neerlandeses⁸, embora Braudel (2009) tenha afirmado que “*tudo estava resolvido antes de 1585*” (p.189). Em Arrighi (1994), o autor não trata destes primeiros vinte anos críticos, e aborda de forma sumária a influência das disputas e guerras europeias para as lutas de independência neerlandesa. De acordo com uma das discussões feitas no segundo capítulo, baseada em Israel (1989; 1995) e outros autores, não havia nada, ou muito pouco, que indicasse que os territórios em revolta conseguiriam, de fato, se tornar independentes, e muito menos que chegariam a uma ‘Idade de Ouro’.

Desse modo, observa-se, durante todo o período das Guerras de Independência Neerlandesa (1568-1648), em especial, durante as duas primeiras décadas, a centralidade das disputas e guerras europeias na continuação da revolta. Isso acontecia tanto de forma ‘indireta’ - mediante, por exemplo, a atuação dos Habsburgos em vários tabuleiros de disputas, que desviavam assim recursos que poderiam ser mobilizados nos Países Baixos - como de forma direta, como por exemplo, pelos subsídios franceses e ingleses aos rebeldes.

Esse descasamento entre um foco analítico mais econômico e a não consideração, de modo adequado, do contexto de disputas e guerras europeias nos Países Baixos, justificaria a pertinência de se estudar o tema da forma como aqui se

⁷ Este assunto é tratado com mais ênfase no capítulo 2 deste trabalho. Diferentes autores datam a revolta neerlandesa de forma distinta. Alguns utilizam a data mais tradicional de 1568, outros 1570 ou 1572. “*In my view the Dutch revolt was multifaceted; never did ‘the rebels’ constitute a homogenous entity: some revolted for a religious cause, others for more freedom and more power; some for a restoration of their family’s authority, while others just wanted to get rid of the Spanish troops. In fact, ‘the rebels’ harboured many a contradictory strategy. The naming of the war varies too, with historians who study the earlier decades – stopping in 1609 or even before – preferring ‘Dutch Revolt’, while works that include the last phases of the war tend to speak of the ‘Eighty Years Wars’*” (HART, 2014, p.3).

⁸ Ver e.g. em capítulo 2 desta dissertação; em Israel (1989; 1995) ou ainda em Hart (2014).

propõe. Portanto, o objetivo deste trabalho é investigar o papel das disputas entre as unidades político-territoriais europeias, durante os séculos XVI-XVII, na ascensão das Províncias Unidas a um espaço político-territorial autônomo e, deste modo, a uma posição de destaque no comércio intraeuropeu e de longa distância. Em outras palavras, o objetivo aqui é compreender como o contexto geopolítico europeu, entre os anos de 1568 e 1648, condicionou ou criou, em determinados períodos, ‘circunstâncias sistêmicas’⁹ que estiveram relacionadas aos processos de independência das Províncias Unidas e à primazia mercantil neerlandesa. Nesse processo, privilegia-se a análise das lutas de independência neerlandesas contra o Império Habsburgo em interação com o envolvimento direto e/ou indireto de outros atores políticos europeus, tais como França e Inglaterra.

Desse modo, este trabalho não pretende discutir a natureza da supremacia comercial neerlandesa expressa pela condição conquistada de entreposto geral, que resultou no domínio do comércio intraeuropeu e de longa distância. Tal recorte encontra-se presente, de modo magistral, nos trabalhos de Arrighi (1994) e Braudel (2009). O que se pretende aqui é a leitura da trajetória da ascensão das Províncias Unidas a partir do que foi pouco explorado pelos dois autores mencionados acima: os elementos de natureza político-militar, tais como a influência das disputas e guerras europeias no conflito espanhol-neerlandês.

A perspectiva teórica a nortear a investigação baseia-se, fundamentalmente, na ‘Teoria do Poder Global’¹⁰, cujo foco primordial são as lutas e as relações de poder entre distintas unidades políticas-econômicas-territoriais circunscritas, muitas vezes contíguas no âmbito global. Mais especificamente, utiliza-se da perspectiva teórica adotada exclusivamente duas noções: a primeira é a perspectiva realista da centralidade das disputas políticas, e guerras, nas relações internacionais entre autoridades político-territoriais, no caso do objeto deste trabalho, nos séculos XVI e XVII. A segunda é o papel dos resultados dessas disputas políticas e guerras na consolidação de posições estratégicas nas atividades mercantis do período abordado.

⁹ Entendido neste trabalho como as consequências dos atos intencionais e não intencionais dos diversos significantes atores políticos e econômicos que, em especial, os atos ou a negligência de agir dos mais poderosos e prósperos, se relacionam de forma sistêmica no contexto das lutas por poder e riqueza na Economia Política Internacional.

¹⁰ José Luís Fiori foi pioneiro na (UFRJ) no que se refere à origem e desenvolvimento da linha de pesquisa e da perspectiva teórica mencionada, da qual decorreu, embora outros pesquisadores também trabalhem e adotem esta perspectiva. Em todo caso, neste trabalho, nosso diálogo é fundamentalmente com as obras do professor Fiori (2004; 2007 e 2014).

O império Habsburgo estava, no século XVI, tanto submetido a uma pressão competitiva como emanava a mesma pressão no contexto político europeu. Como pode ser observado em Kennedy (1989, capítulo 2), por exemplo, o surgimento do vasto e poderoso império Habsburgo - e a ameaça real e potencial que isso trazia consigo -, bem como a questão da Reforma Protestante combinada com as recorrentes e endêmicas lutas por poder, foram o estopim para que a intensidade dos conflitos e a pressão competitiva aumentassem no tabuleiro europeu. É nesse contexto polarizado, bélico e competitivo, que surgiu um tensionamento nas relações entre o norte dos Países Baixos, que formaria as Províncias Unidas, e uma parte do império Habsburgo e sua antiga autoridade central (i.e., os Habsburgos).

Desses processos longos, marcados por conflitos e tréguas, resultaram a independência factual e formal das Províncias Unidas, assim como sua consolidação e expansão de posições estratégicas no comércio intraeuropeu e de longa distância, o que definiu a república neerlandesa como entreposto comercial (ARRIGHI, 1995; BRAUDEL, 2009; ISRAEL, 1989, 1995). Nesse sentido, pode-se observar que, por um lado, um enfoque realista contribui na configuração e interpretação da dinâmica das disputas europeias. Por outro, a perspectiva do ‘Poder Global’¹¹ nos permite articular os resultados das disputas de poder e posições estratégicas da acumulação acelerada de riqueza, em certa medida, convergindo com o próprio conceito de capitalismo como desenvolvido em Braudel (e.g. 1987; 2009)¹².

Em termos metodológicos, quatro passos serão empreendidos. Em primeiro lugar, serão apresentadas brevemente as leituras sobre a experiência neerlandesa segundo dois autores, Arrighi (1995) e Braudel (2009), estudados no campo da EPI. Pretende-se, dessa forma, demonstrar como importantes obras desses autores para EPI

¹¹ “Em suma, o sistema interestatal capitalista, criado pelos europeus, não foi apenas o produto da expansão dos mercados ou do capital; foi uma criação do poder expansivo de alguns Estados europeus que conquistaram e colonizaram o mundo, durante os cinco séculos em que lutaram, entre si, pela conquista e monopolização de posições de poder e de acumulação de riqueza” (FIORI, 2014, p. 25).

¹² Braudel, em oposição às visões *mainstream*, introduz uma distinção entre economia de mercado e capitalismo. Nessa visão, mais do que não ser a mesma coisa, o capitalismo seria o oposto da economia de mercado, ele é visto como ‘contramercado’ ou, ainda, ‘antimercado’. O capitalismo seria a tentativa de conseguir posições privilegiadas por meio, dentre outros, da deturpação dos processos, ritos, regras padrões (ou não), com o apoio do Estado, objetivando realizar ‘lucros exorbitantes’ (1987; 2009). “O capitalismo não aceita todas as possibilidades de investimento e de progresso que a vida econômica lhe propõe. Vigia constantemente a conjuntura para nela intervir segundo certas direções preferenciais - o que equivale dizer que *sabe e pode* escolher o campo de sua ação. Ora, mais do que a própria escolha - que varia incessantemente, de conjuntura e, conjuntura, de século para século -, é o próprio fato de ter os meios de criar uma estratégia e os meios de modificá-la que define a superioridade capitalista” (BRAUDEL, 2005, p.353).

acentuam um viés econômico sobre o entendimento da trajetória das Províncias Unidas, esvaziando de certa forma o papel das disputas europeias.

Como segundo passo metodológico, será feita uma descrição da singularidade espacial, geográfica e histórica dos Países Baixos nos séculos anteriores à eclosão das lutas contra o império Habsburgo. Trata-se de um exercício que auxilia a posterior reflexão sobre as disputas sistêmicas que envolveram os Países Baixos e outros atores tratados neste trabalho. Tanto as pressões competitivas relativas às guerras, quanto as posições privilegiadas e a inserção das Províncias Unidas nesse contexto, devem ser entendidas com base nas singularidades geográficas, espaciais e na história neerlandesa. O objetivo é de situar, minimamente, os leitores em relação à situação anterior ao período (1515-1648) que será o foco deste trabalho.

O terceiro passo implicará descrever e relacionar, de forma não exaustiva, a natureza sistêmica das relações de poder intraeuropeias, expressas por diferentes tabuleiros geopolíticos, hierarquizados e sobrepostos, que se dispunham diante do imperador Carlos V, como consequência da sua posição enquanto autoridade central destes territórios. Estas disputas são, por exemplo, de ordem interna dos Países Baixos, mas também e, talvez, mais importantes, são as lutas imperiais habsburgas contra franceses, turco-otomanos e a questão protestante na Alemanha.

Os últimos passos implicarão descrever e relacionar também as diferentes lutas europeias sistêmicas por poder, a partir do advento da revolta neerlandesa (1568) e das Guerras de Independência Neerlandesas (1568-1648), contra Espanha, combinado da intervenção da França, Inglaterra (e outros atores secundários) nesses conflitos. Com isso, pretende-se apreender a importância dessas lutas e envolvimentos externos para a trajetória específica trilhada pelos neerlandeses. O recorte temporal adotado a partir do terceiro capítulo até o quinto segue a cronologia do historiador Jonathan Israel (1989)¹³

¹³ O historiador Jonathan Israel identifica nos anos por volta de 1590 (assim como também o fazem, de um modo ou de outro, Braudel, Hart, Tracy e outros) um divisor de águas, e localiza, nesse ano, o início da chamada Primeira Fase (que terminaria em 1609), a qual correspondeu, dentre outras coisas, à suspensão do segundo embargo espanhol contra os neerlandeses, que durou de 1598-1608. Israel escreveu um influente e inovador livro (i.e., *“Dutch Primacy in World Trade: 1585: 1740”* 1989), no qual ele argumenta detalhadamente que a construção da supremacia neerlandesa no comércio mundial se constituiu a partir de sete fases. Israel parece ser o primeiro a escrever um estudo desse tipo e profundidade, sobre a construção da supremacia neerlandesa no comércio mundial. Ele deixa bem claro no prefácio do seu livro que não está analisando a economia neerlandesa como um todo, mas especificamente o sistema de comércio ultramarino neerlandês e o seu impacto no mundo. Dessa forma, o livro *“tries to explain the nature of the Dutch world entrepot, how it functioned and the stages through which it evolved, and to emphasize the fundamental interaction between the different strands of Dutch trade with widely diverse parts of the globe”* (ISRAEL, 1989, p.IX). A Primeira Fase na construção da supremacia comercial neerlandesa vai de 1590-1609, a Segunda Fase de 1609-1621, a Terceira seria de

para a construção em fases da supremacia neerlandesa no comércio mundial. Nota-se que essas fases estão, como será demonstrado, conectadas com as lutas intraeuropeias por poder e seus desdobramentos. Como ponto de chegada da pesquisa adota-se o ano de 1648 por ser o ano da conquista formal das Províncias Unidas com o fim tanto da ‘Guerra de Oitenta Anos’ (1568-1648) como da ‘Guerra de Trinta Anos’ (1618-1648)¹⁴. Dessa forma, o recorte temporal e a perspectiva teórica adotada neste trabalho se encontram em harmonia.

O trabalho está dividido em cinco capítulos para além desta introdução e das considerações finais. O capítulo 1 se dedica a um diálogo breve e construtivo com as visões acerca da trajetória neerlandesa, como presentes nas obras do ‘Longo Século XX’ (ARRIGHI, 1995) e no volume três da trilogia da ‘Civilização Material, Economia de Mercado e Capitalismo: XV-XVII’ (BRAUDEL, 2009).

O capítulo 2 trata da história dos Países Baixos antes das lutas de independência e do período que foi chamado neste trabalho de os ‘Vinte e Dois Anos críticos’ (1568-1590). A primeira seção deste capítulo oferece um panorama histórico de alguns desenvolvimentos políticos e econômicos, centrados nos Países Baixos, em geral, e na província holandesa, em especial. A segunda seção do capítulo 2 começa a partir do advento de Carlos V (1515), como soberano dos Países Baixos, e o seu posterior desenvolvimento enquanto imperador Habsburgo. Como se sabe, não havia, desde Carlos Magno, setecentos anos antes, uma unidade política tão poderosa e próspera com chances factíveis de dominar a Europa. Esta razão fundamenta a escolha deste período como ponto de partida da pesquisa empreendida. Segue-se à abdicação de Carlos V, uma paz relativamente longa com a França que se viu imersa em instabilidades internas e intensas, bem como a eclosão da Revolta neerlandesa. A terceira seção deste capítulo trata, de forma resumida e articulada, a interação entre a Revolta; as Guerras de Independência neerlandesa; os ‘Vinte e Dois Anos Críticos’ (1568-1590) e o crucial envolvimento externo, durante todo este período, na continuação da revolta e na culminação do advento da Primeira Fase da supremacia neerlandesa no comércio mundial (1590).

1621-1647, a Quarta, que também foi do apogeu comercial, vai de 1647-1672, a Quinta de 1672-1700, a Sexta de 1700-1713 e a Sétima e também fase de desintegração de 1713-40. Essas fases se relacionam diretamente com fatores geopolítico. No total serão três embargos comerciais espanhóis contra os neerlandeses: Primeiro Embargo (1585-1590), Segundo Embargo (1598-1609) e o Terceiro Embargo (1621-48).

¹⁴ Neste trabalho a ‘Guerra de Trinta Anos’ não é tratada de forma direta e sistemática. No entanto, algumas lutas referentes a essas guerras, que se relacionaram diretamente com as guerras de independência neerlandesas, são abordadas.

O capítulo 3 demonstra como se dá o ponto de inflexão na situação dos rebeldes, que culminou no advento da Primeira Fase da supremacia neerlandesa (1590-1609) no comércio mundial. O ponto central dessa inflexão foram as decisões, eventos e seus desdobramentos, predominantemente, relacionados às lutas sistêmicas europeias por poder e, dado este contexto, a capacidade dos neerlandeses em, tanto se aproveitar das vantagens obtidas destas circunstâncias favoráveis, como de empreender ações que visassem melhorar as suas posições já estabelecidas ou mitigar eventuais ações que os prejudicassem.

O capítulo 4 discute algumas considerações que levaram espanhóis e neerlandeses à ‘Trégua de Doze Anos’ (1609-1621) e determinadas consequências que seguiram a trégua. A suspensão do conflito espanhol-neerlandês inaugura a Segunda Fase do entreposto geral neerlandês. Nota-se que, do ponto de vista dos neerlandeses, essa Segunda Fase (1609-1621), como todas as outras, tem perdedores e ganhadores específicos. Além do mais, se considera a ação neerlandesa em dois tabuleiros de conflito: um no Báltico e outro na crise de sucessão de *Julich* em 1609.

O capítulo 5 discorre sobre a Terceira Fase da supremacia comercial neerlandesa (1621-1647), inaugurada a partir da não renovação da ‘Trégua de Doze Anos’, e a respeito de seu resultado: a retomada dos conflitos entre espanhóis e neerlandeses. Como em outras seções, é dada atenção à influência da variável das lutas sistêmicas por poder em alguns tabuleiros europeus em interação com as rivalidades entre espanhóis e neerlandeses. Neste contexto, considera-se brevemente o tabuleiro geopolítico alemão, o conflito franco-espanhol sobre Mântua (1628-31), um caso no Báltico e a aliança franco-neerlandesa contra os espanhóis (1635). Também como em outras ocasiões, dedicam-se esforços a descrever sucintamente as consequências gerais da retomada dos conflitos espanhol-neerlandeses para o entreposto comercial deste último.

Capítulo 1. Breves diálogos: Giovanni Arrighi e Fernand Braudel

Este capítulo faz um breve diálogo com duas obras, sobre a trajetória neerlandesa, muito estudadas no campo da Economia Política Internacional, tratadas nas duas seções que compõe este capítulo: a primeira faz referência à obra ‘Longo Século XX’, de Giovanni Arrighi (1995) e a segunda seção trata do terceiro volume da ‘Civilização Material, Economia de Mercado e Capitalismo: XV-XVII’, de Fernand Braudel (2009). O objetivo é apresentar a trajetória neerlandesa como exposta nestas obras, e demonstrar como essas leituras enfatizam um entendimento mais econômico desses processos, esvaziando, de certa forma, o papel direto e indireto das rivalidades europeias, tanto na continuação da revolta, nos seus ‘Vinte e Dois Anos Críticos’ (1568-1590), como na conquista da independência factual e formal (1648) neerlandesa.

1.1 - O ‘Ciclo Sistêmico de Acumulação Holandês’ de Giovanni Arrighi

Em Arrighi (1995) segue a visão mais tradicional e estabelecida, também defendida em Braudel (2009), ao compreender o domínio do abastecimento de suprimentos navais e de grãos oriundos do Báltico como a fundamental fonte de poder e riqueza dos neerlandeses. Esse comércio com o Báltico convencionou-se chamar de ‘*moeder commercie*’, isto é, ‘comércio mãe’, para ilustrar a característica originária e basilar do mesmo. Ainda em relação a essa questão da origem, em Arrighi (1995) é traçado um paralelo - por meio de uma descrição metafórica do historiador medieval Pirenne - entre a maneira como o capitalismo se desenvolveu na Itália, três séculos antes, e como os mercadores neerlandeses se tornaram líderes dos processos de acumulação de capital: “*deixar-se levar pelo vento que estivesse soprando e {aprender} a manobrar suas velas de modo a tirar proveito dele*” (apud ARRIGHI, 1995, p.136).

Ademais, ousadia, coragem e espírito de iniciativa, segundo Pirenne (apud ARRIGHI, 1995, p. 136-7), são também elementos necessários para fazer com que a empreitada seja bem-sucedida, assim como a importância de se estar no lugar e no momento certo, acrescenta-se em Arrighi (1995, p.137). O ‘vento’, elemento

metafórico, seria sempre o resultado de ‘circunstâncias sistêmica’¹⁵ que no caso dos neerlandeses expressou-se

(...) num desequilíbrio temporal e espacial entre a demanda e a oferta de grãos e suprimentos navais na economia mundial europeia como um todo. Durante a maior parte do século XVI e na primeira metade do século XVII, a demanda foi grande e cresceu rapidamente, sobretudo no Ocidente, graças ao influxo da prata americana e à escalada da luta pelo poder, por terra e por mar, entre os Estados da costa do Atlântico. [Cuja oferta], (...) passou a se concentrar na região do Báltico (IDEM).

Os negociantes neerlandeses estariam, em especial, bem posicionados para se aproveitarem desse ‘vento’, como consequência da sua tradição de navegação; transporte de produtos a granel - principalmente, pelos litorais dos mares do Norte -; sua tradição pesqueira e a derrocada precedente da Liga Hanseática. A intervenção no Báltico, e o domínio rigoroso dos suprimentos de lá oriundos, fez com que, como narrado em Arrighi (1995), os neerlandeses, durante o século XVI, passassem a dominar o que veio a ser o mercado mais estratégico da economia-mundo europeia, resultando em excedentes pecuniários volumosos e regulares.

Descreve-se em Arrighi (1995) que, posterior ao advento das Guerras de Independência Neerlandesas (1568-1648), haveria existido o estabelecimento de um vínculo informal de trocas políticas, recíprocas, entre os mercadores neerlandeses, que receberiam proteção inglesa; e o tratamento à monarquia inglesa pelos neerlandeses, no comércio e nas finanças, de modo especial. Avanços nessa relação não teriam prosperado, possivelmente, em razão do estabelecimento de uma associação formal e orgânica com uma unidade de poder local (i.e., a casa de Orange), que cuidaria das questões bélicas e da administração do Estado, sendo, a contrapartida mercantil neerlandesa, contatos, conhecimentos comerciais e liquidez. Essa relação resultou nas Províncias Unidas, que compatibilizou os benefícios do territorialismo e do capitalismo com muito mais sucesso do que qualquer cidade-estado da Itália setentrional. A proteção inglesa teria simplesmente deixado de ser necessária (ARRIGHI, 1995, p.138-139).

Os neerlandeses teriam conquistado, nos primórdios do século XVII, uma síntese das estratégias de acumulação veneziana e genovesa que se baseava na relação interna de trocas políticas, resultando em duas consequências fundamentais: 1) na autossuficiência do capitalismo neerlandês na gestão do Estado e de suas inerentes

¹⁵ Entendido em Arrighi (1995) como os efeitos não intencionais “dos atos de muitos agentes, antes de mais nada aquele que está em processo de ser desalojado do alto comando da economia mundial” (p.137).

atividades bélicas e 2) na combinação da consolidação regional com a expansão mundial do comércio e finanças neerlandesas. Essa última consequência teria sido responsável pelo sucesso mercantil (ARRIGHI, 1995, p.140-141)¹⁶ e se relaciona diretamente com a afirmação presente em Braudel (2009), de que a primeira e segunda condição de grandeza do predomínio comercial neerlandês foram o domínio comercial da Europa e o do mundo, respectivamente, sendo utilizado em ambos os casos métodos similares.¹⁷

A expansão da abrangência “*do sistema comercial holandês, do âmbito regional para o global, foi impulsionada e sustentada pela combinação de três orientações políticas correlatas*” (ARRIGHI, 1995, p.141). A primeira objetivou fazer de Amsterdam o entreposto geral do comércio europeu e do mundo, fazendo uso, dentre outros instrumentos, do controle de liquidez por eles exercido. O segundo componente implicou “*(...) transformar Amsterdam não apenas no armazém central do comércio mundial, mas também no mercado central de moeda e capital da economia mundial europeia*” (ARRIGHI, 1995, p.142), criando para isso, embora não o primeiro mercado de ações, a primeira bolsa de valores com pregão permanente. Além do mais, outras instituições bancárias foram criadas para apoiar a bolsa de valores, como o *wisselbank*, criado em 1609, que realizaria funções características as dos posteriores bancos centrais.

O terceiro elemento, ao lado da transformação de Amsterdam no entreposto geral do comércio e das finanças globais, foi, na visão do autor, a criação de natureza híbrida das companhias de comércio e navegação, cujo objetivo era tanto realizar lucros e dividendos, quanto exercer atividades referentes à guerra e a questões do Estado. A Companhia das Índias Orientais neerlandesa (doravante, VOC)¹⁸ foi o maior e mais bem-sucedido exemplo disso. Na visão de Arrighi (1995, p.143), a VOC foi um dos elementos centrais, pelas funções e os inerentes frutos colhidos, na estratégia mundial de acumulação dos neerlandeses.

Outro ponto crucial para a trajetória neerlandesa, como sublinhado em Arrighi (1995), foi a ideia de ‘internalização dos custos de proteção’, introduzida por Niels Steensgaard, em 1974. Steensgaard resume sua tese da seguinte maneira:

¹⁶ “Os holandeses deve ser entendidos pelo que realmente são, os Intermediários no Comércio, os Agentes e Corretores da Europa (...) eles *compram* para *revender*, *recebem* para *despachar*, e a maior Parte de seu vasto Comércio consiste em serem abastecidos por Todas as Partes do Mundo, para que possam novamente abastecer o Mundo Inteiro ” (DEFOE, *apud* Arrighi, 1995, p.140). Essa passagem contém, nas palavras de Arrighi, tanto o “traço mais característico do sistema comercial holandês”, quanto é revelador “(...) da *expansão* da escala e âmbito desse sistema” (ARRIGHI, 1995, p.140).

¹⁷ Em relação à passagem sobre Braudel, ver também (BRAUDEL, 2009, p.189).

¹⁸ Em neerlandês: *Verenigde Oost-Indische Compagnie*.

[tal como] o império comercial do rei português, as companhias eram empresas integradas e não especializadas, mas com uma diferença marcante. Eram dirigidas como empresas, e não como impérios. Ao produzirem sua própria proteção, as companhias não apenas expropriavam os tributos, como também ficavam aptas a determinar, elas mesmas, a qualidade e o custo da proteção. Isso significa que os custos de proteção foram introduzidos no leque de questões ligadas aos cálculos racionais, em vez de permanecerem na imprevisível esfera dos “atos de Deus ou dos inimigos do Rei” (1981, p. 259-60 *apud* ARRIGHI, 1995, p.149).

Na leitura da obra aqui apresentada defende-se que os neerlandeses (ARRIGHI 1995, p.148-153) foram pioneiros nesse processo (i.e., internalização dos custos de proteção), que possibilitou a sua classe capitalista expandir os processos sistêmicos de acumulação de capital, muito além do que poderiam ter feito ou fizeram os genoveses ao externalizar os custos de proteção. Desse modo, a estratégia de acumulação neerlandesa fundamentou-se, desde sempre, no uso dos competitivos e auto-suficientes ‘meios de coerção’. O uso desses meios de violência é visto como o elemento que possibilitou que os capitalistas neerlandeses estabelecessem e reproduzissem seu domínio quase exclusivo sobre o comércio do Báltico, acrescentando aos lucros desse comércio um ‘arrocho fiscal invertido’ (i.e., pilhagem) sobre a Espanha. Numa passagem síntese sobre a leitura da ascensão neerlandesa aqui discutida destaca-se:

Temos defendido a tese de que a reprodução ampliada desse modo de acumulação baseou-se numa tríplice estratégia, que logrou transformar Amsterdam no entreposto central do comércio e das finanças mundiais, e que deu à luz as grandes companhias e comércio e navegação. Ao delinear essa estratégia de acumulação, frisamos o processo de causação circular e cumulativa mediante o qual o sucesso numa esfera gerava o sucesso das outras duas. Cabe-nos agora acrescentar a isso que o sucesso em cada uma das três esferas baseou-se numa internalização prévia e contínua dos custos de proteção pela classe capitalista holandesa, organizada no Estado holandês (IBIDEM, p.155).

Desse modo, é reconhecido, na obra abordada, que a posse de meios de coerção autônomos e competitivos, por parte do Estado (neerlandês), foi tão importante para os capitalistas neerlandeses, quanto o foi para os capitalistas venezianos, o que atesta os inúmeros casos nos quais o Estado neerlandês fez uso de suas forças militares a fim de favorecer a acumulação de capital. Ao comparar a atuação da VOC e dos portugueses no Oceano Índico, chama-se atenção para a seguinte divergência no modo de ser e agir que distinguiria portugueses e neerlandeses:

(...) o que faltara à iniciativa ibérica, a saber: a obsessão com o lucro e com a “economia”, em vez da cruzada; a evitação sistemática de envolvimento

militares e aquisições territoriais que não tivessem uma justificativa direta ou indireta na “maximização” do lucro; e um envolvimento igualmente sistemático em qualquer atividade (diplomática, militar, administrativa etc.) que parecesse prestar-se melhor à tomada e à manutenção do controle dos suprimentos mais estratégicos do comércio do oceano Índico (IBIDEM, p. 159).

O elemento determinante, empregado pelos neerlandeses na luta pelo poder e riqueza, foi o domínio monopolista de ativo(s), localmente estratégico, tanto no Báltico como no Oceano Índico, cuja conquista e manutenção deste domínio fundamentaram-se, nos dois casos, na posse e no uso de meios de coerção (estatais) autônomos e competitivos (ARRIGHI, 1995, p.160). Assim, apresenta-se uma leitura do advento do declínio neerlandês centrada no ‘mercantilismo’ e em como os governantes territorialistas começaram a “(...) imitar os holandeses, de passar, eles mesmos, a ter uma mentalidade capitalista, como a maneira mais eficaz de alcançar seus próprios objetivos de poder” (IBIDEM, p.145).

O que não se privilegia especificamente nessa leitura refere-se à influência das lutas pelo poder e da geopolítica europeia na trajetória neerlandesa. Nesse sentido, chama atenção o fato da menção, de forma sumária, em ‘Longo Século XX’ (ARRIGHI, 1995), às dificuldades enfrentadas durante os vários momentos da insurgência neerlandesa, em especial, durante os ‘Vinte e Dois Anos Críticos’ (1568-1590), bem como à centralidade da ajuda direta externa ou indireta, pelo menos, da França e da Inglaterra, que temiam pela sua própria segurança caso a revolta fosse contida (e.g HART, 2014; KENNEDY, 1989, cap.2, ISRAEL, 1995; 1989)¹⁹.

Em relação a lógica mercantilista, ela implica, entre outras, no uso do poder estatal para a realização de excedentes (e riqueza). Isso sido feito pelos distintos atores políticos com quem os neerlandeses mantinham uma interação política e econômica próxima (Espanha, Inglaterra, França, etc.), bem antes do começo do declínio neerlandês, o que invoca a questão de se descobrir o porquê exatamente os neerlandeses teriam começado a declinar naquele momento específico e não antes ou depois.

Há um argumento forte para ampliar a maneira como em Arrighi (1995) é concebido o conceito de ‘circunstâncias sistêmicas’, o qual se refere a ideia, por exemplo, de que efeitos intencionais dos atos de muitos atores, principalmente os mais poderosos e prósperos, também devem ser levados em consideração ao lado dos efeitos não intencionais. As guerras de independência neerlandesas e a construção da

¹⁹ Ver também seção 2.3 deste trabalho.

supremacia neerlandesa no comércio mundial, por exemplo, podem ser entendidas como sendo resultado dessas circunstâncias sistêmicas composta de atos intencionais e não intencionais dos diversos atores políticos e econômicos, mesmo que com diferentes graus de intensidade e importância. Então, os diversos envolvimento externos do conflito espanhol-neerlandês ilustram uma característica considerada basilar da ‘economia-mundo’ ou do ‘sistema interestatal capitalista’. Para falar nos termos da perspectiva do ‘Poder Global’ pode-se afirmar que “*qualquer alteração no poder e na riqueza de algum dos outros participantes sempre provou reações em cadeia*” (FIORI, 2014, p.39). De modo similar, a perspectiva de EPSM não toma os países, sociedades ou economias como unidade de análise fundamental, mas sim a interação sistêmica entre as unidades político-territoriais na economia-mundo (e.g. VIEIRA, 2012, p.208).²⁰

Como vimos acima, em Arrighi (1995) afirma-se que a proteção da monarquia inglesa, a partir da aliança entre capitalistas neerlandeses e a casa de Orange, não foi mais necessária doravante o momento da união entre os capitalistas neerlandeses e a casa local territorialista de Orange. A Inglaterra, no entanto, foi crucial indiretamente, ao estar ela mesma em guerra, por exemplo, durante o período de 1585 a 1604, contra a Espanha, fazendo com que a Espanha desviasse ou minimizasse o seu esforço militar sob os rebeldes. Da mesma forma, foi crucial diretamente, por conta, por exemplo, do envio de tropas militares para ajudar os rebeldes em alguns momentos da longa guerra (e.g. ISRAEL, 1989, 1995).

Outra maneira de ajuda inglesa aos rebeldes aconteceu por meio da provisão de subsídios e empréstimos. A rainha inglesa Elisabete, de forma que a ruíria, enviou quase quinze milhões de florins entre, 1585 e 1603, (PARKER, 1982, p.265) possivelmente para não permitir que os rebeldes fossem derrotados e, dessa maneira, não fossem os próprios ingleses os próximos a terem que enfrentar os espanhóis. De um mesmo modo, a França, foi, talvez, ainda mais importante do que a Inglaterra, com os muitos subsídios disponibilizados aos neerlandeses e com as importantes guerras travadas contra os espanhóis durante o período da Guerra de Oitenta Anos (1568-1648). Com isso, a França fez com que os espanhóis tivessem que desviar seus esforços militares, econômicos, e políticos, dos Países Baixos para outros lugares, possibilitando assim, um alívio e, em muitos casos, uma contraofensiva neerlandesa (e.g. ISRAEL 1989; 1995; HART, 2014).

²⁰ Ver também outros capítulos dessa obra que é a primeira dedicada integralmente às análises dos Sistemas-Mundos no Brasil.

Em Arrighi (1995) enfatiza-se o lado econômico da ascensão comercial neerlandesa, não sendo dedicada muita atenção tanto às Guerras de Oitenta Anos (1568-1648), quanto a importância do envolvimento direto e indireto de outras unidades políticas nessas guerras e os seus desdobramentos em termos de poder e riqueza para os neerlandeses. Este trabalho, no entanto, privilegia exatamente a questão da geopolítica e das lutas relacionadas ao poder entre as distintas unidades políticas europeias, enfocando em especial a Espanha e as Províncias Unidas, mas também fazendo conexões com as rivalidades europeias mais gerais, de modo a englobar a França, Inglaterra, entre outros, pois sem leva-las em consideração é impossível entender a capacidade de resistência neerlandesa no início da revolta e na conquista da sua independência.

1.2 – A ‘Economia-Mundo’ neerlandesa de Fernand Braudel

No volume III da obra ‘Civilização Material, Economia de Mercado e Capitalismo: XV-XVII’ (2009) de Fernand Braudel é desenvolvido um multifacetado argumento para explicar a trajetória das Províncias Unidas. Segundo essa leitura, o processo de ascensão neerlandês teve uma natureza gradual e cumulativa. A primeira e a segunda ‘condição de grandeza’ das Províncias Unidas foram, respectivamente, a Europa e o mundo. O domínio do comércio europeu e mundial foi logrado com métodos similares, em muitos casos fazendo uso de monopólios comerciais (BRAUDEL, 2009, p. 158, 189).

A mencionada obra (BRAUDEL, 2009) inicia sua narrativa sobre a ascensão das Províncias Unidas a partir da sua geografia, chamando atenção para a natureza exígua e naturalmente pobre dos territórios que a compõe. Dadas essas características, a agricultura e a pecuária são obrigadas a se voltar para a questão da produtividade. Avanços cumulativos nesses processos levariam a uma ‘revolução agrícola’, que mais tarde chegaria à Inglaterra. Nota-se ainda que a zona rural neerlandesa, em interação com as cidades, se urbanizou e comercializou muito cedo. A república neerlandesa se caracterizava por um alto grau de urbanização, estando metade de sua população presente nas cidades (IBIDEM, p.160-162).

Nessa leitura, uma condição *sine qua non* para Amsterdam constituir-se como entreposto geral do comércio mundial foi às sete províncias e as cidades holandesas. Em relação aos imigrantes sustenta-se que “*O crescimento da economia holandesa atrai, requer os estrangeiros e é em parte obra deles*” (IBIDEM, p.167). Outra fonte

imemorial de poder e riqueza era a pesca, de um modo geral, o arenque, sal, óleo e quintais de barbatanas de baleia, em especial. Conectado a isso existe o fato de que a frota neerlandesa não era apenas equivalente à soma total de todas as outras frotas europeias, mas também a qualidade de sua frota era de altíssimo nível e os custos dos estaleiros neerlandeses eram insuperáveis (IBIDEM, p.163-175).

Em Braudel (2009) observa-se que,

(...) Como qualquer centro do mundo econômico que se preze, as Províncias Unidas mantêm a guerra longe de casa: em suas fronteiras, uma série de fortalezas reforçam o obstáculo que são as muitas linhas de água. Mercenários pouco numerosos, mas muito “bem escolhidos, muito bem pagos e alimentados”, treinado para a mais científica das guerras, são encarregados de velar para que as Províncias continuem sendo uma ilha de paz (IBIDEM, p.185).

Ressalta-se ainda a importância dos negócios para as ações dos neerlandeses,

O que a política e a vida holandesas não cessam de defender e de salvaguardar em meio às peripécias favoráveis e hostis que atravessam é um conjunto de interesses comerciais. Esses interesses comandam tudo, submergem tudo, o que não conseguiram fazer nem as paixões religiosas (como depois de 1672), nem as paixões nacionais (como depois de 1780). (...) É que o mercador é rei e o interesse comercial desempenha na Holanda o papel de razão de Estado (IBIDEM, p.186-187).

Afirma-se ainda que “*o essencial ficou resolvido antes de 1585*” (IBIDEM, p. 189). Para fundamentar esse postulado, invoca-se a noção, também defendida na historiografia tradicional sobre o assunto, da vital importância da longa e lucrativa relação neerlandesa, principalmente holandesa²¹, de comércio com o Báltico. O Báltico, no entanto, configuraria apenas como um lado da moeda, enquanto os espanhóis constituiriam o outro. Em relação a isso, é importante ressaltar aquilo que em Braudel (2009) é chamado de, para se referir a conexão fundamental e indissociável entre os neerlandeses e espanhóis²², ‘inimigos complementares’. Essa relação pode ser ilustrada a partir da seguinte passagem:

Resumindo, o primeiro amplo florescimento da Holanda decorreu da ligação assegurada pelos seus navios e pelos seus mercadores entre um pelo norte, o do Báltico e das indústrias flamengas, alemãs, e

²¹ Em Braudel (2009) é utilizado de forma consciente o termo corrente (i.e., Holanda), que foi inegavelmente a mais poderosa e próspera das sete Províncias Unidas, para se referir aos Países Baixos (do norte) que se tornou oficialmente independente em 1648.

²² Ainda em relação aos espanhóis (nesse contexto convém mencionar ainda): “finalmente, o autor do impulso suplementar que colocaria Amsterdam na primeira fila, uma vez mais, foi a Espanha, destruindo o sul dos Países Baixos, onde a guerra se prolongou, retomando Antuérpia, em 18 de agosto de 1585, destruindo, sem querer, a força viva da concorrente de Amsterdam e fazendo da jovem República o ponto de reunião obrigatório da Europa protestante, deixando-lhe, ainda por cima, um amplo acesso à prata da América” (BRAUDEL, 2009, p.192).

francesa, e um polo sul, o de Sevilha, a grande abertura para a América. A Espanha recebe matérias-primas e produtos manufaturados; os holandeses asseguram-se, oficialmente ou não, dos retornos em dinheiro vivo. E a prata, garantia do seu comércio, de balança negativa, com o Báltico, é o meio de forçar os mercados e afastar a concorrência (2009, p.191).

Defende-se ainda que, concomitante ao período do advento do domínio dessa ligação, mencionada na citação acima, a Bolsa de Amsterdam foi reconstruída (1592); uma câmara de seguros foi fundada (1598) e o banco de Amsterdam (1609) foi criado. A partir do Báltico, a expansão comercial neerlandesa foi crescendo paulatinamente, englobando o resto da Europa e todo o Mediterrâneo. Manter o controle sob ‘economia-mundo’ europeia, no entanto, impeliu a longo prazo a necessidade de se dominar o seu comércio de longa distância (América e Ásia) (IBIDEM, p. 190, 193).

Na América os sucessos seriam exíguos. No extremo oriente, em contrapartida, os neerlandeses souberam apropriar-se das valiosas pimentas, especiarias em geral, pérolas e drogas. Na visão defendida em Braudel (2009), a expansão “*no seu início, pretendeu ser discreta, pacífica, e não belicosa*” (IBIDEM, p.193). No entanto, ela demonstrou-se explosiva devido à intensidade que adquiriu. Nesse contexto, a criação da Companhia das Índias Orientais neerlandesas (doravante, VOC)²³ foi um importante desenvolvimento. As lutas, no extremo oriente, eram múltiplas e recorrentes, apesar da Trégua de Doze Anos (1609-1621). Isso se deve ao fato de que os neerlandeses não lutavam apenas contra os ibéricos (na Ásia), mas também contra ingleses e uma série de mercadores asiáticos (i.e., muçulmanos do gujerate, persas, árabes, bengalis, chineses, javaneses, turcos, armênios etc.) (IBIDEM, p.193-195).

Como a Insulíndia constituía a principal articulação de um comércio múltiplo entre a Índia, por um lado, e a China e o Japão, por outro dominar e vigiar essa encruzilhada foi o objetivo, mas muito difícil, adotado pelos holandeses. (...) Em 1619, a fundação da Batávia tinha concentrado num ponto privilegiado o essencial do poderio e dos tráficos holandeses da Insulíndia. E foi a partir desse ponto estável e da “ilhas das especiarias” que os holandeses teceram a imensa teia de aranha de tráficos e de trocas que depois constituiu seu império, frágil, flexível, também ele construído como o império português, “a fenícia”. Por volta de 1616 haviam já construído contatos com o Japão; em 1624, estavam em Formosa; dois anos antes, em 1622, fracassava, é verdade, um ataque a Macau. E só em 1638 o Japão expulsou os portugueses, só consentindo em receber, a partir daí, navios holandeses, ao lado dos juncos chineses. (...) Mas não era possível qualquer presença na Insulíndia sem ligações com a Índia, que dominava toda uma economia-mundo asiática, do cabo da Boa Esperança a Malaca e às Molucas. Querendo ou não, os holandeses estavam condenados a ir para os portos indianos (IBIDEM, p.197).

²³ Este assunto será tratado com mais profundidade mais à frente.

Em Braudel (2000) é descrito ainda como os portugueses são postos para fora do jogo asiático a partir da tomada de Malaca pelos neerlandeses em 1641; bem como o estabelecimento dos neerlandeses, de um modo geral, nas posições de outros. Entretanto, essa não seria uma particularidade neerlandesa; se eles não tivessem destruído o império português, os ingleses o teriam. Acrescenta-se a isso, o fato de que, uma vez na posição dos portugueses, os neerlandeses tiveram que defender suas posições de outros obstinados adversários (BRAUDEL, 2009, p.197).

Os tráficos que conectam zonas economicamente diferentes e afastadas umas das outras é a maior riqueza da Ásia e é chamada, em inglês, de ‘*country trade*’.²⁴ Os neerlandeses eram os europeus que melhor entendiam, possivelmente em razão das suas experiências na Europa, a dinâmica e articulação dos tráficos do Extremo Oriente. Resumindo a relação entre trocas, mercadorias, escambos e metais preciosos no Extremo Oriente, afirma-se, em Braudel, que “*os holandeses tiveram que reajustar continuamente sua política monetária, conforme os acidentes de uma conjuntura mutável, tanto mais que tudo se atrapalhava, no dia-a-dia, com as variações de equivalência entre as inúmeras moedas da Ásia*” (BRAUDEL, 2009, p.199).

No que se refere à Ásia, defende-se que os neerlandeses dispuseram durante muito tempo de vantagens, em relação aos europeus, centradas nos monopólios das especiarias, assim como do controle das quantidades passíveis de comercialização e da determinação arbitrária dos preços (2009, p.202-203). Acrescenta-se a isso o pagamento de salários extremamente exíguos; o uso de escravos e guerras coloniais.

Para estabelecer, consolidar, manter seus monopólios, a V.O.C viu-se envolvida em longos empreendimentos (...). Isso não impede o sucesso, mas aumenta o seu custo (IBIDEM: 203).

Um instrumento fundamental, segundo a leitura aqui apresentada, dos neerlandeses é o crédito:

Ora, o crédito, indispensável em qualquer praça, é uma necessidade vital em Amsterdam, dada a massa anormal de mercadorias que são compradas e armazenadas para serem reexportadas meses mais tarde e dado também que a arma do negociante holandês, em relação aos estrangeiros, é o dinheiro, os vários adiantamentos oferecidos para comprar ou vender melhor. Os holandeses são na verdade mercadores de crédito para toda a Europa, esse é o maior segredo da sua prosperidade (IBIDEM, p. 221).

²⁴ “Nessa cabotagem de longas distâncias, uma dada mercadoria comanda uma outra, esta vai a frente de uma terceira e assim sucessivamente” (BRAUDEL, 2009, p.198).

Em Braudel (2009), como já dito, é possível encontrar uma inspiradora e multifacetada leitura da trajetória neerlandesa. Embora o capítulo 3 do terceiro volume da (CMEC) trate mais do que em Arrighi (1995) das Guerras de Independência Neerlandesas, em ambas não são reconhecidas ou, pelo menos, não são abordadas as dificuldades que caracterizaram os primeiros vinte anos da revolta neerlandesa. Desse modo, também não é abordada, de forma sistemática, a centralidade da influência direta e indireta que as disputas e as guerras europeias tiveram, tanto nessas primeiras duas décadas, como em todo o processo de conquista da independência neerlandesa, concomitante à construção da sua supremacia comercial. Este trabalho objetiva exatamente apreender a importância das lutas europeia por poder para, mais especificamente, o alcance da conquista da independência neerlandesa e da supremacia comercial neerlandesa. Mas antes passaremos rapidamente por uma descrição história do que chamamos de ‘pré-história’ dos Países Baixos, seguida de alguns desenvolvimentos históricos importantes, anteriores à eclosão da revolta e ao advento dos ‘Vinte e Dois Anos Críticos’ (1568-1590), assunto do segundo capítulo.

2. História dos Países Baixos Antes das Lutas de Independência e os ‘Vinte e Dois Anos Críticos’ (1568-1590)

O amplo tema deste capítulo é a história dos Países Baixos anterior ao advento das Guerras de Oitenta Anos (1568) e o período marcado por intensas dificuldades financeiras e militares para os rebeldes, o que foi chamado neste trabalho de os ‘Vinte e Dois Anos Críticos’ (1568-1590). Para isso ele está dividido em três seções: na seção 2.1 será feita uma descrição histórica dos Países Baixos anterior ao advento de Carlos V enquanto soberano desse território (1515) visando situar o leitor em relação a situação anterior ao período que era o foco desta dissertação (1515-1648).

A seção 2.2. inicia a sua discussão a partir da entrada de Carlos V em 1515 e se encerra com a eclosão da ‘Revolta Neerlandesa’. Esta seção é composta por cinco subseções cujas partes estão todas intimamente relacionadas. Nela os processos políticos-militares entre os Habsburgos e os Países Baixos são discutidos em interação com o contexto de rivalidades e guerras europeias ocorridas entre 1515-1568. O objetivo dessa seção é descrever e relacionar, de forma não exaustiva, a natureza sistêmica das relações de poder europeia expressada por alguns, hierárquicos e sobrepostos tabuleiros geopolíticos e de disputa que o imperador Carlos V tinha que lidar como consequência da sua posição enquanto autoridade central desses territórios.

A seção 2.3 trata dos, assim chamado, ‘Vinte e Dois Anos Críticos’ (1568-1590) e da importância das disputas europeias na superação desse período. Uma justificativa para essa seção é a maneira como determinadas análises sobre a trajetória neerlandesa, como as discutidas no capítulo 1, não abordam as dificuldades características das duas primeiras décadas da revolta e a centralidade das lutas europeia por poder na ajuda direta e/ou indireta aos rebeldes.

2.1 - ‘Pré-História’ dos Países Baixos

Cautela é sempre recomendada nas tentativas de se determinar, precisamente, as origens de determinados fenômenos e processos sociais. Ainda mais quando se trata de fenômenos tão complexos como a história política e econômica das Províncias Unidas nos séculos dezesseis e dezessete. Ainda assim, isso não impede que tentativas sejam realizadas. Pieter de La Court (*apud* Braudel, 2009, p.163-164), por exemplo, data o nascimento da história de sucesso de Amsterdam a partir de 1282, com a criação do golfo de *Zuydersee* como consequência de fortes inundações marítimas perto da ilha de

Texel, que romperam o cordão protetor das dunas. Esse evento natural imprevisível tornou possível, a partir de então, que grandes barcos pudessem atravessar o golfo do *Zuydersee* (ver MAPA 1, p.24), o que, por sua vez, permitiu que os marinheiros do Báltico escolhessem Amsterdam, naquele momento uma simples aldeia ainda, como seu ponto de encontro e comércio.

A historiografia tradicional sobre o assunto, normalmente enfatiza explicações que buscam explicar a ‘Idade de Ouro’ neerlandesa em torno das últimas décadas do século XVII. Há autores, entretanto,²⁵ que defendem que desenvolvimentos, principalmente, demográficos e econômicos no período de 1300 a 1500 foram de extrema importância para as bases que possibilitaram o apogeu do século dezessete. De todo modo, um ponto de partida lógico, do ponto de vista deste trabalho, para começar a estudar as Províncias Unidas é a partir da ‘pré-história’ (ver MAPA 1, p.24) da Holanda já que essa região se tornou o centro político, econômico e cultural da república neerlandesa depois de 1572. O século XIII, em todo caso, é considerado como um divisor de águas por que foi nesse período que as bases foram lançadas para os processos que culminaram na centralidade da Holanda nos Países Baixos e na própria ascensão da república neerlandesa enquanto uma poderosa e próspera unidade territorial de poder independente (ISRAEL, 1995)²⁶.

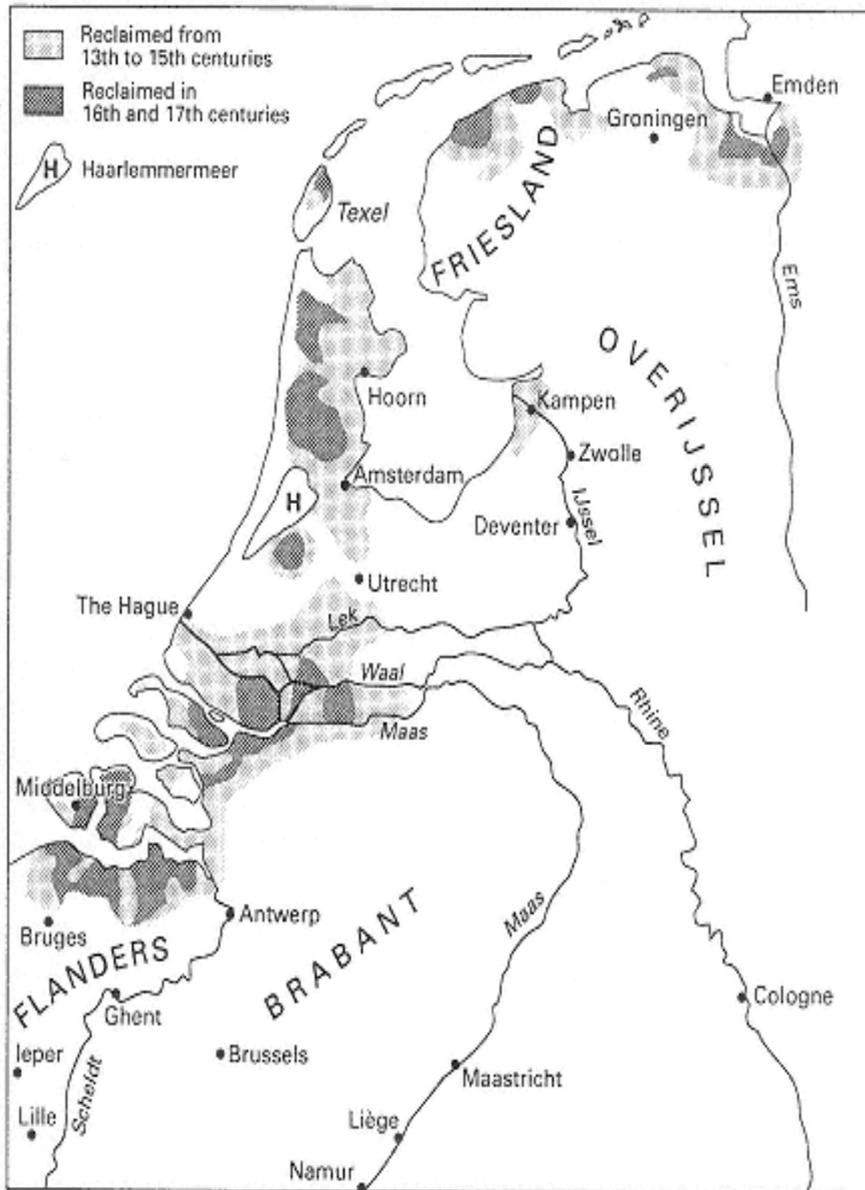
Parte das bases necessárias para o desenvolvimento do que veio ser a república neerlandesa tem a ver com a questão relativa à geografia da região e, como consequência, com a relação entre homem e mar. Se é verdade que até, em torno de, 1200 já havia algumas construções rudimentares de diques e represas para o controle dos movimentos das águas, a escala insuficiente e ilimitada que isso era feito não possibilitava o cultivo regular dessas áreas ocidentais de baixa altitude nos Países Baixos. Inundações frequentes era um risco sempre considerável mesmo nas regiões que, normalmente, não ficavam abaixo do nível do mar.

No século XII regiões como Holanda, Zelândia, grande parte de Frísia, Utrecht, Groningen e a região de Flandres contígua ao estuário da Escalda (*Scheldt estuary*) “eram uma terra pantanosa, alagada, perigosa, escassamente povoada e marginal na vida dos Países Baixos como um todo” (ISRAEL, 1995, p.9). A maioria das atividades agrícolas e comerciais era realizada nas regiões de altitudes mais elevadas ao sul e leste,

²⁵ Ver e.g. (Van BAVEL e van ZANDEN, 2004) e (Van BAVEL, 2010).

²⁶ Para o que segue nessa seção 2.1 ver passagens relevantes de J. ISRAEL: *The Dutch Republic ...* (1995, p. 2-35) a não ser se referenciado de outra forma.

Mapa 1: Países Baixos, seus principais rios e áreas reclamadas do mar, rios estuários e lagos nos ‘tempos modernos e medievais’



Fonte: (ISRAEL, 1995, p.11).

a salvo das potenciais inundações. Com a construção de diques mais avançados, e em grande escala, e a recuperação de terras podendo avançar de forma sistemática nas regiões de baixa altitude que iam do estuário da Escalda ao estuário do Ems, áreas extensivas de terras foram garantidas, drenadas, tornadas cultiváveis e intensivamente colonizadas. O resultado disso gerou uma reorganização interna fazendo com que a Holanda, em especial, e o norte dos Países Baixos, de uma forma geral, cada vez mais se equiparasse com as outras regiões centrais em termos de poder, população e vitalidade econômica.

O processo de desenvolvimento dos diques e dos meios técnicos para melhorar e tornar seguras as novas terras conquistadas foi gradual, teve alguns retrocessos, mas avançou seguramente. Os novos e melhores diques, represas, *polders*²⁷ e todas as suas inerentes instituições e estruturas transformaram significativamente Holanda, Zelândia, grande parte de Utrecht, Flanders, Frísia e Groningen. Isso tornou possível, com um alcance e intensidade muito maior que no passado, um maior povoamento, comércio, atividades agrícolas, navegação, interações políticas-econômicas. O contraste era tão grande que, em torno de 1300, pode-se, quase, falar de que se tratava de uma nova região. Também foi no importante XIII treze que surgiu o aparato jurídico e institucional necessário para coordenar, manter e avançar nas matérias referentes a essa ampla ‘luta contra o mar’. O que não era meramente uma luta qualquer contra o mar, mas em muitos sentidos, se tratava de garantir a viabilidade desse território enquanto uma região que pudesse existir e prosperar em todos os campos (i.e. político, social, econômico, etc.).

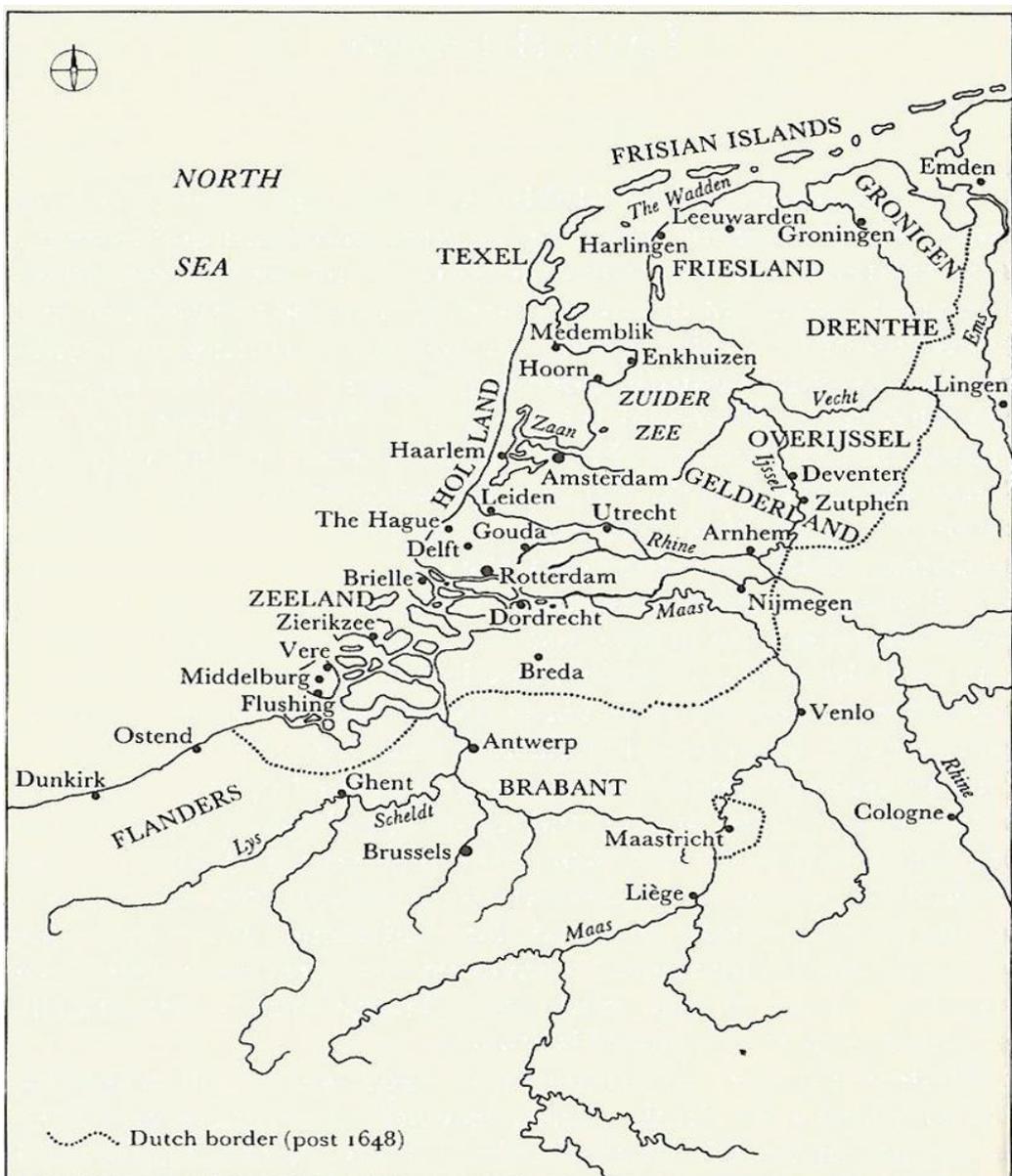
Essa necessidade fundamental fez com que se criassem, na Holanda, os assim chamados ‘*heemraadschappen*’, que eram uma espécie de comitê do qual participavam representantes das aldeias, cidades e nobres locais, funcionando como um mecanismo de cooperação entre seus membros para organizar e viabilizar os esforços necessários para a ‘luta contra o mar’. Esses comitês, na sua origem, surgiram ou foram criados de forma espontânea e local. Mas já no começo do século XIII, a autoridade daquele lócus, isto é, o conde da Holanda e outras lideranças políticas da região exerceram uma influência crescente nessas estruturas que haviam se tornados indispensáveis. Isso foi feito, dentre outras coisas, ao se criar um órgão de caráter regional que visava, de forma articulada, construir e manter os diques, as represas, os canais, etc sob a supervisão da autoridade política e seus funcionários. Criou-se estruturas locais e regionais que sintetizassem todos os esforços necessários para a luta contra o mar. A composição do órgão regional é similar ao do local com a adição do papel do conde que determinava os procedimentos e do cargo de ‘*Dijkgraaf*’, isto é, *dikecount* que era quem presidia o comitê e tradicionalmente uma pessoa próxima ao conde.

A partir de uma posição insignificante em 1200, Holanda, na década de 1290, já havia galgado uma posição dominante entre os pequenos estados que vinham se desenvolvendo ao norte dos grandes rios e o seu poder (entendido de forma ampla),

²⁷Polder/Pólder é proveniente do neerlandês *Polder* e significa uma porção de terra situada em altitude baixa, a principio, alagáveis, planas, que devem a sua proteção por meio de diques e dessecamentos.

estava começando a se equiparar com os de Brabant e Flandres (até então os dois grandes centros de poder e riqueza nos Países Baixos). Não obstante, deve ser ressaltado, a parte sul dos Países Baixos, no século XIII, ainda era muito mais desenvolvida economicamente do que o norte (MAPA 2, p.26). Apesar dessa inferioridade, não se pode dizer que o norte dos Países Baixos era subordinado político e/ou economicamente ao sul. As inúmeras e diversas organizações políticas (e.g. principados, ducados, condados, cidades livres, Estados, etc.) situadas nesse último, da qual Brabant e Flandres eram os representantes mais proeminentes, eram, primordialmente, voltadas para o oeste e o sul (e ao oeste, em menor medida, no caso de Brabant).

Mapa 2: Zona marítima do norte dos Países Baixos durante *'the early modern times'*



Fonte: (ISRAEL, 1989, p.2).

Um dos motivos, dentre outros, para isso era o enorme obstáculo que significava os grandes rios *Maas (Meuse)* e *Waal* cortando os Países Baixos do leste ao oeste. Isso dificultou consideravelmente a capacidade desses outros atores projetarem poder na região ao norte desses grandes rios, deixando os condes holandeses quase livres para iniciar e progredir com o seu movimento expansivo visando estabelecer domínio sobre a região. Inegavelmente, houve tentativas, por parte dos outros pequenos atores políticos no norte, para resistir ao domínio da Holanda. Por motivos variados e diferentes (e.g. ausência de um centro político coerente forte, territórios naturalmente mais pobres, densidade populacional mais baixa etc.) essas tentativas fracassaram e não foram capazes de resistir à ascensão dos holandeses.

O ‘movimento expansivo’ holandês em direção ao norte começou em 1280s com a anexação bem-sucedida da área conhecida como Frísia do oeste. Pouco a pouco, os holandeses foram expandindo seu domínio sobre o norte e em torno do golfo do *Zuiderzee*. Inegavelmente, esse processo não foi sempre vitorioso e alguns reveses foram colecionados no decorrer do processo. Em 1345, por exemplo, em uma das tentativas em subjugar Frísia, o conde Guilherme IV morreu numa batalha contra os frísios. Alguns anos se passaram e o novo conde da Holanda, apoiado pelas cidades holandesas e, principalmente, Amsterdam que queriam eliminar o problema dos piratas frísios contra seus barcos e mercadorias, lançou mais uma ofensiva vitoriosa e conquistou de grande parte de Frísia e *Ommelands*. Essa ofensiva contou também com o apoio decisivo na própria Frísia de uma fração política conhecida como *Vetkopers*. A estratégia do conde holandês era unificar os nobres da Holanda e, dessa maneira, canalizar forças para uma expansão fora da Holanda, evitando, assim, que as tensões internas entre os nobres prevalecessem. Entretanto, tempos depois, em 1414, a Holanda, envolvida em conflitos em outros lugares, perdeu o controle de Frísia.

Mais duradoura foi a influência holandesa em relação à Zelândia. Embora, como já dito, Flandres e Brabant não exercessem influência de forma significativa no norte dos Países Baixos, Zelândia, enquanto uma zona intermediária entre ambos, foi contestada durante muito tempo por Holanda e Flandres. Inicialmente, durante o século XII, esse último levou a melhor, mas já no século XIII a sorte virou e a Holanda passou a predominar agora com o seu poder e riqueza revigorados. Conde William II (1234-56) derrotou o exército flamengo em *Walcheren* (i.e. a principal ilha de Zelândia). Com

isso, em 1256, o tratado de Bruxelas garantiu o controle de Zelândia nas mãos dos holandeses.

Ainda em relação a essa história, deve ser acrescentado que durante cinquenta anos depois do tratado de Bruxelas, Flandres ainda buscou questionar o domínio de Zelândia, só desistindo desse objetivo depois da derrota sofrida contra uma união entre holandeses e franceses numa batalha marítima em *Zierikzee* no ano de 1304. Finalmente, depois de 1323, o domínio holandês sobre Zelândia não foi nunca mais questionado. É interessante constatar como os franceses já a partir de 1304 se envolviam com as disputas de poder nos Países Baixos. Mais de trezentos anos depois nas proximidades e durante as Guerras de Oitenta Anos (1568-48) eles se mostrariam mais uma vez presentes no tabuleiro geopolítico no qual os Países Baixos se inseriam.

No final do século XV, Brabant e Flandres ainda eram as províncias economicamente mais desenvolvidas e as mais populosas e Holanda já era a terceira na hierarquia de poder e riqueza. Se é verdade que no aspecto populacional, e taxa de urbanização, a província holandesa avançava cada vez mais, também é verdade que naquilo que se referia a indústria, comércio, capacidade fiscal e riqueza, Flandres e Brabant ainda eram superiores. Deve ser reconhecido, no entanto, que a província holandesa possuía mais navios e marinheiros do que as duas províncias do sul combinadas. Nesse contexto, uma característica dessas atividades era a sua natureza de baixo valor agregado de transporte marítimo de produtos a granel (e.g. principalmente grãos, madeira, sal) e a indústria da pesca. Isso significava, por sua vez, a ausência quase total de grandes mercados, pouca riqueza comercial e uma indústria muito menos orientada para exportações. Sendo assim, os pontos fracos holandeses mais notórios residiam na esfera da indústria e no comércio de alto valor agregado.

Uma diferença importante entre as duas maiores províncias do sul e a Holanda era que as primeiras se caracterizavam por uma concentração muito maior de poder, riqueza, população e atividades no geral em poucas, mas grandes cidades que dominavam e se sobrepunham as outras menores cidades nas questões provinciais. Em Flandres e Brabant existiam três e quatro cidades respectivamente que dominavam cada uma, uma zona de influência e concentravam o poder nas suas respectivas províncias. Em oposição a essa situação, na Holanda não havia cidades dominantes como havia nessas outras cidades, o que existia eram seis ou sete cidades (*Leiden, Haarlem, Dordrecht, Delft, Amsterdam, Gouda e Rotterdam*) todas, mais ou menos, do mesmo tamanho com uma população girando em torno de dez a doze mil habitantes. Desse

modo, nenhuma dessas cidades conseguia se sobrepor às outras ou liderar a província de forma isolada. O que isso significa? A existência de poucas, mas grandes e poderosas, cidades predominando em Brabant e Flandres significava uma deterioração da união nessas províncias agravando a propensão a um ‘particularismo civil’, enquanto na Holanda em oposição, predominava desde os primórdios uma forte coesão provincial (ISRAEL, 1995, p.16).

Alguns acontecimentos com implicações de longo alcance aconteceram no decorrer da primeira metade do século XV. Foi nesse período que os holandeses desenvolveram, pela primeira vez, caravelas gigantes (*full-rigged seagoing ships*) que constituiu a base do subsequente, florescente tráfego de transporte a granel. A partir de 1400, navios holandeses começaram a zarpar de forma impressionante para o oeste da França e Portugal em busca de sal e para o Báltico em busca de grãos e madeira. Além do mais, também foi nesse período que o *full-rigged herring bus*²⁸ foi desenvolvido, cujo tipo de embarcação garantiu o domínio da Holanda e da Zelândia sobre a região repleta de arenque no Mar do Norte por trezentos anos.

Dificuldades crescentes na agricultura e na luta contra o mar levaram a um processo de dependência crescente em relação à indústria da pesca e do transporte a granel. Uma das consequências desses processos foi a mudança na agricultura holandesa de um tipo que focava em grãos, vegetais e outras plantas²⁹ para um outro que priorizava laticínios, uma saída encorajada e possibilitada, por sua vez, por uma importação crescente e barata de grãos oriundos do Báltico. Isso se tornou um processo que foi se alimentando mutuamente: dificuldades na agricultura impeliam à necessidade de importar mais grãos, que fez com que menos pessoas fossem necessárias no campo impelindo-as a se mudarem para a cidade. Além do mais, devido ao foco na produção de laticínios, houve um rápido crescimento do excedente em queijo e manteiga para serem exportados. Deve se fugir da impressão que a economia holandesa era meramente uma economia marítima. Das seis, assim chamadas, ‘grandes cidades’, quatro (Leiden, Haarlem, Delft e Gouda) eram cidades do interior e, portanto, extra-marítima, sem envolvimento direto com a pesca do arenque ou transporte a granel. Essas cidades se caracterizavam por ser modestamente industriais e tinham como foco a produção de cerveja para consumo interno em grande parte e a venda para o sul dos países baixos, e a produção de roupa de média qualidade.

²⁸ Tipo de navio de pesca marítima utilizada por pescadores de arenque holandeses e flamengos.

²⁹ *Arable Farming* é a palavra utilizado no texto original.

No contexto do poder e do comércio marítimo holandês crescente, as organizações políticas que não quisessem se sujeitar às pressões e domínio holandês, tinham como saída formar alianças contra Holanda entre elas e/ou com outros atores político-territoriais, o que foi feito, principalmente, com aqueles localizados, no Báltico e no norte da Alemanha³⁰. Desse modo, Kampen, uma cidade holandesa, aderiu à Liga Hanseática em 1441. Outras duas cidades, Deventer e Zwolle já eram membros e visavam fortalecer suas conexões com *Lubeck*³¹ e outras cidades portuárias de *Hansa*. De modo similar, era do interesse desses últimos conter o crescimento dos holandeses já que eles cresciam em cima do seu poder e riqueza.

Um exemplo disso é o crescimento do comércio a granel holandês no Báltico que cresceu durante o século XV, ocupando cada vez mais um papel que era ocupado pelos germânicos hanseáticos. O resultado foi uma tensão crescente entre ambas as partes, uma procura contínua dos hanseáticos em fortalecer os inimigos da Holanda no norte dos Países Baixos e de trabalhar conjuntamente com Flandres e Brabant visando que a Holanda continue excluída dos produtos de alto valor-agregado. Na medida em que a Holanda ia se tornando mais poderosa e próspera, ela foi adquirindo um incomparável número de navios e marinheiros, sem, no entanto, conseguir formar ainda uma abastada elite mercantil.

A ascensão holandesa foi gerando tensões políticas e econômicas com outras organizações políticas e grupos externos ao seu território. Nesse contexto, faz-se necessário lembrar que essas tensões também se materializaram internamente no interior da própria província. Na proporção em que crescia o seu território, população, navios, comércio, e etc., os germes de uma administração mais integrada iam surgindo combinada com um aumento de poder das cidades à custa do campo holandês. No contexto da necessidade de se financiar essa administração e os conflitos, os condes holandeses impunham uma crescente pressão fiscal o que, por sua vez, possibilitava um aumento do aparato político administrativo governamental. Não seria surpresa afirmar que isso resultou numa situação na qual aqueles nobres e patrícios urbanos que eram excluídos da corte do conde, do acesso ao aparato administrativo, e os inerentes privilégios e posições etc. se ressentiam de forma profunda. De forma similar, a maneira pela qual o conde organizava o comércio, transporte marítimo e os esforços para ‘a luta

³⁰ Já aqui observa-se a interconexão entre diferentes tabuleiros geopolíticos e lutas por poder e riqueza.

³¹ Em português também conhecida por Lubeca ou Lubeque. Cidade situada ao norte da Alemanha que fazia parte da Liga Hanseática. Essa última também pode ser chamada de *Hansa* ou *Hanse*.

contra o mar' e as consequências que daí decorriam, gerava insatisfação entre os que foram menos beneficiados com esses arranjos.

Essas tensões internas vieram à tona em 1350 quando um grupo de famílias nobres que monopolizavam os cargos e privilégios foi deposta por outro grupo rival levando a eclosão de uma guerra civil implacável. O novo grupo dominante, chamado de 'Cod-Fish' (inglês) ou *Cabeljauwen* (holandês) recebeu apoio de todas as grandes cidades com exceção de Dordrecht. Os adversários desse grupo eram conhecidos como 'Hooks' ou 'Hoek', em inglês e holandês respectivamente. Essa guerra civil entre os *Hoeks* e *Cabeljauwen* durou cento e cinquenta anos nas províncias da Holanda e Zelândia e ficou profundamente embutido na vida e cultura desses lugares da mesma forma que o foi o conflito entre *Guelphs* e *Ghibellines* na Tarde Itália Medieval.

Deve ser enfatizado que instabilidades políticas e sociais eram generalizadas no norte dos Países Baixos durante a 'Tarde Idade Média'. Pouco tempo depois da eclosão da guerra civil na Holanda e Zelândia, disputas paralelas entre facções distintas se disseminaram em todo o restante do norte. Em muitos casos, como em Utrecht, essas disputas se relacionavam diretamente com aquelas que ocorriam na Holanda e Zelândia. Em 1425 se dissolveu a distinção, narrado no próximo parágrafo, que podia ser feita entre as duas, até então, independentes arenas políticas-econômicas-geográficas nos Países Baixos i.e. a região norte e sul. Como vimos, a história do primeiro gira em torno principalmente da origem, expansão e a reação a ascensão holandesa. No sul, a política era muito mais dividida "*not only in terms of towns versus nobles, but also quarter versus quarter, and patricians versus guilds*" (ISRAEL, 1995, p.21). Além do mais, enquanto a França e a Inglaterra ainda não influenciavam o que ocorria no norte dos Países Baixos, no sul essas influências faziam se sentir com muito mais força, moldando e fragmentando ainda mais o jogo de poder entre os diferentes atores naquele lócus.

O que levou ao fim dessa separação foi o evento da morte do último conde independente da Holanda. O novo duque da Holanda e Zelândia, a partir de 1428, era o duque Filipe, o Bom de Borgonha (1419-67). Com isso, pela primeira vez desde o império Carolíngio parte do norte passou a fazer parte de uma grande unidade política europeia com a sua base de poder ao sul dos grandes rios dos Países Baixos. Em 1348, com a morte do último conde independente de Flandres Louis de Malê, sua filha Margaret, que era casada com o duque Filipe, o audaz, de Borgonha, irmão mais novo do rei Francês Carlos V (1364-80), herdou as suas terras. Aqui reside o começo do

domínio da Borgonha³² sob os Países Baixos. De toda forma, o movimento expansivo da casa da Borgonha aconteceu tanto nos Países Baixos como no nordeste da França de forma crescente. Em 1404-6, a casa francesa se tornou, incontestavelmente, o poder dominante nos Países Baixos com a aquisição de Brabant e Limburg. Depois seguiu-se uma série de anexações e aquisições: Namur em 1421, Hainault em 1428, Zelândia e Holanda em 1425-28 e, e Guelder em 1473.

No período entre a morte do último conde holandês em 1425 e o estabelecimento do domínio efetivo da casa da Borgonha na Holanda houve um revigoramento da tensão entre as facções que travavam a guerra civil. Os *Hoeks* já eram oposição a então classe dominante também se opuseram, inicialmente, ao domínio da Borgonha, enquanto os *Cabeljauw* procuraram trabalhar conjuntamente com os novos líderes e se integraram no em rápido desenvolvimento (nascente) Estado da Borgonha. Depois de 1428 seguiu-se um período de mais tranquilidade e na década de 1430s o duque Felipe articulou um programa de reorganização administrativa e de construção de Estado visando transformar os Países Baixos sob a Borgonha em uma unidade mais coerente.

Deve se chamar atenção para o fato que o centro de poder nos Países Baixos sob a Borgonha assentava-se fundamentalmente na região sul desse território. Em 1451 foi construído o palácio ducal em Bruxelas que se tornou a capital. O processo decisório, os cargos de alto escalão, os privilégios e recompensas distribuídas pelo duque concentravam-se no grupo de grandes magnatas cujas terras eram localizadas na sua grande maioria na região sul. Como consequência disso, e em oposição a outros momentos, a Holanda passou a, do ponto de vista político, em alguma medida a ter seus interesses e necessidades subordinados às elites do sul e a corte da Borgonha em Bruxelas. Os *stadholders*³³ da Holanda e Zelândia eram quase sempre escolhidos dentre os grandes magnatas do sul. O próprio duque raramente visitava a região ao norte dos grandes rios. Quando ele o fazia, cuidados eram tomados para que a sua estadia fosse breve. Mais significativo era o fato de que, em oposição aos nobres de Brabant e Flandres, poucos nobres oriundos da Holanda e Zelândia tomavam assentos na corte ducal. Resumindo, o poder político central e os seus benefícios concentravam-se, em grande medida, no sul em detrimento do norte dos Países Baixos.

³² “Originally, the Burgundian dynasty possessed Flanders plus Wallon Flanders, and Mechelen, and had close ties with Artois and the Frache-Comté, as well as the duchy of Burgundy” (ISRAEL, 1995, p.21).

³³ É a maneira pela qual os governadores das províncias eram chamados nos Países Baixos.

Na realidade, os interesses mais fundamentais do duque Filipe nas províncias do norte eram que elas se mantivessem integradas ao Estado da Borgonha e contribuíssem devidamente com as taxas e impostos obrigatórios para cada província. De um modo geral, distribuía-se alguns cargos e funções políticas e jurídicas importantes da província da Holanda entre os dois grandes grupos que travavam a guerra civil na Holanda de modo a equilibrar a disputa entre eles e fazer com que o duque fosse o poder mediador. Essa também foi a maneira encontrada para evitar que cidades inteiras se rebelassem ou tentassem obstruir o domínio do duque.

Dessa maneira, os interesses das províncias ao norte contavam bem menos do que as da do sul. Sendo assim, pouco adiantaria os holandeses procurar ajuda com o duque para resolver o conflito cada vez mais intenso com a liga hanseática pela hegemonia comercial e marítima no norte dos Países Baixos. Os motivos para isso são diversos: o duque não teria nem tempo e recursos para mais essa frente de batalha tendo em vista os seus envolvimento já na Guerra de Cem anos com a França, e as suas relações com a Inglaterra. Além do mais, Flandres e Brabant tinham interesses antagônicos em relação aos holandeses no que se refere a questão desses últimos com os hanseáticos por que se os esforços holandeses prosperassem tanto o seu comércio quanto a sua produção têxtil iriam se fortalecer. E essa última (i.e produção têxtil holandesa) estava em competição direta com a de Flandres.

Com a intensificação do conflito entre a Holanda e *Lubeck* e seus aliados alemães que encontrou expressão máxima na guerra de 1438-41, o parlamento provincial holandês que sempre agiu em nome e conforme os desejos do duque resolveu agir por conta própria, como se fosse um governo separado e independente. Foi o parlamento provincial holandês, com o apoio de todas as cidades importantes marítimas e do interior, que arrecadou os recursos necessários para financiar a guerra, equipando frotas de guerras e se envolvendo fortemente nas questões políticas da Dinamarca-Noruega e no norte da Alemanha visando os interesses da província. Em especial, deve-se ressaltar, capacidade do parlamento holandês provincial, na ausência ou na posição distante do príncipe, de atuar enquanto um governo relativamente eficiente e coerente na realização dos seus objetivos estratégicos de poder e riqueza.

O particularismo urbano era mais presente do que a coesão provincial na maioria das províncias dos Países Baixos. Além do mais, a nobreza era dividida. A província holandesa, não obstante, era uma curiosa exceção a essa regra. Uma leitura para isso poder ser o,

(...) fact that the two main {político-}economic assets of Holland – the bulk-carrying fleet and herring fisheries - were neither located in, nor directly managed by, the six ‘big towns’ - Dordrecht, Haarlem, Leiden, Amsterdam, Delft and Gouda - which dominated the States (ISRAEL, 1995, p.24).

De um mesmo modo, as estruturas políticas dos diques, represas, comportas, etc. que protegiam as cidades e os campos também não se encontrava nessas ‘grandes cidades’. A consequência disso, em oposição ao que acontecia no norte da Itália e ao sul dos Países Baixos, foi uma redução drástica do particularismo urbano, da autonomia local e da necessidade indissolúvel da cooperação política entre as cidades holandesas.

Agir sozinha e isolada significava para cada uma das cidades holandesas isoladas não ter controle sobre as suas fontes³⁴ mais importantes de poder e riqueza. Desse modo, a única maneira das seis grandes cidades controlarem e defenderem essas fontes, as bases da sua prosperidade econômica coletiva, era por meio de uma relação política comum e coerente. Isso passou a se aplicar até mesmo para algumas cidades holandesas que no passado haviam entrado em conflito com outras cidades da província e se aliado à liga hanseática, mas que a partir do século XV se harmonizou com o todo que a província se tornou.

The Burgundian duke kept aloof from Holland’s Baltic war and politics. He sought neitherto direct, nor to restran the States. For it was only by allowing Holland to go her own way, even when clashing with the interest of Flanders and Brabant, that Holland could be successfully accomodated within Burgundian state. The Burgundian Netherlands of the fiteenth century was thus essentially a duality, with north and south scarcely less fundamentally divided politically and economically than in the past. (ISRAEL, 1995, p.25).

Na década de 1440 na província da Holanda explodiu um movimento insurrecional dos *Hoek* liderados por grupos políticos descontentes com a atual divisão do poder e as suas benesses nas cidades. Dado esse contexto, o duque veio pessoalmente, em 1445, a Holanda e realizou mudanças na administração provincial, expulsou os membros dos *Hoeks* dos cargos que eles ocupavam na burocracia civil e provincial, limitou alguns arranjos democráticos o que resultou na concentração de poder nas mãos dos patrícios na Holanda e Zelândia. Essa trajetória dos fatos levou a criação de um patriciado regente privilegiado, do ponto de vista político e econômico na

³⁴ “*Bulk-carrying and the herring fleets were mainly concentrated in a string of outports to the North – Enkhuizen, Hoorn, Medemblik and Edam – and in and around Rotterdam and the Maas Estuary.*” (ISRAEL, 1995, p.25).

metade do século XV. Essa situação, por sua vez, beneficiava o duque da Borgonha na medida em que a nova classe regente necessitava do apoio do duque para governar, ao mesmo tempo em que essa classe regente cuidaria da administração local, da justiça, coleta de impostos e dos interesses gerais do duque.

A ascensão holandesa no norte dos Países Baixos continuou de forma ininterrupta mesmo depois da entrada de cena da casa da Borgonha. Como conciliar isso com a ideia, já vista, de que os duques davam pouca atenção às preocupações holandesas, no geral, e às do Báltico, em especial? De forma simples, os duques holandeses apoiavam os holandeses exclusivamente naqueles casos onde eles percebiam os seus interesses estratégicos estavam sendo contemplados. Assim, diante da necessidade dos duques da Borgonha em subjugar outras partes do norte ainda fora do seu domínio, fazia-se uso do poder e recursos da Holanda para esse fim, já que Brabant e Flandres só tinham olhos para o sul e o oeste.

O movimento expansivo holandês no norte, apoiado pelos duques da Borgonha, seguiu seu curso e ganhou expressão na anexação a força de territórios, quando não, contou-se com o apoio de grupos internos dos territórios a serem anexados que eram favoráveis ou subservientes à causa dos duques da Borgonha e da província holandesa. O apogeu do Estado da Borgonha nos Países Baixos foi obtido sob o duque Carlos, o temerário (ou o audaz) no período que vai de 1467 a 1477. Esse duque era conhecido como um autoritário e severo governante que sempre, quando possível, gostava de mostrar para o parlamento provincial holandês quem era que, de fato, mandava. *“His policy was straightforward: to expand his army, conquer more territory, advance administrative centralization and raise more taxation”* (ISRAEL, 1995, p. 27). Seus métodos eram desproporcionais e impopulares, o que causava enormes ressentimentos entre pessoas importantes. A maior conquista de Carlos o temerário foi o sucesso em submeter Guelder em 1473.

O duque Carlos morreu em 1477 numa batalha perto de Nancy. Esse acontecimento serviu como uma ‘janela de oportunidade’ para todos aqueles que gostariam de se vingar do duque ou/e o viam como um obstáculo difícil de ser superado. Depois da disseminação da notícia da sua morte, sua filha Maria da Borgonha (1477-82) que herdou os domínios do seu pai, teve que lidar com oposição e revolta geral em seus territórios em um momento de escassez de recursos e tropas e com o exército francês invadindo as províncias do seu Estado que faziam fronteira com a França. A cidade de Gent, em Flandres, foi quem mais simbolizou a resistência em relação ao domínio da

Borgonha. Como consequência, Maria foi impelida a concordar com a celebração do, assim chamado, *Grand Privilège* em 1477, três semanas depois da morte do seu pai.

Esse *Grand Privilège* foi um documento, resultado de concessões políticas, que outorgou ao parlamento da Borgonha nos Países Baixos o direito de se convocar por iniciativa própria em qualquer momento que achar necessário, limitou o mandato dos governantes em tributar ou exigir mobilizações de tropas sem o consentimento das províncias. Holanda e Zelândia entraram também em revolta e não quiseram participar do mesmo acordo que as províncias do sul e exigiram um acordo específico para si. De forma similar e no mesmo ano de 1477, Maria também foi obrigada a ceder. Uma das resoluções principais desse documento impedia que estrangeiros, leia-se nobres oriundos do sul, pudessem ocupar cargos políticos, administrativos e judiciais nessas províncias ao norte.

Maria da Borgonha era casada com Maximiliano de Habsburgo³⁵ (1459-1519). Esse último nunca escondeu ser contrário às concessões político-institucionais feitas, em 1477, às províncias do norte e sul dos Países Baixos. Maximiliano contou com a ajuda dos grandes magnatas que continuaram a cumprir, agora sob os Habsburgos, o mesmo papel fundamental que cumpriam sob a casa da Borgonha, para cancelar essas concessões. Com a morte da Maria em 1482, Maximiliano recebeu o apoio desse grupo, mas sob a oposição de Flandres para ser regente dos Países Baixos em nome do filho do casal, Felipe I de Habsburgo. Também como o apoio dos magnatas e, mais uma vez, em oposição a Flandres, Maximiliano seguiu uma política de conflito incansável com os franceses. Com a morte da Maria da Borgonha, inicia-se uma nova era nos Países Baixos, sob o domínio dos Habsburgos.

É importante ressaltar ainda que as lutas por poder entre as dinastias Habsburgos e *Valois*, que Carlos V e Francisco I e que seus filhos continuariam foi possibilitado pelo casamento entre Maria da Borgonha e Maximiliano Habsburgo. Esses conflitos serão marcantes nas relações tradicionais e antagônicas entre a França e a Espanha (e.g. MAINKA, 2003, p.188) cuja rivalidade pode ser considerada a batalha central que guiará o tabuleiro geopolítico europeu, pelo menos, no que se refere os objetivos deste trabalho.

³⁵ “His {Maximiliano} short-lived marriage to Mary, the daughter of Charles of Burgundy, was the most important dynastic union of the period. It brought the Habsburgs the Netherlands territories which Charles had ruled; and these included some of the greatest and wealthiest cities in Europe - Ghent, Bruges, above all Antwerp” (ANDERSON, 1998, p.71).

Em 1486, Maximiliano voltou provisoriamente para a Áustria e quando ele retornou aos Países Baixos, em 1487, ele tinha sofrido algumas derrotas contra o rei francês Carlos VIII, o que foi agravado por uma retomada da revolta em Flandres contra a sua autoridade. Gent e Bruges lideravam a revolta (ISRAEL, 1995, p.29) e esta primeira chegou a concluir uma aliança com a França e permitir uma guarnição francesa no seu território (VAN UYTVEN *apud* Israel, 1995, p.29). Pouco tempo depois, tropas germânicas de Frederico III (i.e. Sacro Imperador Romano) chegaram e penalizaram as cidades insurgentes. A partir de 1489, a exígua ajuda francesa as cidades rebeldes não permitiu maiores avanços e a revolta começou a perder força, embora só tenha chegado ao fim em 1492. A única exceção foi o ducado de Guelder onde o duque Karel conseguiu triunfar em detrimento dos Hasburgos contando com o apoio francês. Em 1504, uma nova tentativa de invadir e retomar o ducado liderado por Filipe I, filho de Maximiliano, fracassou. O ducado de Guelder e seus líderes, apoiados pelos franceses, e outros atores político-territoriais (como os ingleses) ainda dariam muito trabalho a autoridade e poder dos Habsburgo nos Países Baixos nas décadas seguintes, como veremos no decorrer desse trabalho.

Em 1493 no contexto da morte do seu pai, Maximiliano voltou para Áustria e o sucedeu como Sacro Imperador Romano, mas não sem antes conseguir que as concessões institucionais de 1477 que a sua mulher tinha feito fossem revogadas. Com a sua partida, Filipe de Habsburgo (pai do futuro Carlos V) foi proclamado o soberano dos Países Baixos Habsburgos. Seu reinado seria, no entanto, breve (1493-1506) já que ele faleceria cedo. Os Países Baixos ficariam sob os cuidados da sua irmã Margarida de Áustria que governaria entre 1506 até a ascensão de Carlos V em 1515. Tanto o reinado de Filipe como a regência de Margarida seria caracterizado, principalmente no sul, por um período de estabilidade e harmonia³⁶, em grande medida, em razão do fato da França está envolvida nas guerras italianas a partir de 1494. Em relação a isso destaca-se que,

The invasion of the Italian peninsula in 1494 by a powerful French army commanded in person by the king, Charles VIII, was quickly seen by contemporaries as opening a new epoch in relations between the states of Western Europe. In the decades that followed the ruling houses of France and the Spanish kingdoms (essentially Castile) emerged clearly as rivals for primacy in the west, powers with which no other could compete. (ANDERSON, 1998, p.69).

³⁶ “Nevertheless, major stresses persisted. Within the Habsburg Netherlands there was a gradual strengthening of central authority in various spheres” (ISRAEL, 1995, p.33).

O norte dos Países Baixos ainda seria palco nas próximas décadas de resistência interna ao poder Habsburgo e da Holanda. Exemplos dessa resistência viriam principalmente de Guelder e Frísia. A união dinástica Borgonha e Habsburgo e seus desdobramentos e o advento das guerras italianas, dentre outros eventos, inauguraram, possivelmente, uma era onde as disputas por poder e riqueza seriam cada vez crescentes, mais intensas e com um envolvimento político-econômico de diversos atores externos cada vez maiores. Esse é exatamente o tema da seção seguinte onde será feita uma discussão breve do domínio Habsburgo nos Países Baixos e a sua atuação na política europeia, a Guerra de Independência Neerlandesa, o papel crucial das relações sistêmicas europeia durante essa guerra e a construção da primeira fase da supremacia comercial neerlandesa nesse contexto.

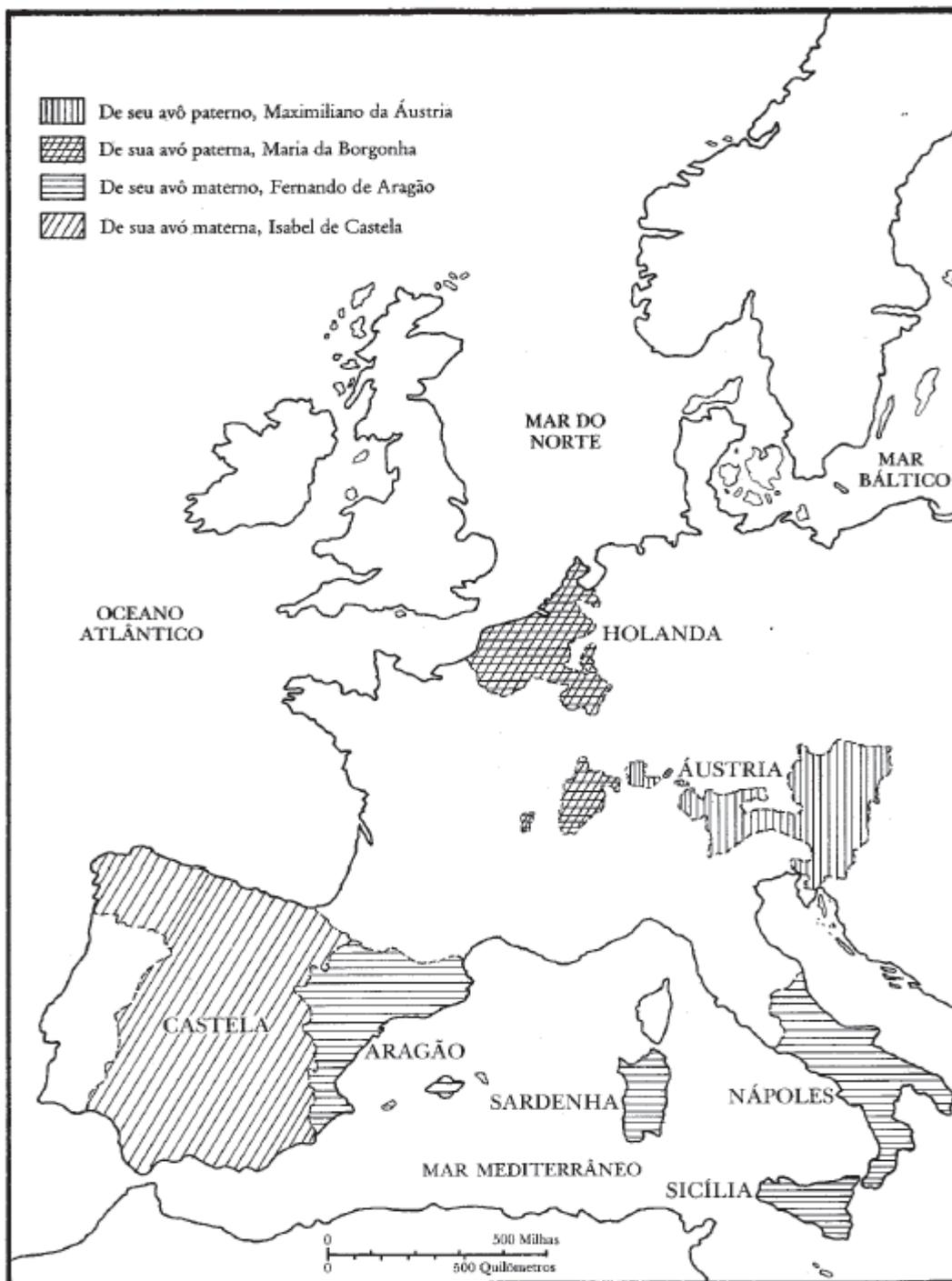
2.2 - Países Baixos Sob Carlos V, Conflitos Europeus, Revolta e Guerras de Independência Neerlandesas, Supremacia Comercial (1515-1590)

Aqui faz-se necessário dedicar atenção a figura de Carlos V não só por causa do papel fundamental que o imperador ocupou na história europeia, em geral, e na história dos Países Baixos, em especial, mas também por que ele encarnava o papel de ‘autoridade central’ dos Países Baixos com as consequências político-militares e econômicas que daí decorreram.

Carlos nasceu em Gent³⁷ no dia 24 de fevereiro de 1500. Seu pai era Filipe de Habsburgo (O Belo) e seu avô e avó paternos eram, respectivamente, o arquiduque Maximiliano I de Habsburgo, mais tarde Sacro Imperador Romano (1508-1519) e a duquesa Maria da Borgonha. A mãe de Carlos era Joana, a terceira filha de Fernando de Aragão e Isabel de Castela, cuja união formou a atual Espanha. Essa vasta aglutinação (Ver MAPA 3, p.39) de principados, províncias, ducados, condados, reinos e cidades não contíguas geograficamente e nem homogêneas culturalmente (MALTBY 2002, p.8) encontrou expressão na contingente (e.g. MALTBY, 2002, p.6-8, KENNEDY, 1989) concentração dos legados de Castela, de Aragão, da Borgonha e dos Habsburgos nas mãos de Carlos V. Nesse período, casamentos dinásticos, além das guerras e alianças políticas, eram utilizados como importantes instrumentos (e.g. ANDERSON, 1998, p.102-103,

³⁷Cidade localizada entre Bruxelas e Bruges na província de Flandres nos, nessa época, Países Baixos do sul, atual, Bélgica.

Mapa 3: Posses e domínios de Carlos V em 1519



Fonte: (KENNEDY, 1989, p.42).

MAINKA, 2003, p.218, FIORI, 2004) de poder entre os diferentes atores políticos. Desse modo, a concentração de tantas posses nas mãos de Carlos V seria apenas parcialmente acidental tendo sido também, em parte, o resultado de escolhas deliberadas anteriormente feitas que visavam o acúmulo de poder dos envolvidos.

Com a morte do seu pai (em 1506), a maioria de Carlos foi antecipada e ele foi proclamado, em janeiro de 1515, governante dos Países Baixos Habsburgo perante os Estados Gerais em Bruxelas. O estado mental de sua mãe, conhecida também como Joana, a Louca, já vinha se deteriorando há algum tempo e culminou no seu confinamento no castelo de Tordesilhas, onde ela ficou até a sua morte em 1555. Carlos, que já era oficialmente titular das terras da Borgonha, Habsburgo e Castela, herdou também Aragão e as suas posses italianas (Nápoles, Sardenha e Sicília) com a morte de seu avô materno, Fernando, em 1516. Isso fez com que Carlos deixasse os Países Baixos em Setembro de 1517 para tomar posse do trono espanhol. Essa foi a segunda vez que os Países Baixos Habsburgo ficaram sob a regência (1517- 1530) da irmã do seu pai, sua tia, Margarida de Áustria.

Ainda no contexto das alianças matrimoniais³⁸, Maximiliano I negociara também o casamento de Ferdinando, irmão de Carlos V, com Anne, a filha de Vladislas, o rei *Jagellonian* da Bohemia. De um ponto de vista estratégico, a aliança Habsburgo-Jagellonian servia os interesses dos Habsburgos não só pelo acréscimo de um reino rico na sua zona de influência, mas também pelo fato que o rei desse reino também era um Eleitor Imperial. O casamento, no entanto, foi postergado por cinco anos porque o rei da Bohemia não queria que sua filha se casasse com alguém sem poder, terras e responsabilidades. Considerando, provavelmente, os seus interesses de poder em jogo, Carlos V concordou em ceder as terras ancestrais dos Habsburgos na Áustria e sudoeste alemão ao seu irmão. O acordo selado implicava que Ferdinando iria administrar essas terras e os seus inerentes recursos, que deveriam ser mais do que necessários para se contrapor aos turcos-otomanos, em nome de Carlos V que continuaria como o governante nominal dessas terras. Com isso, o casamento pôde acontecer em 1521 (MALTBY, 2002, p. 26).

Uma vez empossado como soberano dos Países Baixos, das posses espanholas e italianas era a vez do Sacro Império Romano. A eleição³⁹ de Carlos V para Sacro

³⁸O próprio Carlos V “*married a Portuguese princess, while one of his sisters became wife of his great rival Francis I, another married Christian II of Denmark, another Louis II of Hungary and yet another John III of Portugal. His son Philip was to marry in turn a Portuguese princess, the queen of England, a French Princess and an Austrian archduchess, while one of his nieces married a king of Poland and another the lasy Sforza duke of Milan*” (ANDERSON, 1998, p.103). Isso sugere o quão generalizado era a união dinástica enquanto um instrumento de poder na época.

³⁹“*In 1356 the Golden Bull formalized existing practice by decreeing that the Holy Roman Emperor should be chosen by a majority of seven Electors: the Margrave of Brandenburg, the Duke of Saxony, the King of Bohemia, the Count palatine of the Rhine, and the Archbishops of Mainz, Trier and Cologne*” (MALTBY, 2002, p. 19).

Imperador poderia ter sido mais fácil, se o seu avô (i.e. Maximiliano I), que o antecedeu como Sacro Imperador, o tivesse nomeado rei dos Romanos, nomeação imperial que antecedia a coroação pelo papa. Essa foi uma maneira frequentemente encontrada pelos Sacros Imperadores, ainda no cargo, para tentar influenciar na sua própria sucessão. Embora Maximiliano I ambicionasse fazê-lo, morreu, em janeiro de 1519, antes que pudesse realizar tal ato. Seja como for, o título de Sacro Imperador Romano perdeu muito do seu poder real a partir da Idade Média; todavia, manteve certa atração para aqueles ansiosos em exercer poder nos assuntos europeus, em geral, e germânicos, em especial (KENNEDY, 1989, p.4). No contexto da ausência da nomeação imperial outros candidatos entraram também em cena, como Francisco I da França, Henrique VIII da Inglaterra, duas das principais unidades políticas-econômicas-territoriais que os Países Baixos e a Espanha teriam que lidar no continente europeu, e Frederico, o Sábio, da Saxônia (MALTBY, 2002).

Carlos V foi eleito no dia 28 de Junho de 1519, mas para isso fez uso de vultosos subornos e ameaças de uso da força. Essa campanha política custou um valor que ultrapassou a cifra de 835 mil *florins*, quantia que nem Francisco I ou Henrique poderiam igualar ou ultrapassar. Sobre a relação poder político e econômico deve ser ressaltado que foi baseado na garantia de:

Permanent revenues from Castile and the Tyrol, Charles could draw on the goodwill of German and Italian bankers. The Fuggers of Augsburg, then, Europe's greatest bankers, alone contributed 542 000 florins or 65 percent of the total. The Fuggers loans marked the beginning of a long-term relationship that would become one of the cornerstones of Charles's power (MALTBY, 2002, p. 20).

A disputa para a eleição como sacro imperador romano é reveladora da natureza competitiva e sistêmica das relações de poder da política europeia dessa época e pode ser vista como apenas uma prévia das múltiplas e recorrentes disputas que Carlos V e, mais especificamente, os Países Baixos teriam que travar. O 'tabuleiro geopolítico' mais importante e o conflito central que norteará todo o reinado de Carlos V é a rivalidade entre Habsburgos, França e Otomanos. Outro tabuleiro menos significativo, do ponto de vista da política de poder europeia mais ampla, mas que, de alguma forma, e em alguns momentos se entrelaçaria com esse conflito maior é o das disputas mais localizadas nos Países Baixos e entre eles, ou parte dele, e o seu entorno imediato. Agora nos voltaremos a esse tabuleiro menor.

2.2.1 - Consolidação Territorial nos Países Baixos (1516 – 1559) e Guerras Valois-Habsburgo

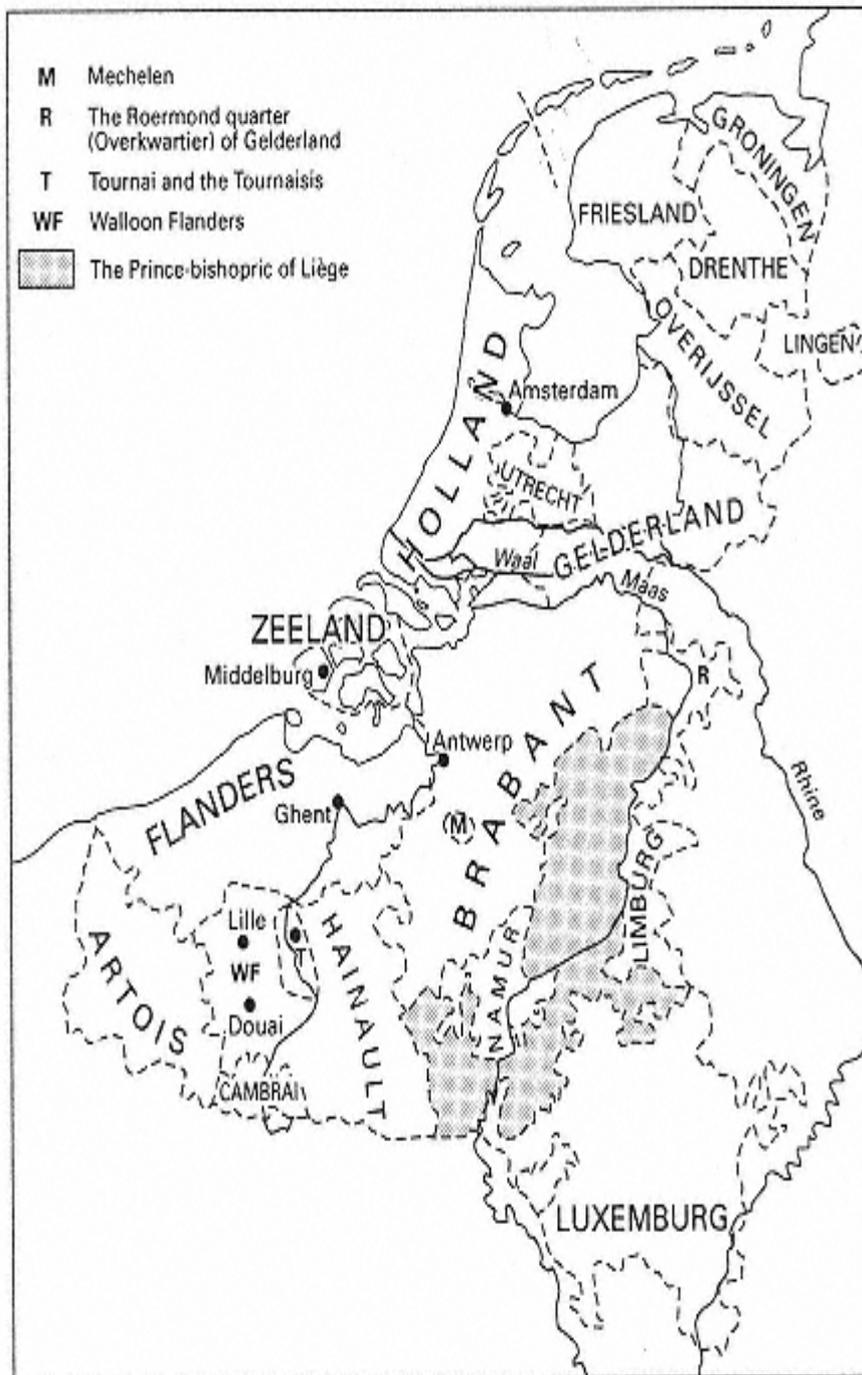
A história dos Países Baixos (Ver MAPA 4, p.43) narrada na seção 2.1 demonstra que o movimento expansivo holandês em direção ao norte dos Países Baixos⁴⁰ data de séculos, mas ainda encontrava resistências mesmo que não de forma generalizada em todo o norte. De um modo geral, pode-se dizer que em alguns governos das cidades e em muitos grupos da nobreza (localizados fora da província holandesa) havia, de maneira crescente, uma tendência à aceitação do domínio de uma Holanda cada vez mais poderosa e próspera cuja história de sucesso, na sua longa duração, é tributária em grande medida da geografia.

Tem que ser admitido que entregues a si, as províncias ao nordeste dos Países Baixos tais como Frísia, Groningen, Overijssel, Drente, Utrecht e talvez até Guelder - esse último era inimigo declarado dos Habsburgos (que foi um grande obstáculo da unificação do norte) -, se mostraram incapazes de resolver suas endêmicas lutas internas entre seus grupos rivais e formar um governo provincial estável. Mesmo quando algumas dessas conseguiram constituir algum tipo de governo, esse evidenciou-se vulnerável em demorado para realizar esses objetivos. Se estabilidade viria um dia, ela seria o resultado da projeção de poder de um centro que residiria na província holandesa, excluindo-se das possibilidades outros centros como Flandres e Brabant (ISRAEL, 1995)⁴¹.

⁴⁰ Os Países Baixos se encontravam num momento crítico quando do advento do reinado de Carlos V naquele território (1515). Isso porque embora o sul estivesse numa situação relativamente estável, o norte, em contrapartida, enfrentava grandes turbulências. Movimentos insurrecionais anti-habsburgo e anti-Holanda em várias partes dos Países Baixos, tais como em Frísia, Groningen, Guelder e Utrecht, estavam, dentre outras coisas, prejudicando os tráficos fluviais e marítimos. Dado esse contexto, a perspectiva da união de todo o norte dos Países Baixos sob os Habsburgos servia também aos interesses da Holanda. (TRACY *apud* Israel, 1995, p.34). Carlos V, abduzido por outros compromissos e dificuldades, dentre eles, a sua sucessão ao trono espanhol e outras questões europeias, não pôde oferecer a vontade política, a atenção e os recursos necessários para resolver esse desafio no tempo hábil, deixando a responsabilidade para os *stadholders* (i.e representantes da autoridade central e governadores das províncias escolhidos entre os nobres líderes) do norte e o parlamento provincial da Holanda de resolver essa complicada questão (ISRAEL, 1995, p.34-35).

⁴¹“*Nor could Flanders and Brabant have served as a plausible alternative. The Rivers and inland waterways, and thus internal trade generally, flowed from West to east and not south to North, so that, for the rivers towns of Gelderland and Overijssel, what mattered in economic life was the flow of traffic along the Rhine, Maas, and Wall, and across the Zuider Zee – that is their interaction with holland – rather than their tenuous contact with Flanders and Brabant*” (ISRAEL, 1995, p.57).

Mapa 4: As Províncias dos Países Baixos no reinado de Carlos V



Fonte: (ISRAEL, 1995, p. 36).

Em 1516, uma expedição holandesa foi enviada a Frísia, mas embora não tenha, nesse momento, alcançado seu objetivo (em subjugar esse território), tão pouco foi facilmente derrotada. Pelo contrário, na medida em que a guerra se prolongava de forma inconclusiva ganhava força a causa Habsburgo como consequência do desgaste causado por amotinados soldados de Guelder que saqueavam e pilhavam a região durante as

batalhas. Esse (i.e. soldados que se amotinavam, saqueavam, pilhavam deixando marcas de destruição por onde passavam) era um fenômeno generalizado, pelo menos, nas guerras do século dezesseis e dezessete, resultado, dentre outras coisas, das imensas dificuldades de se financiar de maneira satisfatória as guerras que, por sua vez, resultava na ausência ou no pagamento irregular dos soldados (e.g. HART, 2014). O duque Karel (também chamado de Carlos II) de Guelder, que era um inimigo dos Habsburgos, colocou-se lado a lado dos frísios que ainda resistiam ao domínio Habsburgo por querer manter suas liberdades e privilégios e evitar taxas e impostos que certamente viriam no caso de uma anexação política. As tensões entre o poder dos Habsburgos e o duque de Guelder, que era apoiado pelos franceses, viriam a ser uma tensão constante até o dia do acerto de contas final entre eles.

As lutas pelo poder entre os franceses e Habsburgos serão de longe o conflito mais importante, dispendioso e fatal, pelo menos durante o reino de Carlos V, para ambas as partes. Mais do que isso, esse conflito pode ser visto como o que organizou o tabuleiro de guerra europeu do século XVI. A origem dos conflitos entre os *Valois* franceses e os Habsburgos reside, em parte, na história herdada, por esse último, das disputas entre os franceses e a dinastia Borgonha, que era uma linha secundária da casa dos *Valois*, que já buscava, pelo menos desde a segunda metade do século XIV, aumentar o seu poder por meio do aumento do seu território, o que ia de encontro com os interesses dos reis franceses em aumentar e centralizar o seu poder real diante dos príncipes feudais concorrentes (MAINKA, 2003, p.188-189). Os projetos antagônicos expansivos entre essas duas casas dinásticas europeias as levariam, acompanhadas de seus mutáveis aliados, a, pelo menos, cinco guerras (1521-1559).

Diferente de outros conflitos mais longe, Guelder localizava-se bem perto dos Países Baixos, em geral, e a Holanda, em especial, aumentando a sensação de insegurança e a possibilidade de ações exploratórias que poderiam causar prejuízo às terras e súditos de Carlos V. Em relação a essa proximidade pode se chamar atenção ao fato de que:

The Duke's lands bestrode three branches of the Rhine important to Holland's commerce—the Waal, the Lek, and the Nederrijn. To the south, it adjoined Holland's fertile southeastern salient along the Maas. To the north, its coastline was a springboard for harassment of the merchant shipping that threaded its way to Amsterdam along well-marked channels through the Zuider Zee shallows. In between, Guelders was separated from Holland by the down-river portion of the episcopal principality of Utrecht (later, the province of Utrecht), but this did not prevent Karel van Egmont's armies from striking through into central Holland (TRACY, 1990, p. 68).

Alguém poderia se perguntar por que o imperador Carlos V com todo o seu poder e riqueza não tentou em dominar de forma rápida a Frísia e todo o norte dos Países Baixos ainda fora do seu domínio? Além do financiamento das guerras ser algo muito complicado nesse período (HART, 2014) Carlos V tinha ele que lidar, nesse mesmo momento, com a revolta dos *Comuneros* (1520) na Espanha, a ameaça francesa na Itália e a posterior eclosão da guerra com a mesma em 1521, a Reforma⁴² na Alemanha e o movimento expansivo turco-otomano (ISRAEL, 1995) que exercia “pressão competitiva” sobre a Europa desde os primórdios da década de vinte do século XVI, chegando a tomar Belgrado depois do ‘Cercos de Belgrado’ em 1521. Ou seja, os múltiplos tabuleiros de guerra e problemas que o imperador tinha que operar e lidar constrangiam sua capacidade de atuação em alguns momentos, lembrando aquilo que um autor chamou de ‘excessiva extensão imperial’ (KENNEDY, 1989). Diante dessa situação tanto Carlos V, como Margarida, a sua regente nos Países Baixos, e a sua corte em Bruxelas, resolveram privilegiar estas disputas política maiores em detrimento daquela de natureza mais local que ocorria no norte.

De um modo geral, os Estados Gerais dos Países Baixos resistiam ao máximo aprovar recursos para as guerras. Esse foi o caso tanto com o arquiduque Filipe, pai de Carlos V, como com sua tia e regente, Margarida da Áustria. Essa tensão entre autoridade central e províncias e cidades por recursos para atividades bélicas será uma variável constante observável durante todo o reino Habsburgo⁴³ nos Países Baixos. Por volta de 1517, os conflitos com os Guelders se avolumaram e isso levou a um aumento da necessidade de recursos para as guerras no mesmo momento em que os neerlandeses resistiam a aprovar mais impostos. Em relação a isso destaca-se,

The modern historian of this conflict finds that Margaret and Maximilian were quite reasonable in demanding stern measures against Guelders and that critics of this policy, among the nobles and in the States General, were naive to think that Karel van Egmont could be controlled by maintaining good relations with his patron, the King of France. But what struck contemporaries was the inability of the seemingly powerful Habsburg state to protect its subjects from the depredations of a robber-baron princeling. As an English envoy in Brussels remarked in 1516, "Even now the prince [Charles] is in the Low Countries, and the Duke of Guelders takes his subjects prisoner" (TRACY, 1990, p.68).

⁴²A reforma e a questão religiosa, embora sejam relevantes, não serão abordadas neste trabalho, mas referências serão feitas na medida em que elas se relacionarem diretamente com o objeto de estudo principal deste trabalho.

⁴³Essa tensão é também, em alguma medida, observável nas Províncias Unidas durante a Guerra de Oitenta Anos (1568-1648).

Margarida de Áustria escreveu certa vez ao seu irmão narrando as dificuldades em ter que lidar com representantes do parlamento provincial holandês, que questionavam a recorrente necessidade de se ter que contribuir de forma crescente com o fardo da guerra enquanto na realidade, segundo alegavam os representantes holandeses, os recursos votados no parlamento para esse objetivo era, com frequência, desviado para outros fins (TRACY, 1990, p. 78). Aqui vemos como a guerra, pelo menos a partir do século dezesseis, já era utilizada como um pretexto ou ‘*rationalization*’,⁴⁴ para utilizar um conceito oriundo das ‘Análises de Discurso’.

Num contra-ataque frísio, apoiado por Guelder, em 1517 foram intensificados os ataques contra o transporte marítimos holandês, ao mesmo tempo em que uma *raiding force*⁴⁵ desembarcava nessa província pilhando uma faixa considerável de território, chegando até próximo dos muros de Amsterdam. A resposta da Holanda não demorou e foi definitiva. Aqui é importante chamar atenção para o fato de que a Holanda, inicialmente, não apoiou a incursão Habsburga na Frísia e só o fez posteriormente depois que os seus interesses passaram a ser prejudicados (TRACY, 1990, p.80). Entre 1521⁴⁶ a 1523, o parlamento provincial holandês votou de forma excepcional grandes somas de dinheiro para uma nova expedição contra a Frísia. A mobilização de um exército, somada ao enfraquecimento tanto do apoio frísio à guerra e como da aliança com os Guelder, levou a queda de Frísia em 1523 (ISRAEL, 1995, p.59-60).

⁴⁴*Rationalization* é empregado aqui como algo que justifica certo curso de ação (no caso em questão, recursos para a guerra) baseado em certos alegados motivos e valores (recursos para financiar a invasão de Guelder) que, na realidade, não condizem com os verdadeiros motivos (que seriam suar os recursos para gastar com outras questões) que levaram a esse determinado curso de ação (no caso, o desejo dos recursos para financiar a invasão de Guelder). A guerra aqui é utilizada apenas como discurso legitimador para se conseguir recursos para outros fins. Para análises sobre isso e, mais em geral, como discurso pode ser utilizado como instrumento do poder, vê, por exemplo, Fairclough e Fairclough (2012) ‘*Political Discourse Analysis: A Method for Advanced Students*’.

⁴⁵Incursões pontuais, rápidas e esporádicas compostas, normalmente, por um pequeno contingente que visa realizar determinadas ações como: pilhagem, saques e ou ataques contra determinados alvos.

⁴⁶ Com a morte de Margarida, regente dos Países Baixos, em 1521, Carlos retornou a Bruxelas onde permaneceu quase o ano inteiro. Neste mesmo ano, ele trabalhou na reorganização, fortalecimento da administração dos Países Baixos e criou três instituições centrais. A primeira foi um conselho de Estado, a segunda um reorganizado conselho de finanças e, por último, um conselho secreto também chamado de “*Collateral Councils*”. O conselho de Estado era composto pelos principais senhores feudais, que consistia em doze membros oriundos, principalmente, do sul. Já os conselhos secretos eram integrados por juristas e burocratas profissionais. Uma tendência marcante durante o reino do Carlos V foi o fato de que muitos cargos, outrora preenchidos por nobres, foram sendo progressivamente ocupados por não nobres, preferencialmente por pessoas com formação universitária (VAN NIEROP *apud* Israel, 1995, p. 38). Magistratura e os governos das cidades continuaram nas mãos dos patrícios regentes, mas eles também foram afetados pelo progresso de burocratização dos Países Baixos, que exigia uma maior cooperação e supervisão mútua entre os diversos conselhos, tribunais, e governos centrais, provinciais e das cidades.

A primeira guerra Valois-Habsburgo (sob Carlos V) começou em 1521 e encerrou-se com o “Acordo de paz de Madri” em 1526. Esse acordo foi precedido da captura em batalha do rei francês que foi forçado a aceitar determinados termos para sua libertação – não fossem essas condições ele jamais teria aceitado os termos acordados. Em harmonia com a ‘Paz de Madrid’,

(...) ditado por Carlos, a França perdeu os Ducados de Borgonha e Milão e teve que renunciar à sua supremacia feudal sobre Flandres e o *Artois*, assim como todas as suas pretensões territoriais na Itália como, por exemplo, Gênova, *Asti* e o reino de Nápoles. Acordos de matrimônio entre Francisco (...) e Leonor de Portugal, a irmã mais velha de Carlos, viúva do rei português, Manoel I, o Feliz (1469-1521, rei desde 1495), assim como entre Francisco, o filho do rei francês, e Maria (falecida em 1545) a filha de Leonor, deveriam confirmar a paz no futuro {entre franceses e Habsburgos} (MAINKA, 2003, p.202).

O rei francês teria declarado em um protesto secreto e confessado para os seus íntimos que só assinou este acordo para evitar danos maiores e sob a coação da violência direta e da longa prisão, o que anularia, em sua opinião, a validade do mesmo. Ainda em 1526, outro evento político teria implicações consideráveis para o futuro dos Habsburgos. De acordo com as resoluções hereditárias negociadas a dez anos atrás em Viena, se o rei húngaro e boêmio Luis II viessem a falecer sem deixar herdeiros, Fernando, irmão de Carlos V e filho de Maximiliano I, ascenderia ao trono em questão. No entanto, no contexto da derrota acachapante dos húngaros na “Batalha de Mohacz”, seguida da morte do rei quando tentava fugir, o magnata húngaro João Zapolya, respaldado pelos turcos que viam os Habsburgo como um inimigo, contestou as pretensões de Fernando, e foi eleito contra-rei, chegando a dominar uma grande parte desse território enquanto Fernando ocupou apenas o leste da região (MAINKA, 2003, p.202). Se esse evento, por um lado, aumentou o poder dos Habsburgos e do Carlos V, por outro, obstaculizou a posição de Carlos V com a criação de mais uma fronteira de ameaças e guerra em potencial.

Essa sobreposição de tabuleiros, um entre Habsburgos e turcos-otomanos e esse outro narrado acima na Hungria e Boêmia é revelador da natureza sistêmica das relações entre unidades políticas-territoriais no âmbito europeu. Se os turcos-otomanos permitissem que Fernando ascendesse ao trono do território em questão isso faria, a princípio, com que os Habsburgo aumentassem o seu poder, tornando-se, dessa maneira, uma ameaça maior para os turcos-otomanos. De um ponto de vista realista, pode-se entender o motivo do apoio turco-otomano aos opositores dos Habsburgo nessa disputa sucessória a despeito de um acordo existente negociado anteriormente.

Em 1524, nos Países Baixos, a morte de Filipe da Borgonha, príncipe-bispo de Utrecht, Overijssel e Drente e aliado dos Habsburgos, fez com que a situação no interior dos Países Baixos se complicasse. O que se seguiu foi uma luta fratricida entre grupos pró e contra os Habsburgos. Embora uma solução mediadora tivesse sido aventada ao se escolher um novo príncipe-bispo que mantinha tanto relação com Carlos V como o duque Karel, esse último rompeu o acordo e enviou tropas, intervindo no conflito, incentivado por Francisco I da França, cujos interesses eram servidos com o enfraquecimento do poder dos Habsburgos nos Países Baixos de modo a afetar a correlação de forças na arena italiana (ISRAEL, 1995).

Karel combateu a influência protestante nos seus domínios, negou os apelos para apoiar a Reforma, e de se aliar com os príncipes germânicos protestantes. Isso porque seu distanciamento dessas questões político-religiosas, o manteria, na ótica de Carlos V, como um problema de segunda ordem frente à ameaça francesa, os turcos e o luteranismo. Essa era a melhor maneira, do ponto de vista do duque, de manter os confrontos em um nível no qual os modestos recursos do duque da Guelder pudessem arcar (WESSELS *apud* Israel, 1995, p.61).

A segunda guerra Valois-Hasburgos (1526-1529) seguiu quase que instantaneamente a primeira (1521-1526). Um detalhe importante é que diferente da primeira guerra, na qual a Inglaterra tinha se aliado aos Habsburgos, nessa segunda, o rei inglês Henrique VIII (1491-1547, rei a partir de 1509), objetivando se divorciar de Catarina de Aragão, tia de Carlos V, se aproximou dos franceses. A vitória de Carlos V teria sido delineada a partir da mudança de lado perpetrada pelos genoveses, possuidores da maior frota do Mediterrâneo, do lado francês para o lado imperial a partir, fundamentalmente, da promessa de uma maior independência para os genoveses sob o poder dos Habsburgos em relação ao que seria o caso com a França (MAINKA, 2003, p.205).⁴⁷

Chama-se atenção ao fato de que, além da necessidade de se ter, evidentemente, poder como uma condição necessária para ser capaz de fazer esse tipo de oferta que Carlos V fez aos genoveses, é necessário também saber como (sagacidade política) e quando agir (*Timing* político)⁴⁸. Isso é algo que Carlos V vai demonstrar, em grande

⁴⁷ De fato, a “Convenção de Madrid” de 1528 outorgou a independência estatal a Gênova e privilégios extensos de comércio, ver MAINKA (2003, p. 205, nota de rodapé 65).

⁴⁸ Aqui pode ser invocada a lembrança de Maquiavel que na sua obra ‘O Príncipe’, já chamava atenção para isso ao se referir a relação entre a fortuna e *virtú*.

medida, durante todo o seu reino. A Paz de *Cambrai* (1529) selou a paz entre as duas partes, que duraria, pelo menos, sete anos.

Essa trégua de sete anos possibilitou a Carlos V recrudescer as relações com as corporações feudais do império que não combatiam e/ou apoiavam o luteranismo. A essa separação teológica seguiu, em 1531, a cisão política a partir da fundação da Liga de Esmalcalde.⁴⁹ O rei francês já se articulava para um novo enfretamento. Os franceses já mantinham relações, a datar de 1526, com outro aliado dos turcos-otomanos e inimigos dos Habsburgos, o já mencionado contra-rei húngaro João Zapolya⁵⁰. Além do mais, os franceses selaram uma aliança com o príncipe de Argel, Chaireddim Barbaruiva, em 1534, que se tornou posteriormente chefe da frota dos turcos-otomanos e responsável por aterrorizar o Mediterrâneo com saques e assaltos. Numa campanha conjunta entre Carlos V e Fernando, atacou-se Túnis, que servia como base naval para o príncipe de Argel. Esse contexto poder ter aumentado a propensão do sultão turco-otomano ficou a aceitar a oferta francesa de uma aliança direta em 1536. As tentativas francesas de se aliar aos protestantes alemães teriam sido nesse momento frustradas pela aproximação e aliança francesa com os turcos-otomanos (MAINKA, 2003, p.207-208, ANDERSON, 1998, p.107).

A ameaça turco-otomana pode ser considerada como uma variável significativa nesse contexto de disputas na Europa Ocidental. A existência de mais uma frente de batalhas e ameaças drenou, desse modo, mais recursos e atenção de Carlos V, que teve que dividir seus esforços de guerra com mais uma ameaça e tabuleiro de conflitos. Uma aliança vigorosa com os ‘infieis’ poderia trazer alguns incômodos e resultar em críticas ao rei francês, mas isso não pareceu impedir Francisco⁵¹ I em nome da sua luta por poder contra Carlos V (ANDERSON, 1998). No entanto, ter um inimigo em comum pode não significar muita coisa, se os interesses em jogo forem muito divergentes.

Do ponto de vista da França, pode-se argumentar não haver interesse numa investida turco-otomana contra os Habsburgos na Europa Central já que isso poderia aproximar os príncipes germânicos do imperador. O que poderia ser muito mais interessante para os franceses eram ataques turco-otomanos contra a costa espanhola e italiana. De modo similar, os turcos tinham muito pouco a ganhar com as investidas

⁴⁹“Que representou os interesses políticos das corporações feudais protestantes” (MAINKA, 2003, p.207).

⁵⁰(MAINKA, 2003, p. 207, nota de rodapé 76).

⁵¹O rei francês teria dito a um embaixador veneziano em 1351 “*I cannot deny that I keenly desire the Turk powerful and ready for war, not for myself, because he is na infidel and we are Christians, but to undermine the emperorps Power, to force heavy expenses upon him and to reassure all other governments against so powerful na enemy*” (apud ANDERSON, 1998, p.105).

francesas em Flandres ou na fronteira imediata com os Países Baixos. Isso, no contexto da disposição de ambas as partes de trabalhar juntas, não inviabilizou as relações dos desafetos de Carlos V (ANDERSON, 1998, p.107), mas demonstra as dificuldades envolvidas nesse tipo de articulação.

Algo parecido aconteceu do outro lado também:

The Archduke Ferdinand, in his efforts to hold his own against the Turkish menace, was forced in the absence of effective help from his brother to demand, or rather plead for, men and Money from the German princes. The Lutheran leaders thus quickly realized that the Turkish danger and their support against it provided them with an ideal opportunity to exhort concessions in Germany from the Archduke and even from the emperor (IBIDEM, p.107-108).

No ano de 1532, quando a ameaça turco-otomana recrudesciu o imperador foi forçado a aceitar o ensinamento de novas doutrinas religiosas tanto em territórios católicos como naqueles que já tinham sido dominados pelo luteranismo. É interessante notar como Fernando – em um contexto no qual duas ameaças se colocavam e a sua incapacidade em lidar com as duas ao mesmo tempo foi demonstrada – foi impelido a fazer concessões que de outro modo talvez ele não tivesse feito. O que demonstra um pragmatismo político que consideramos característico do jogo do poder no sistema internacional. Não é de se estranhar que a Reforma se entrelaçaria com as outras frentes de batalha envolvendo os Habsburgos, França e o império Otomano (IBIDEM, p.108).

Enquanto isso no tabuleiro dos Países Baixos, a intervenção de Karel, em 1524, em Utrecht e Overijssel fez com que ele tivesse que atuar em duas frentes ao mesmo tempo: norte e oeste. O príncipe-bispo, num contexto onde a sua autoridade não podia ser restaurada e as cidades e nobres indicaram querer se submeter aos Habsburgos, foi convencido a ceder seus direitos principescos sobre Utrecht e Overijssel ao imperador, o que fez com que os estados provinciais dessa última nomeassem Carlos V seu soberano em janeiro de 1528. Se há muito tempo a Holanda já gostaria de fazer um acerto de contas com o duque Karel, o famoso *raid* de 1528, liderado pelo seu comandante (i.e. Maarten van Rossum) no sul da Holanda, saqueando Haia, só potencializou esse projeto (ISRAEL, 1995).

Depois desse ataque, a província disponibilizou um total de subsídios sem precedentes e mobilizou 3500 homens, que formaram o coração do exército que expulsou as tropas do duque Karel de Utrecht e ainda capturou três cidades na base de poder do duque em Guelder. Com isso, assinou-se, em 1527, o ‘Tratado de

Schoonhove’, no qual Karel reconhecia o imperador como soberano em Utrecht e Overijssel, mas negociou termos que ainda o manteve com o domínio efetivo de Guelder, Groningen e Drente. Em 1528 foi assinado também o ‘Tratado de *Gorinchem*’, que forçava o duque, que não tinha herdeiros, a reconhecer Carlos V como o soberano das suas terras após sua morte (ISRAEL, 1995, p. 61-62; TRACY, 1990, p. 75).⁵²

Essa sucessão de eventos ocorridos fortaleceu o poder de Carlos V nos Países Baixos. Deve-se ressaltar o fato de que foi com recursos oriundos da Holanda, e isso teria consequências políticas, que Utrecht e Overijssel puderam ser incorporados à autoridade imperial. Desse modo, a província holandesa entendia que ela deveria ser recompensada conforme o papel crucial que ela cumpriu nessas conquistas, o que levou a tensões crescentes entre o parlamento holandês e a regente Margarida e, após a sua morte, com a nova regente, a irmã do imperador (i.e. Maria da Hungria (1531-55)). Resumindo as muitas e diversas demandas, Holanda gostaria que as novas províncias fizessem parte da sua zona de influência direta e exigiu diversas posições privilegiadas em relação às províncias anexadas e conquistadas.

Carlos V não cedeu a todas as exigências dos holandeses, mas, como uma solução de meio-termo, colocou Utrecht sob o mesmo *Stadtholder* que Holanda e Zelândia, o que aumentou a influência dos holandeses nos assuntos dessa província. O mesmo argumento utilizado pela Holanda para ter uma posição privilegiada em relação às novas províncias adquiridas era usado para resistir os requerimentos crescentes por mais recursos para financiar a defesa do sul dos Países Baixos contra os franceses. Em Junho de 1536,

The States of Holland, annoyed by demands for money, reminded Mary that for thirty years, since the death of Philip of Habsburg, Holland on her own, ‘apart’ from the southern provinces, had financed the wars ‘against’ Gelderland, Friesland, and Utrecht, and protection of her shipping in the Baltic, while at the same time joining ‘with the other lands’, in paying for defence against France, in which ‘they were not concerned but yet had contributed as if they sat right next to the blaze’ (ISRAEL, 1995, p. 63).

Do mesmo jeito que Flandres e Brabant nunca ajudaram a Holanda com as suas questões no norte, Holanda também reivindicava o direito de não ser obrigada a se envolver nas questões do sul que ela não achasse necessário. O parlamento holandês defendia que as prioridades do norte e do sul dos Países Baixos eram essencialmente distintas. Do ponto de vista da autoridade central – nesse caso Carlos V – de um

⁵² Deve ser mencionado que a aceitação do papa Clement VII, para a nomeação de Carlos V como imperador dessas províncias, foi necessária já que se tratava de territórios eclesiásticos (ISRAEL, 1995).

território, pouco, a principio, importa quem pagará pela defesa enquanto houver recursos suficientes para financiar essa defesa. A atenção do Carlos V estava voltada para as hostilidades mútuas entre ele e a França, na Itália e no mediterrâneo durante o começo e meados da década de 1530, enquanto a província holandesa se voltava principalmente para as suas relações com a Dinamarca-Noruega e *Lubeck* e a necessidade de proteger seus interesses políticos e seu comércio marítimo e o pescadeo de arenque no Mar do Norte (IBIDEM, p.63).

2.2.2 - Dinamarca, Báltico, Países Baixos, Guerra e Interesses

Em relação à Dinamarca e ao Báltico convém fazer agora um recuo histórico para entender o histórico e o contexto da fracassada campanha que Carlos V ambicionava fazer na Dinamarca em 1537. Mas antes disso seguem-se algumas observações de cunho teórico-histórico. Em Braudel (2009) (e muitos outros autores) é considerado basilar a longa e lucrativa relação holandesa de comércio com o Báltico. “*O Báltico, na Idade Média, é uma espécie de América ao alcance da mão*” (BRAUDEL, 2009, p.189). O comércio no Báltico seria uma espécie de ‘*moeder commercie*’, isto é, o comércio mãe para os holandeses. Mas para essa relação funcionar, os holandeses contariam com a ajuda indispensável dos espanhóis. Em relação a isso, é importante ressaltar aquilo que em Braudel é chamado de – para se referir a conexão fundamental e indissociável entre os neerlandeses e espanhóis – ‘inimigos complementares’.

Com toda a evidência, a fortuna da Holanda foi construída a partir do Báltico e da Espanha *ao mesmo tempo*. Ver apenas aquele, esquecer esta, é não compreender um processo no qual o trigo, por um lado, e a prata da América, por outro, desempenharam seus papéis indissociáveis. (...) E, finalmente, o autor do impulso suplementar que colocaria Amsterdam na primeira fila, uma vez mais, foi a Espanha, destruindo o sul dos Países Baixos, onde a guerra se prolongou, retomando em Antuérpia, em 18 de agosto de 1585, destruindo sem querer, a força viva da concorrente de Amsterdam e fazendo da jovem república o ponto de reunião obrigatório da Europa protestante, deixando-lhe, ainda por cima, um amplo acesso à prata da América (BRAUDEL, 2009, p.192).

Uma pergunta importante que deve ser feita no contexto do papel crucial do comércio holandês com o Báltico é a origem dessa relação. Como ela se estabeleceu? A origem da primeira inserção holandesa assegurada no comércio com Báltico é política; foi por meio do seu apoio ao rei dinamarquês na guerra naval contra *Lubeck* (1438-

1441). Mesmo depois disso, a Dinamarca continuaria sendo um ator fundamental para a prosperidade do comércio holandês (TRACY, 1990, p.105). As relações entre Carlos V e a Dinamarca são antigas. A irmã do imperador (i.e. Isabela) casou-se com Cristiano II, que foi deposto em 1523, por Frederico I, seu tio, como consequência das suas políticas que prejudicavam os interesses da aristocracia dinamarquesa. Frederico I governou por dez anos. Depois da sua morte, Carlos V aproveitou a chance para tentar garantir o trono dinamarquês para a sua sobrinha, filha de Cristiano II e Isabela.

Os poderosos dinamarqueses, no entanto, pareciam preferir Cristiano III, o filho de Frederico I e procuraram aliados com quem pudesse, eventualmente, resistir à ameaça de intervenção imperial Habsburgo. Essa aliança foi encontrada, não sem surpresas, em Guelder e na cidade de *Lubeck* (que se caracterizava por ser a principal rival da Holanda no comércio com o Báltico). No contexto da perspectiva de vitória de Cristiano III e com medo da retaliação que certamente viria contra seu comércio vital no Báltico se Carlos V interviesse, o parlamento holandês e a nobreza, apoiados por outras províncias dos Países Baixos, conseguiram frustrar a campanha na Dinamarca, em 1537, desejada pelo imperador Habsburgo (MALTBY, 2002, p.100; TRACY, 1990, p.105-114).

2.2.3 - Habsburgos, Países Baixos e o Contexto de Rivalidades Europeias

Enquanto isso no tabuleiro geopolítico franco-habsburgo teve a rejeição de Carlos V à pretensão de Francisco I de alçar um dos seus filhos ao trono de Milão depois da morte do duque desse território, Francisco II *Sforza*, em 1535, como estopim da sua terceira guerra 1536-38. O que seguiu foi a invasão, ocupação e expulsão francesa de Carlos III, duque de Savóia e aliado de Carlos V. Além do mais,

Com o tempo, a preocupação com a aliança entre a França e os otomanos levou o papa e Veneza para o lado do imperador como a realização da liga contra os turcos entre os três, em fevereiro de 1538, demonstra. Operações militares conjuntas contra a França, porém, não aconteceram. Por isso, essa terceira guerra não terminou com um acordo oficial de paz, mas por meio de uma série de armistícios (MAINKA, 2003, p. 209).

Com a sua vitória sobre os franceses pelo trono do ducado, em 1535, Carlos V havia se tornado duque de Milão. Quando o imperador entregou Milão, em 1540, como feudo imperial para seu filho Felipe, o rei francês considerou que uma linha importante tinha sido ultrapassada, resultando dois anos depois na quarta guerra (1542-1544) entre

os Valois e os Habsburgos. A Hungria foi, em 1540, novamente palco de conflitos quando da morte de João Zapolya nesse ano e a posterior recusa da sua viúva, Isabel, de entregar os territórios em questão a Fernando como negociado no ‘Acordo de *Grosswardein*’, de 1538. Uma investida Habsburga contra Isabel fracassou, ela contando novamente com o apoio crucial dos turcos-otomanos, o que manteve, dessa maneira, esses territórios na sua órbita de influência (MAINKA, 2003, p. 209-210).

Nas três províncias do norte ainda fora do regime Habsburgo – sendo a primeira (i.e. Guelder) a base de poder do duque Karel, e as outras duas Groningen e Drente – reinavam instabilidades e lutas internas no interior, principalmente, de Groningen e Drente, entre grupos diferentes pelo poder local. Em 1536, o duque Karel, que exercia influência e possuía guarnições espalhadas nessas duas províncias, invadiu a cidade de Groningen (que é a capital da Província com o mesmo nome), o que fez com que o governo local, a partir da disposição de por um fim à guerra civil, nomeasse Carlos V como seu soberano.

Dado esse contexto, o *stadtholder* de Frísia – nomeado por Carlos V -, invadiu Groningen, derrotou as tropas de Karel e de seus aliados internos numa batalha que ficou conhecida como a ‘Batalha de *Heiligerlee*’ e ocupou a província. Aproveitando-se da situação, o representante Habsburgo da província de Frísia invadiu Drente e estabeleceu lá também o domínio Habsburgo. Em dezembro de 1536 Karel reconheceu, sob o ‘Tratado de Grave’, a soberania de Carlos V sobre Groningen e Drente.

Em 1538 a morte do duque Karel principiou uma série de fatores que culminaram no processo quase definitivo da unificação territorial dos Países Baixos sob os Habsburgos. Karel não deixou herdeiros diretos e foi sucedido, como consequência da recusa das elites de Guelder em aceitar a se submeter ao Carlos V, pelo duque Johan III, e pouco depois, em 1539, pelo duque Wilhelm Von der Marck de Cleves. Este foi o último ator político no interior dos Países Baixos que se opôs à já citada unificação. Se por um lado o poder de Carlos V no norte dos Países Baixos era, em 1539, muito maior do que era no começo do seu reino, por outro, o duque Wilhelm constituía um perigo muito maior para o domínio Habsburgo do que significou o duque Karel (ISRAEL, 1995).

Uma leitura para isso reside no fato de que a união entre Guelder com as unidades políticas *Cleves, Mark, Berg e Julich* fez com que surgisse um poder com um grande território situado entre os Países Baixos e a Alemanha. Acrescenta-se a isso o fato de que o duque se tornou luterano em 1541 e, sob seu domínio, o luteranismo

creceu a passos largos em Guelder e nos ducados germânicos no entorno imediato. Para finalizar, o duque fez aliança com a Liga Germânica Protestante Esmalcalde, França e Dinamarca. Do ponto de vista das ameaças que o duque passou a representar não é de se surpreender que Carlos V considerasse a independência de Guelder uma ameaça contundente e inaceitável ao seu poder nos Países Baixos (ISRAEL, 1995).

Em 1542, o duque de Guelder, pela última vez, lançou uma incursão contra as terras habsburgas e ocupou brevemente a cidade de Amersfoort na província de Utrecht. No ano seguinte Carlos V invadiu Guelder com um exército alemão e impeliu o duque a lhe ceder soberania sob esse território (Guelder, embora ele pudesse manter suas outras terras), o que foi acordado no 'Tratado de Venlo', de 1543. Por conseguinte, a França perde uma importante peça no seu jogo contra o imperador (ANDERSON, 1998, p. 114). Sem Guelder, eliminou-se a barreira para a unificação total dos Países Baixos assim também como uma frente de ameaça e problemas ao poder de Carlos V.

Com a soberania sobre Guelder a partir de 1543, Carlos V passou a dominar, pelo menos, de um ponto de vista legal e político todas as unidades políticas localizadas nos Países Baixos. Para coroar a conquista dessa consolidação territorial foi promulgada, em 1548, pelos Estados Gerais dos Países Baixos e a Dieta Imperial do Sacro Império Romano, a assim chamada 'Sanção Pragmática' (*Pragmatic Sanction*). Esse dispositivo procurou estabelecer uma relação entre os Países Baixos e o Sacro Império Romano e, mais importante, reconheceu os Países Baixos Habsburgo como uma entidade unificada cuja soberania passaria indefinidamente para os herdeiros do imperador sem poder ser dividida entre eles em diferentes partes. A Sanção Pragmática foi endossada e oficializada em juramento no ano de 1549 por todos os parlamentos provinciais e supremas cortes das dezessete províncias dos Países Baixos do sul e do norte.

Esse processo de unificação acarretou em mudanças fundamentais de ordem política, econômica e cultural dos Países Baixos. Segundo Israel,

Most fundamental was the ending of political instability and endemic disorder, verging on lawlessness, which had been the lot of the North-eastern provinces for centuries. The old party strife between Frisians Schieringers and Vetkopers, and their equivalents in the other provinces, ceased during the middle decades of the sixteenth century (1995, p. 64-65).

Em Lademacher (*apud* ISRAEL, 1995, p.65), o autor afirma que ao passo que Carlos V reconhecia a atuação central da província holandesa nesse processo de

consolidação que fortaleceu a sua autoridade central, os seus objetivos principais no norte dos Países Baixos eram vincular as novas terras conquistadas à sua corte em Bruxelas, ao seu próprio poder, e não à Haia (capital da Holanda), e moldar uma unidade política integrada.

Mais uma vez, vislumbram-se aqui também expressões da luta, embora de natureza mais localizada e incipiente, pelo poder entre, por um lado Carlos V e, por outro, Holanda, que culminará na Revolta e nas Guerras de Independência Neerlandesas. Em relação aos novos territórios, podemos afirmar que uma coisa é o domínio militar e legal de um território; outra coisa mais complexa é a sua organização, processo de burocratização e centralização, como mostrou o caso da maioria das novas províncias, visando servir os interesses do novo soberano. Dependendo de como esse processo for conduzido feridas vão sendo colecionadas no caminho por parte dos grupos influentes atingidos que no futuro, dependendo do desenrolar das coisas, podem cobrar o seu preço.

A despeito das defesas intransigentes, por parte de alguns burocratas e humanistas, de uma noção de pátria que englobava os Países Baixos em sua plenitude, não havia um senso de pertencimento aos Países Baixos enquanto uma comunidade: a consolidação territorial do norte não contou com a ajuda de Flandres ou Brabant, sendo feita, portanto, com recursos da província Holandesa e a sua peculiar força e unidade provincial, o que manteve o norte e o sul dos Países Baixos tão apartados antes de 1543 como depois desse período. Prevalencia, por exemplo, nas três mais poderosas e ricas províncias (Holanda, Brabant e Flandres), a ideia de que os habitantes das outras províncias eram estrangeiros e, portanto, indignos de ocupar cargos nas suas províncias e que os interesses das outras províncias não lhe interessavam (ISRAEL, 1995, p.72). O que sugere que foi o poder da autoridade central dos Países Baixos, da Borgonha e dos Habsburgos o que manteve, enquanto foi o caso, uma aparente unidade política entre os diversos territórios que constituíam os Países Baixos.

No contexto da arena de lutas europeias, os franceses iniciaram a quarta guerra (1542-1544) depois de uma derrota de Carlos V contra Argel em 1541. Além dos turcos, a França era aliada da Dinamarca e Escócia, apesar delas terem tido uma relevância militar sumariamente limitada nessa guerra. Carlos V pôde contar com a ajuda dos ingleses cujas tropas atormentaram Francisco no norte do território francês. Como aconteceu nas últimas guerras, a 'Paz de Crépy' em 1544 foi precedida de uma situação

indecisa em relação ao equilíbrio militar (MAINKA, 2003, p.211) e de um estado de exaustão financeira em ambos os beligerantes (ANDERSON, 1998, p.116).

Em 1543, Carlos V conseguiu induzir a Inglaterra a assumir um papel maior nas dispendiosas guerras contra a França e a assinarem um acordo secreto. Coincidência ou não, chega, nesse mesmo ano, ajuda militar francesa na Escócia para reforçar as forças anti-inglaterra assim também como dois anos depois novamente, em 1547 e em 1548. Foi ainda acordado que Maria, a rainha escocesa, iria para a França para se casar com o príncipe francês. Uma guerra de curta duração seguiu-se, mas logo um acordo foi fechado entre ambas as partes (ANDERSON, 1998, p.115-119).

Uma vez garantida a trégua com os franceses e turcos, Carlos V voltou-se, em 1545, para a questão da Reforma protestante na Alemanha e empreendeu para isso alguns passos estratégicos. Nesse mesmo ano, o Papa Paulo III disponibilizou recursos militares e financeiros para o imperador Habsburgo. Além do mais, Carlos V negociou de forma secreta com alguns dos príncipes protestantes, um dos quais se aliou ao imperador em troca do título de Príncipe Eleitor. As corporações feudais protestantes, congregadas na União de Esmalcalde, foram atacadas pelo imperador em 1546 no que se convencionou chamar de Guerra de Esmalcalde (MAINKA, 2003, p.214)⁵³.

Os dissidentes religiosos alemães foram derrotados em 1547. Como os momentos de paz – nesse período principalmente devido à natureza da relação entre Valois e Habsburgos – parecem ser o céu azul antes da tempestade que se aproxima, os franceses, sob seu novo rei (i.e., Henrique II), sucessor e filho de Francisco I, já vinham se articulando com os príncipes alemães opositores de Carlos V em cima de seus interesses comuns em enfraquecer o imperador, o que resultou no ‘Tratado de Chambord’, em 1552. Ao mesmo tempo, o rei francês estava em uma aliança ofensiva com os turcos-otomanos e negociava secretamente com vários Estados italianos, todos unidos na resistência ao domínio imperial e na luta por melhor servir os seus próprios interesses. A esse jogo foi seguido a quinta guerra, iniciada em 1552, entre Valois e Habsburgos, mas que “*na sua primeira fase [pode ser vista] como parte integral da assim chamada Guerra dos Príncipes entre uma oposição de príncipes protestantes e o imperador católico*” (MAINKA, 2003, p.215).

⁵³ Convém chamar atenção, como esse exemplo mostra, para o uso político que Carlos V fez do seu poder e cargo de imperador, ao oferecer o título de Príncipe Eleitor em troca de apoio contra a heresia, com o objetivo de servir os seus interesses.

Ainda em 1552, Carlos V e Fernando entraram em negociação com os príncipes protestantes. Essas conversas levaram, finalmente, a um acordo provisório de reconhecimento mútuo das posses e confissões tanto das corporações católicas como das corporações protestantes. Um detalhe crucial sobre o contexto desse acordo e que deve ser ressaltado é que,

Sob a mediação de Fernando, *devido a novos ataques dos turcos contra seus territórios húngaros [grifo nosso]*, muito interessado em um compromisso, chegaram a um acordo em que tanto as corporações católicas quanto as corporações protestantes deveriam reconhecer, mutuamente, as suas posses e as suas confissões (MAINKA, 2003, p.216).

É como se num contexto de múltiplas ameaças e impossibilidade de se lidar com todas ao mesmo tempo fosse recomendado adotar uma visão estratégica e pragmática e analisar quais lutas valeriam ser travadas no momento e quais poderiam ser postergadas ou até mesmo esquecidas.

Analisando um tabuleiro de conflitos mais local, rivalidades momentâneas entre os Países Baixos e a Escócia, no contexto das hostilidades entre Valois e Habsburgo fizeram com que esses tabuleiros se sobrepusessem momentaneamente por meio da tradicional aliança entre franceses e escoceses, piratas e pescadores escoceses aliados aos franceses (que se animavam ainda mais no Mar do Norte em tempos de retomada dos conflitos com os Habsburgos) eram com frequência tanto uma ameaça em potencial como real, resultando na perda de somas significativas para os mercadores dos Países Baixos. Os esforços políticos de cooperação (apesar de difícil conclusão) por parte de Maria da Hungria, do parlamento provincial holandês e dos mercadores dos Países Baixos, na década de 1550, foram cruciais para garantir a segurança da pesca do arenque, por meio da criação, financiamento e estacionamento de uma esquadra de navios de guerra dos Países Baixos, no Mar do Norte (TRACY, 1990, p. 91-94).

Para o infortúnio da França e de muitos nobres ingleses, Felipe, o filho de Carlos V, casou-se em 1554 com Maria Tudor, meia-irmã de Eduardo VI. Muitos desses descontentes nobres temiam que a Inglaterra pudesse ser envolvida numa guerra que não lhe dizia respeito. Em todo caso, a reação da França à aliança Habsburgo-inglesa, expressada pelo casamento dinástico, foi o de apoiar conspirações e rebeliões internamente na Inglaterra contra Maria. Seja como for, em 1558 a rainha inglesa morreu, para o contento da França que viu a influência Habsburga diminuir consideravelmente na política externa inglesa (ANDERSON, 1998, p.135-139).

Uma vez garantida à trégua com os alemães, Carlos V concentrou esforços nos franceses que tinham ocupado as cidades de *Verdun*, *Toul* e *Metz*, ameaçando, desse modo, a comunicação direta entre os Países Baixos Habsburgo e do Livre-Condado (*Franche-Comté*) de Borgonha. Depois de ter inúmeras tentativas frustradas ao retomar os territórios ocupados pelos franceses, Carlos V preparou a sua renúncia, que aconteceria gradualmente. O Armistício de *Vaucelles*, em 1556, acordou uma trégua entre a França e o Império Habsburgo pela duração de cinco anos. Esse acordo, assim como outros, não foi respeitado e no mesmo ano da ascensão de Felipe ao trono espanhol e às terras dos Países Baixos as lutas recomeçaram para serem encerradas três anos depois, na “Paz de *Cateau-Cambrèsis*”, em 3 de abril de 1559 que colocou, dessa maneira, um fim às lutas pelo poder entre as dinastias Valois e Habsburgo⁵⁴ (MAINKA, 2003, p.217) mas não entre a França e a Espanha. No total, Valois e os Habsburgo sob Carlos V travaram cinco guerras no decorrer do seu histórico de conflitos e lutas.

2.2.4 - Desvio de Foco Militar das Guerras Valois-Habsburgos e as Relações entre as Províncias dos Países Baixos e os Habsburgos

Uma mudança de estratégia francesa aconteceu no final da década de 1530 e a partir de 1540. No contexto da impossibilidade francesa de vencer os Habsburgos, o foco político-militar francês foi desviado dos conflitos até então centrados na Itália pelo domínio de Nápoles, o sul da Itália e depois por Milão para a fronteira com os Países Baixos. Francisco I começou, então, a deslocar tropas e recursos para construir uma série de fortalezas em torno dos Países Baixos constituindo-se, desse modo, como uma ameaça mais séria e direta a Flandres e a Valônia. Como em um jogo de xadrez, Carlos V teve também que priorizar essa região no seu tabuleiro de guerra (ISRAEL, 1995).

Essa mudança de cenário e foco da guerra favoreceu muito mais, por diversos motivos⁵⁵, o imperador do que a França. Apesar de que, do ponto de vista dos Países

⁵⁴ Em relação aos “resultados dessas lutas nesta paz foram os seguintes: A França perdia, por um lado o Piemonte, a Savóia e a Córsega, como todos os seus direitos na Itália. Por outro lado, a França permanência de posse, primeiro, de alguns lugares fortificados na fronteira com o ducado de Savóia, como Turim, Pinerolo e no Marquesado de Saluzzo; segundo, da cidade marítima de Calais e, terceiro, tacitamente, das cidades imperiais de *Metz*, *Toul* e *Verdun*. Um dos artigos dessa Paz Católica conteve a estipulação que Felipe II deveria se casar com Elisabeth, a filha do rei Henrique II” (IDEM).

⁵⁵ “It became obvious that the Netherlands was (...) the ideal strategic base for Habsburg power in Europe. Not only were transportations, and the logistics of war, more easily and efficiently handled in the low countries than Italy, not only was it easier to feed, and supply, troops there, and obtain cash at short notice, but the geography of the low countries – in the conditions of the time- was peculiarly favourable.

Baixos, a nova realidade teria “*As a consequence, [that] all [Low Countries] provinces were subjected to heavy new burdens of taxation, recruiting, billeting, provisioning and movement of troops*” (ISRAEL, 1995, p.130). O múltiplo fardo das guerras iria, mais uma vez, exigir esforços significativos das dezessete províncias. A cidade de Gent, em 1539-40, foi a única que num primeiro momento se opôs claramente às novas exigências e se rebelou, o que fez com que Carlos V punisse-a severamente, cancelando os seus privilégios e chamando atenção para as outras cidades para as consequências da desobediência (ISRAEL, 1995).

É importante ressaltar que foi a necessidade de se financiar de forma eficiente as cada vez mais frequentes e dispendiosas guerras que fez com que Carlos V conferisse às províncias e cidades um grau significativo de autonomia financeira para regular suas finanças, criar e aumentar impostos, os quais serviriam como o meio para fundamentar as dívidas de longo prazo sustentadas por esses impostos e garantidas pelas cidades e províncias. É aqui que residem os primórdios daquilo que os estudiosos convencionaram chamar de ‘Revolução Financeira’ (e.g. TRACY, 1990; ISRAEL, 1995; HART, 2014)⁵⁶. De modo similar, essas mudanças referentes à revolução financeira, que alavancava a capacidade de gastos da Holanda, ocorreram justamente no momento da guerra de conquista de Guelder em 1542-43, o que fez a província holandesa cooperar de bom grado com as mesmas.

As guerras de Carlos V e a necessidade de financiá-las parecia não conhecer fim, assim também como a pressão e a exigência de contribuições cada vez maiores das províncias dos Países Baixos para Carlos V, o que fez com que cada vez mais se pensasse, principalmente no norte, que o imperador utilizava-se dos Países Baixos apenas como um meio para servir os seus próprios interesses. Quando da quinta guerra entre Valois e Habsburgo, as insatisfações alcançaram um pico já que,

(...)the dense clustering of fortresses walled towns, dikes, canals, and Rivers on the Netherlands side rendered the Habsburg Low Countries a virtually impenetrable defensive network Moreover, Paris itself was not far from the then Netherlands frontier” (ISRAEL, 1995, p.131).

⁵⁶Uma das maiores referências aqui é James Tracy ‘*A Financial Revolution in the Habsburg Netherlands*’ (1985). Ver também Israel (1995, p.132), Hart (2014), em especial, capítulo sete e Hart (1989, p.666): “*after 1553 the character of the renten issue changed, the last remnants of a forced character disappeared and the revenue of provincial taxes came to be administered by the province itself. As a Result, a wide range of small rentier developed in the Holland cities*”. O que foi também muito importante no contexto da revolução financeira foi “*the development of long-term arrangements and the involvement of the large group of rentier with a public body issuing loans, preceding the so-called financial revolution in England*” (HART, 1989, nota de rodapé 10).

Military expenditure in the Netherlands during this war rose to twice the level of 1542 when government spending had already reached unprecedented heights. Moreover, this time the emergency lasted considerably longer. Besides more excises, the provinces had to impose frequent levies on assessed wealth. With the funded debt overstretched, an unsecured deficit accumulated which, by 1557, had reached seven times the level of 1544 (ISRAEL, 1995, p.133).

As diferentes províncias reagiram de forma diversa a essa insatisfação. Em especial, as últimas províncias anexadas como Frísia, Overijssel e Guelder se uniram nas suas reclamações comuns sobre a pesada taxaço e outras iniciativas do poder real que iria de encontro aos termos pelos quais elas aceitaram o imperador como o seu soberano. Elas argumentavam não votar mais nada para a autoridade central enquanto as suas insatisfações não fossem endereçadas. Isso se somava as profundas insatisfações e ressentimentos políticos pela perda de poder dos outrora grupos dominantes dessas províncias para o imperador, perda essa refletida no processo de unificação, centralização e burocratização, assim também como na alocação de muitos cargos, verbas e privilégios baseados fundamentalmente nos interesses imperiais, e na escolha crescente por burocratas à custa dos nobres ou de pessoas não originárias da província para ocupar cargos na mesma, o que também era motivo de insatisfação (ISRAEL, 1995, p.129-30,134). Não é de se estranhar que aqueles que perderam poder com a nova correlação de forças e arranjos institucionais estivessem insatisfeitos, usassem os meios que possuíssem para expressar isso e viessem, se possível, a se vingar um dia.

Um dos objetivos principais dos Habsburgos nos Países Baixos era subordinar a atuação das províncias à sua autoridade central. Entretanto, uma contradição política seria que a pressão oriunda da guerra e a necessidade de se mobilizar mais recursos de forma rápida e eficiente fez com que:

(...) a larger and larger role [went] to the States in the collection of taxation and management of finance. The basic principle of the funded debt, that the bonds were issued by the provincial States, who guaranteed them and who alone could inspire confidence among the public, made this inevitable (ISRAEL, 1995, p. 134).

Esse aumento de responsabilidades e obrigações dos parlamentos provinciais fez com que os parlamentos tivessem que se reunir com mais frequência e decidir sobre mais questões, o que de forma crescente levantou discussões, que nesse momento não deram em nada, sobre se o próprio parlamento teria direito de convocar reuniões e determinar a sua agenda ou se isso continuaria uma prerrogativa do soberano e os seus representantes legais como era de praxe até então. De uma forma ou de outra, o governo

central e as províncias e cidades sempre entravam em conflito por alguma questão que, em última instância, girava em torno de poder.

Em 1554, Carlos V iniciou o processo de abdicação de todas as suas posses para seu filho Felipe, com exceção do Sacro Império Romano que ficou com o seu irmão Ferdinando. Uma vez já coroado rei e no contexto da quinta guerra em curso contra os Valois, Felipe apresentou aos Estados Gerais a sua primeira demanda financeira, uma cifra até então inédito de três milhões de florins, em 1556. As províncias, inicialmente, se recusaram a pagar, e seguiu-se uma negociação dura, reclamações de um lado e chateações reais do outro, mas no final, em 1558, “*did the States General belatedly concede most of the money and even then only on their own terms*” (IBIDEM, p.136).

2.2.5 - Fim das Guerras Valois e Habsburgos e o Percurso para a Revolta Neerlandesa

A interrupção da guerra com a França veio em um momento no qual Felipe I tinha problemas tanto nos Países Baixos, quanto na Espanha (necessidade de reformas internas etc., ameaça turco-otomana), para onde ele decidiu voltar depois de cessados os conflitos contra os franceses. A Paz de 1559, como afirma Mainka, representou,

um ponto crucial e um momento de transição de importância fundamental não somente na história francesa, mas também na história europeia, que divide o século XVI em duas fases diferentes, que têm, porém uma conexão estreita. A morte de Henrique [rei francês], juntamente ao esgotamento financeiro do Estado devido às guerras na primeira metade do século XVI e a divulgação rápida da Reforma Protestante, especialmente do tipo calvinista no país, empurrou a França a uma crise dinástica, política e religiosa fundamental, que resultou, na segunda metade do século XVI, em uma série de oito guerras civis religiosas (1562-1598). Ocupada com os problemas internos, a França foi eliminada como fator influente da política europeia (2003, p.219-220).

Por sorte do rei espanhol, morreu o rei francês pouco tempo depois de assinada a paz, o que levou a França, a sua maior adversária, a uma desorganização interna, longas guerras civis religiosas, e, dessa maneira, seu enfraquecimento internacional, o que por sua vez aliviou a enorme pressão sob Felipe e os Países Baixos. Com a sua partida, Felipe nomeou sua ilegítima meia-irmã Margarida de Parma como regente e nomeou alguns auxiliares para as posições-chaves de *stadtholders* (e.g. Guilherme de Orange para Holanda, Zeelandia e Utrecht) e do governo central (e.g. Granvelle). As relações políticas entre classes dirigentes nos Países Baixos não seriam nada fáceis como

consequência de várias e multifacetadas questões que se inter-relacionariam, tais como o processo de centralização, burocratização, as lutas por poder no interior do aparato governamental e as questões religiosas (ISRAEL, 1995).⁵⁷

Granvelle (representante de Felipe) ficou encarregado de intensificar a campanha anti-heresia e aprofundar o domínio administrativo e judicial do governo central em relação às províncias e cidades, o que o colocou em conflito, chegando a ruptura de relações em 1561, com Guilherme de Orange e o grupo que ele liderava, que defendiam um compromisso religioso e político. No começo da década de 1560, alguns nobres, particularmente no norte, começaram a demonstrar simpatias protestantes e tolerar abertamente expressões protestantes em linha com o que estava acontecendo na França no mesmo momento. Felipe I tinha consciência da frágil posição da igreja católica nos Países Baixos. Mesmo assim ele tentou encaminhar uma reforma da igreja e ordenou uma série de medidas contra a heresia. Varias indicações ao cargo de bispos, no contexto da reforma da igreja, foram obstruídas em diversas províncias sob acusação de os indicados serem ‘inquisidores’ ou ‘caçadores de heréticos’. Somente com a vinda de Alva, em 1567, que avanços aconteceriam nessa questão.

Algumas erupções esporádicas de violência contra expressões da igreja católica aconteciam esporadicamente. A tensão religiosa era percebida no ar em muitos lugares. No contexto de uma oposição ferrenha, Felipe demitiu Granvelle. Felipe pareceu considerar suspender os cartazes anti-heresia, a inquisição e as execuções. O príncipe de Orange criticou fortemente, em algumas ocasiões, governantes “*who sought to force the consciences of their subjects, and impose religious uniformity by coercion*” (RACHFAHL, *apud* ISRAEL, 1995, p.144). Em Israel (1995), o autor defende que Orange e outros nobres importantes estimulavam deliberadamente a oposição contra as medidas e as perseguições anti-heresia, embora nesse momento ainda não se ambicionasse questionar a soberania de Felipe ou a construção de uma nova organização política como veio a ser a república neerlandesa.

Em resposta e em oposição ao conselho de Estado que tinha recomendado Felipe a suavizar as medidas e perseguições anti-heresia, o rei insistiu nas campanhas. Os vários nobres assumidamente adeptos e aqueles que na esfera privada tinham aderido ao

⁵⁷Ultrapassa o escopo deste trabalho um desenvolvimento aprofundado da Revolta, mas em todo caso será oferecido nos próximos parágrafos que seguem um panorama geral do contexto e dos processos que desencadearam a Revolta e a Guerra de Independência Neerlandesa/ Guerra de Oitenta Anos. Para mais informações, ver o clássico estudo ‘*The Dutch Revolt*’ (1977) de Geoffrey Parker. Para uma referência mais ‘atual’ ver ‘*The Origins and Development of the Dutch Revolt*’ (2001) editado por Gramham Darby.

protestantismo resolveram reagir, se articular, unir forças e fundar a famosa ‘Liga do Compromisso’, em 1565.⁵⁸ Um ano depois, em torno de duzentos nobres oriundos de todas as partes do país exigiram uma reunião com a regente do rei e a apresentaram a ‘Petição de Compromisso’ na qual se denunciava contundentemente a inquisição e exigia-se o fim da mesma sob o risco de se recorrer a rebelião armada caso contrário (e.g. ISRAEL, 1995).

Margarida não teve outra saída a não ser suspender a campanha anti-heresia em curso enquanto enviava uma delegação dos Estados Gerais à Espanha para tratar dessa questão diretamente com o rei. A autoridade real estava se desintegrando, o que propiciou, nesse contexto, que houvesse um recrudescimento das atividades protestantes. Igrejas protestantes foram abertas, exilados religiosos retornavam aos Países Baixos. Brederode, um dos lordes líderes do movimento, foi de cidade em cidade articulando e mobilizando apoios e assinaturas. Algumas demonstrações populares de apoio ao movimento ocorreram. Seguiu-se, posteriormente, pregação calvinista em massa, a assim chamada *hedge-preaching*⁵⁹.

A escala massiva desses *hedge-preaching* em todos os Países Baixos demonstrou a complicada posição do rei e da igreja católica para deter os avanços do Protestantismo. Seguiu-se o que convenciou-se chamar de ‘*Iconoclastic Fury*’⁶⁰, isto é, surto de destruição e ataques de imagens, objetos e pinturas relacionados à igreja católica.⁶¹ Diante da escalada da situação alguns governos locais não interviram e muitos que quiseram interceder encontraram-se sem os meios para tal devido à recusa das milícias urbanas (instrumento fundamental de lei e ordem das cidades) em intervir na situação. Além do mais,

In some towns it needed a second outbreak of iconoclastic violence, or the clear threat of violence, before the city council permitted Protestant worship with the city walls, but nearly everywhere Protestant congregations were established, against the wishes of the town councils, under pressure from influential citizens and the militias (ISRAEL, 1995, p.151).

⁵⁸“This was a movement of Protestant and crypto-Protestant nobles intended to attract the support of all who desired a religious peace along the lines the Huguenots were striving for in France” (ISRAEL, 1995, p.145).

⁵⁹Milhares de pessoas reunidas em multidões organizadas e disciplinadas ao ar livre para cantar e ouvir sermões.

⁶⁰Em neerlandês, *Beelden Storm*, em português, Fúria Iconoclasta (tradução livre).

⁶¹“In those parts of the Habsburg Netherlands where there was substantial Catholic support amongst the populace the towns government mobilized the civic militias, and rapidly suppressed, or altogether prevented, both iconoclastic outbreaks and the setting up of Protestant congregation” (ISRAEL, 1995, p.149).

Essas situações excepcionais mostram como o exercício do poder pode ser muito mais complexo do que normalmente se assume. Dependendo da situação pode haver uma autoridade central formal que não consegue se impor, como esse caso mostrou, por exemplo, na ausência do controle, de fato, dos meios de coerção. Ou por meio da insubordinação e união de outros poderosos atores contra a autoridade central. Nesse contexto é importante também considerar como outros atores importantes reagiram a esse desenrolar da situação. A nobreza, por exemplo, se dividiu em três grupos: o primeiro manteve-se fiel ao rei e a sua política; outro mais radical, que foi o que liderou a construção da já referida Liga do Compromisso e que desencadeou todo esse processo; e o grupo do Orange que se inseria em uma posição de meio termo entre esses dois extremos. Em todo caso, o curso que esse processo tomou, com as explosões de violência contra a igreja católica, pegou quase todos de surpresa, mesmo os protestantes mais radicais e, por isso, tentativas foram empreendidas para controlar melhor (i.e., conter a violência, etc.) o desenrolar das coisas (ISRAEL, 1995).

Seja como for, uma maioria dos nobres, temendo o curso dos eventos e tentando retomar o controle da situação ofereceu seu apoio a Margarida com o intuito de restaurar a ordem se ela permitisse o culto protestante nos lugares onde ele já vinha ocorrendo. Esse acordo foi realizado em 23 de Agosto de 1566 e permitiu a restauração da ordem e a realização da ‘paz religiosa’ tão ambicionada por Orange. Durante meses, Orange viajou por pelos Países Baixos e tentou mediar as tensões decorrentes dessa tentativa de se fazer conviver o catolicismo com o protestantismo, assim também como ele tentou intermediar entre os dois grupos da nobreza mais radicais (como mencionado acima). A paz religiosa alcançada meses atrás foi se deteriorando com o passar do tempo e no final a escolha parecia de forma crescente ou pela submissão ou pela revolta armada.

Margarida de Parma, enquanto isso, recrutou tropas governamentais além daquelas que foram oferecidas pelos nobres que a apoiaram e começou a reprimir os protestantes no sul. Em Israel (1995), o autor afirma que alguns nobres estavam dispostos a lutar – principalmente no norte – e começaram a se articular, colecionar dinheiro e homens e a pressionar as cidades a apoiá-los. Nesse momento, Orange considerou colocar-se como líder da revolta, mas percebendo a sua posição de meio-termo que configurava a ideia da paz religiosa se deteriorar e seus aliados não

demonstrando a disposição para lutar contra o rei, ele concluiu que as perspectivas da revolta eram desanimadoras.

Inicialmente, Brederode tinha conseguido apoios significativos em algumas cidades para a revolta, mas a derrota de uma força rebelde em 1567 e a capitulação de um dos baluartes do calvinismo depois de um cerco longo e terrível o desencorajaram a seguir com a resistência. Cultos protestantes públicos foram proibidos e igrejas fechadas. Seguiu-se um êxodo de protestantes para o exterior. Muitos que ficaram foram reconvertidos para o catolicismo. Orange, Brederode e muitos nobres envolvidos na revolta fugiram, a maioria para Alemanha, antes que Alva chegasse nos Países Baixos. A revolta pareceu, nesse momento, morta, apesar da existência de uma ainda resoluta oposição e articulação de protestantes no exterior.

O duque espanhol Alva chegou, em 1567, acompanhado de dez mil soldados espanhóis e napolitanos e mercenários alemães para garantir a autoridade Habsburgo e o domínio católico. Pouco tempo depois da chegada de Alva, Margarida de Parma se demitiu, deixando o duque espanhol como a autoridade máxima nos Países Baixos. Uma das primeiras medidas adotadas foi a criação de um *Conseil des Troubles*, comissão que visava investigar os distúrbios ocorridos nos últimos dois anos com o fim de punir os culpados. A título de ilustração, dois dos mais influentes nobres dos Países Baixos que inicialmente tinham apoiado um compromisso religioso e, de certa maneira, estimulado os – na visão de Alva e Felipe – distúrbios dos últimos dois anos, apoiaram, quando a situação fugiu do controle, Margarida a retomar a ordem, e por isso mesmo assim foram presos e decapitados em praça pública, em Bruxelas. Além do mais, muitos nobres que não fugiram e se aliaram à Revolta foram presos, executados e/ou tiveram seus bens confiscados. Em todo caso, a maioria dos nobres envolvidos no movimento insurrecional conseguiu escapar e muitos desses nobres voltaram depois para participar da segunda fase da revolta (ISRAEL, 1995, p.155-157), que culminaria nas Guerras de Independência Neerlandesas.

No exílio se articulavam a resistência e os próximos passos que seriam tomados. Brederode (um dos nobres que desde o princípio liderou aqueles que defendiam o direito pela liberdade religiosa) morreu pouco tempo depois de ter visitado Orange, em junho de 1567, e não conseguiu convencê-lo a aderir à revolta. Meses depois de saber da sua condenação e confiscação de todas as suas terras e de saber que seu filho primogênito tinha sido capturado por Alva e mandado para Espanha, Orange decidiu liderar a revolta. Com a ajuda de príncipes protestantes germânicos Orange conseguiu

arrecadar consideráveis valores em dinheiro (SWART *apud* ISRAEL, 1995, p.161). Em Israel (1995) afirma-se que Orange defendia não estar em revolta contra o rei, e que o via como seu legítimo soberano.

Em 1568, fundou-se a força marítima dos rebeldes, conhecida como ‘*Sea-Beggars*’. A notícia da adesão de Orange à revolta, e as articulações em curso no exterior fizeram os adeptos do movimento recuperar a esperança e se articular nos Países Baixos. Em maio de 1568, Louis de Nassau, primo de Orange, liderou e venceu a ‘Batalha de Heiligerlee’ contra um aliado de Alva e Felipe, o que foi durante muito tempo a primeira e única vitória dos rebeldes. Orange e as suas forças militares não significavam, no começo, uma ameaça séria a Alva. Uma incursão liderada por Orange em Brabant fracassou. Durante o período de 1568-1572 seguiu-se, num contexto desfavorável para os neerlandeses, uma guerra de atritos com esporádicos pequenos ataques a partir da Alemanha e, mais tarde, também em interação com os Huguenotes franceses. Mais efetivas parecem ter sido as ações da frota marítima dos rebeldes, desordenando o comércio marítimo e fazendo uma série de ataques, pilhagem e saques.

Para responder a esses desafios políticos e religiosos colocados nos Países Baixos, fazia-se necessário arrecadar recursos nesses territórios. Alva convocou os Estados gerais, em 1569, pela primeira vez desde 1559, quando ele apresentou as demandas financeiras e um pacote incluindo três medidas fiscais que visava suprir essas demandas.

The demands were of far-reaching political and constitutional, as well as fiscal, significance, not only because, by securing these taxes, the regime would possess the means to maintain the standing army with which to hold the country in subjection, but because, by acquiescing in permanent taxes, the provincial States and States General would be surrendering their leverage over government revenues. Had he succeeded, Philip would have been freed from the constitutional constraints which had previously limited Burgundians and Habsburg power in the Netherlands (ISRAEL, 1995, p. 166-167).

Os Estados gerais formularam uma contra-proposta que não foi aceita pelos parlamentos provinciais e os governos das cidades. Posteriormente, essas últimas entenderam que subsídios provisórios seriam votados em troca da retirada de duas (uma delas objetivava ser um imposto permanente) das três medidas fiscais desejadas pelo duque Alva. Com o fim dos subsídios temporários, em 1571, o duque voltou a insistir no pacote das três medidas e chegou a impô-las, de modo unilateral por meio de um decreto em 31 de julho de 1571, o que levou a uma onda de enfurecimento no país. E os

métodos de coação utilizados para a implementação das medidas só fizeram debilitar a situação que já estava complicada.

No contexto da resposta de repugnância e de protesto da população em relação às taxas, vários governos locais preferiram enfurecer Alva às suas populações. Vários governantes locais passaram a andar com guarda-costas. Os juízes, temendo a escalada da situação, consultaram as milícias, indagando se poderiam contar com elas para garantir a implementação das medidas fiscais. A resposta foi de forma crescente que elas não interviriam para garantir o cumprimento das medidas fiscais. Em vez de aumentar a autoridade de Felipe, as suas planejadas medidas estavam fragilizando ainda mais o seu poder e fortalecendo a posição de Orange e daqueles que queriam a revolta.

Vários aliados do Duque Alva o alertaram para o efeito reverso que as medidas poderiam ter. O seu aliado mais próximo chegou a enviar, sem o seu conhecimento, uma carta ao rei alertando que a insistência das medidas iria causar graves danos à lealdade dos súditos dos Países Baixos. Alva recusou todas as intervenções em dialogar ou retirar as medidas. Quando ele percebeu que deveria recuar, já era tarde de mais. A revolta já era um fato e teve como estopim fundamental o pacote de medidas fiscais e a maneira como a autoridade central lidou com o processo de deliberação e implementação em um contexto já polarizado política e religiosamente.

2.3 - ‘Vinte e Dois Anos Críticos’ (1568-1590), Envolvimentos Externos e Advento da Primeira Fase da Supremacia Neerlandesa no Comércio Mundial

Em Braudel (2009), defende-se que o essencial ficou resolvido antes de 1585 (2009, p.189). Entretanto, os vinte e dois anos da Revolta que vai de 1568⁶² a 1590 podem ser considerados, em especial, como críticos, já que as perspectivas não eram boas e esse período se caracteriza, realmente, por uma questão de sobrevivência em relação à guerra contra os espanhóis. Não só porque o exército espanhol, naquela época, era o maior, melhor equipado militarmente e o mais bem treinado da Europa (PARKER, *apud* HART, 2014, p.13-14), mas também devido ao fato de que – apesar de um determinado ‘desenvolvimento capitalista’, e a assim chamada ‘revolução financeira’, na visão de James Tracy, já ter acontecido (pelo menos na província de Holanda, que por sinal teria

⁶² Dependendo do foco de cada análise e/ou perspectiva adotada considera-se normalmente na literatura que a Revolta neerlandesa começou em 1568, 1570 ou 1572.

precedido a Inglaterra nessa questão) – as dificuldades financeiras ainda eram imensas naquele período (e.g. HART, 1989, p. 666; FRITSCHY, 2003).

Naquilo que chamaremos de os ‘Vinte e Dois Anos Críticos’ (1568-1590), o futuro da Revolta e, a partir de 1579, da república neerlandesa não parecia nada promissor. Foi um período que se caracterizou, no norte dos Países Baixos, por uma acentuada escassez de dinheiro, malgrado uma Revolução Financeira já tivesse ocorrido. Especialmente nos anos entre 1572 e 1575 houve uma intensa crise financeira. Nesses ‘Vinte e Dois Anos Críticos’ vitórias e derrotas foram colecionadas em cada lado da disputa. O que foi crucial nesse período foi o famoso encontro dos *States of the Province of Holland* (espécie de parlamento da província da Holanda) em 19 de julho de 1572, em Dordrecht (HART, 2014, p.15).⁶³

Pela primeira vez os representantes do parlamento provincial da Holanda se reuniram sem ser convocados pelo rei espanhol ou pelo seu governador geral (como era feito até o momento), recusaram uma ordem para comparecer perante os representantes espanhóis, nomearam Guilherme de Orange seu representante legítimo e lhe forneceram uma significativa base política-econômica-territorial (i.e., a província de Holanda) e os meios, por meio de impostos, dívidas e outras receitas fiscais da província, com os quais a resistência armada contra os espanhóis pode continuar (HART, 2014, p.15, 151-152). Nesse mesmo ano, a rainha inglesa Elizabete I também ajudou os neerlandeses com uma quantia de trezentos mil florins. Todavia, posteriormente, parece haver certa controvérsia⁶⁴ referente se parte desses apoios foi suspenso como consequência das reclamações de mercadores ingleses em relação às atividades de corsários neerlandeses.

Convém chamar atenção para o fracasso dos espanhóis nesse período em subjugar os rebeldes parece ter sido, dentre outros motivos, a definição das prioridades imperiais dos Habsburgos e, com isso, as grandes dificuldades do exército de flandres⁶⁵ em conseguir recursos financeiros suficientes para a empreitada devido a outros envolvimento militares que exigiam prioridade, tais como as guerras contra os otomanos, franceses e no norte da Itália (ISRAEL, 1995; HART, 2015; KENNEDY,

⁶³A ‘Reunião de Dordrecht’ não pode ser enfatizada o suficiente, pois como afirma Hart sem ela “*the Dutch Revolt would have simply comprised a mixture of local rebellions, piracy, religious strife, and civil war with which the superior Spanish forces, aided by the typically factious nature of the urban and provincial government in the Low Countries, might well have coped*” (HART, 2014, p.15).

⁶⁴(FRITSCHY, 2003, p. 60). Já Parker defende, como mencionado na seção sobre Arrighi, que entre 1585-1603, Elisabete teria enviado quase 15 milhões de florins como ajuda aos rebeldes mesmo que eles esperassem receber de volta esses recursos (1982, p. 265). Uma possibilidade é que, então, esses apoios tenham sido suspensos em 1603 como aponta Parker.

⁶⁵Como também era chamado o exército espanhol nessa época.

1989). Melhor para os rebeldes que, com a adesão da cidade de Amsterdam à revolta em 1578, o ‘*Garden*’ da Holanda estava seguro e a guerra foi mantida fora da região central da província. Depois de 1576 a revolta perdeu o caráter de rebelião e adquiriu cada vez mais a natureza de uma guerra territorial de independência (HART, 2014, p. 17-18).

Ainda em relação às dificuldades enfrentadas, o Estado neerlandês, já a partir da sua criação, teve que lidar com uma condição de quase falência, tendo que em 1581 pedir permissão para suspender os seus pagamentos (HART, 1989, p. 666). Mas ao mesmo tempo, apesar dessas dificuldades financeiras momentâneas, foi a força política e financeira da província da Holanda⁶⁶ que garantiu a continuação dos esforços de guerra durante todo o período das Guerras de Independência Neerlandesas (e.g. HART, 2014, p.15; TRACY, 2007). Dado esse contexto e a necessidade de se angariar recursos da forma mais eficiente possível para a guerra, uma união das cidades e províncias em revolta se fazia necessário, o que foi concretizado com a União de Utrecht em 1579.⁶⁷

Uma perda para a causa da independência foi o assassinato de Guilherme de Orange em 1584 por um agente espanhol. Para complicar ainda mais a situação dramática grande parte de Flandres e Brabant é retomada e, em 1585 Antuérpia⁶⁸ também é recapturada pelos espanhóis. Outro agravante é que as tentativas neerlandesas em garantir apoio internacional da França de Henri III e da Inglaterra de Elizabeth I não prosperaram da maneira esperada pelos neerlandeses, naquele momento, com a exceção, do envio da Inglaterra – que temia pela sua própria segurança se a revolta fosse sufocada –, por meio do conde de Leicester (1585-7), de sete mil soldados ingleses. Mais significativo é o fato de que, ainda em 1585, Felipe II impôs um embargo geral, que durou até 1590, nos bens e transporte marítimo neerlandês na Espanha e Portugal, o que fez com que o fluxo de produtos ibéricos transportados pelos neerlandeses fosse reduzido drasticamente (ISRAEL, 1989, p.17; 1995).

⁶⁶A Província de Holanda acomodava 40% da população da república neerlandesa e arcava, aproximadamente, com 60% dos custos das guerras.

⁶⁷A União de Utrecht de 1579 foi o contrato fundador da República das Sete Províncias Unidas (doravante Províncias Unidas) - Holanda, Zelândia, Drente, Frísia, Guelder, Groningen e Overijssel - assim como foi chamada a república neerlandesa durante o período que vai de 1579 a 1795.

⁶⁸Muitos autores chamaram atenção para o fato de que a queda de Antuérpia fez com que milhares de refugiados, muitos deles mercadores influentes com capitais abundantes, conhecimentos e relações comerciais, deixassem a cidade para se estabelecer nas Províncias Unidas, o que teria impulsionado a ascensão da mesma. Outra consequência da perda de Antuérpia para os espanhóis foi o bloqueio marítimo pelo Estado neerlandês do estuário de *Scheldt*, a única saída da cidade para o mar, o que fez com que o até então comércio marítimo florescente de Antuérpia fosse interrompido e ficasse permanentemente paralisado (ISRAEL, 1989, p.30).

Em 1588, os ventos começaram, lentamente, a mudar para a causa neerlandesa: a ‘Armada espanhola’ é derrotada pela marinha inglesa e neerlandesa. Além do mais, a sorte parece sorrir ainda mais para os neerlandeses com a imprevista morte do rei francês Henri III, em 1589, resultando numa crise política e guerra civil sobre a sucessão do trono francês. Nesse momento, o rei espanhol temia mais uma França unida em torno do Huguenote Henrique de Navarre do que uma lenta reconquista dos Países Baixos do norte, o que fez com que a pressão militar em cima das Províncias Unidas fosse transferida para a França, permitindo um alívio e período de reorganização, consolidação e avanço para os neerlandeses, o qual se mostrou crucial (ISRAEL 1989, 1995).

Outro fator que favoreceu os neerlandeses foi a necessidade espanhola de grãos oriundos do báltico e *naval stores* para a guerra, e com isso, os espanhóis suspenderam o embargo contra os neerlandeses (ISRAEL, 1989, 1995), mas o mantiveram contra o seu outro inimigo, (i.e., a Inglaterra), com quem a Espanha esteve em guerra de 1585 a 1604 (ISRAEL, 1989, p.39; HART, 2014). Isso beneficiou os neerlandeses duplamente (i.e., a suspensão do embargo contra os neerlandeses enquanto foi mantido contra os ingleses).

A consequência direta disso foi um revigoramento do transporte marítimo neerlandês para a Península Ibérica e o desvio de grande parte do, outrora florescente, comércio inglês com os espanhóis e portugueses para o entreposto neerlandês (ISRAEL, 1989, p.39-40). Outra consequência⁶⁹ do foco espanhol redirecionado para outro lugar foi que os neerlandeses puderam inovar – sem o agravante de ter o inimigo pressionando na fronteira – sua organização militar⁷⁰ e experimentar novas táticas visando melhorar seu poderio militar *vis-a-vis* os militarmente superiores espanhóis (HART, 2014, p.21).

⁶⁹Outras consequências positivas para os neerlandeses da diminuição da pressão espanhola foi o fortalecimento da posição estratégica das províncias unidas com a perda de quase todos os territórios ao sul dos Países Baixos, já que agora os rebeldes formariam um território mais compacto com boas linhas de comunicação internas, em particular, os rios *Rhine* e *Wall* (HART, 2014, p.21).

⁷⁰Já a partir de 1570, com Guilherme de Orange, estavam em curso reformas militares para responder aos desafios de guerra e que fizeram com que a profissionalização militar e as instituições estatais neerlandesas emergentes se fortalecessem mutuamente. As reformas dessa época “*provided a basic disciplinary code, permanent soldiers’ contracts, a stricter hierarchy of command, a uniform military jurisdiction, and the establishment of regular, fixed pay*” (HART, 2014, p.51). Em 1590, com a pressão espanhola deslocada para a França, e dado que o exército espanhol era superior ao dos neerlandeses, esses últimos, como uma necessidade de responder às ameaças postas, aproveitaram a oportunidade e inovaram com “*the frequency of drill (...) and the exercises combining pike formations with forces equipped with firearms was undoubtedly a novelty in early modern europe*” (IBIDEM, p.62).

É no contexto da interação desses muitos processos que o período que foi chamado de os ‘Vinte e Dois Anos Críticos’ ficou para trás⁷¹. Sendo assim, tem que levar isso em consideração ao lermos o postulado enunciado em Braudel (2009) quando se afirma que tudo teria ficado resolvido antes de 1585. Isso porque, embora os processos de desenvolvimento sejam cumulativos e Braudel identifique já anteriormente a 1585 vários elementos que ajudaram a conformar o milagre neerlandês, até 1590, poucos indícios haviam de que as Províncias Unidas conseguiriam vencer a Guerra de Independência e alcançariam a posição de poder e riqueza que elas vieram a galgar. A confluência desses inúmeros fatores, principalmente político-militares (e alguns desdobramentos econômicos), resultado da natureza sistêmica do jogo de guerras europeu mostrou-se crucial para a continuação da revolta neerlandesa.

Em outras palavras, as Províncias Unidas se encontravam naquele momento que chamamos de os ‘Vinte e Dois Anos Críticos’ (1568-1648), agravado de forma substancial pelo embargo econômico espanhol contra os neerlandeses a partir de 1585. Entretanto, em 1585, tropas inglesas chegaram aos Países Baixos do norte para reforçar militarmente os neerlandeses (ISRAEL, 1995). Como dissemos, em 1588, ingleses e neerlandeses conjuntamente derrotaram a ‘Armada’ espanhola. Mais significativo foi o redirecionamento do foco militar espanhol das Províncias Unidas para a França. Paralelo a isso, os espanhóis suspendem o embargo contra os holandeses em 1590 enquanto mantiveram o embargo para os ingleses com quem estavam em guerra. Esse período de conjuntura crítica foi, em grande medida, naquele momento ‘resolvido’ pela natureza do jogo de guerra europeu, mas poderia ter tomado outro curso de ação com resultados completamente diferentes. O capítulo três abordará as lutas entre espanhóis e neerlandeses em interação com algumas rivalidades europeias durante o período de 1590 a 1609.

⁷¹Robert Fruin (1823-1899), renomado e supostamente o primeiro historiador neerlandês que praticou a história enquanto ciência no país, concordaria com a excepcionalidade do período que vai de 1588-1599. Ele se refere a esse período como os ‘Dez Anos’ da guerra de Oitenta Anos. Anos em que a causa dos rebeldes parecia perdida (em 1588) para uma situação completamente diferente em todos os aspectos dez anos depois em 1598. “Como tudo mudou” foram as suas palavras para qualificar esse período.

3. Guerras e a Primeira Fase da Supremacia Neerlandesa no Comércio Mundial (1590-1609)

Esse capítulo abordará alguns eventos e suas consequências, do período de 1590 a 1609, no contexto das lutas de independência neerlandesa, que possibilitou a construção da Primeira Fase da supremacia neerlandesa no comércio mundial, a partir da interação de determinados fatores políticos-militares e econômicos internos e externos às Províncias Unidas. O objetivo é apreender a importância das lutas europeias por poder nas Guerras de Independência Neerlandesas.

Desse modo, por questão de escopo, não serão abordados a totalidade (por exemplo o comércio com os russos, com o Báltico, o *Straatvaart*⁷² (Mediterrâneo), África ocidental (Guiné), Caribe e as Índias Orientais) dos meandros do processo de construção da supremacia neerlandesa no comércio mundial no período de 1590-1609⁷³.

3.1 - Ponto de Inflexão (1590-1597)

As lutas pelo poder continuaram seguindo seu curso com diferentes resultados para os distintos atores. Assim, a tomada de Antuérpia pelos espanhóis, em 27 de agosto de 1585, foi seguida de um processo de emigração em massa (principalmente entre 1584 e 1587) de todas as grandes cidades do sul (e.g. Bruges, Malinas, Gent) para o Norte dos Países Baixos. A maioria desses emigrantes permaneceu no Norte, em especial nas províncias de Holanda e Zelândia, cujas cidades conheceram um crescimento demográfico explosivo. Um número expressivo desse contingente preferiu migrar para a Alemanha e Inglaterra. Muitos desses migrantes eram mercadores que levavam consigo suas relações comerciais, competências e seus capitais, que se inter-relacionaram com outros elementos futuros e se reforçaram, configurando, assim, um dos primeiros florescimentos das Províncias Unidas (e.g. BRAUDEL, 2009, p.170; ISRAEL, 1995, p.308; ISRAEL, 1989, p. 30,35).

A queda de Antuérpia e a vinda desses valiosos migrantes, que daí decorreu, se somariam às consequências de outros dois eventos que são considerados determinantes

⁷² *Straatvaart* é a combinação de *Straat* que significa Estreito e *Vaart* que corresponde a transporte marítimo e comércio (nesse contexto). Comumente utiliza-se esse termo para se referir ao comércio no Mediterrâneo, aquele que ocorre além do estreito de Gibraltar.

⁷³ Para uma discussão sistemática, ver ‘*Dutch Primacy in World Trade 1585-1740*’ (ISRAEL, 1989, cap.3) no qual iremos nos basear para este capítulo.

para os caminhos trilhados e o desfecho obtido pelas Guerras de Independência Neerlandesas. O primeiro acontecimento de natureza política, a ter, como vimos, implicações de longuíssimo alcance, foi a morte, em 1589, do rei francês Henrique III, o último *Valois*, e a posterior decisão política de Felipe II em intervir, sob o tratado de Joinville, a favor da Liga Católica Francesa. “By 1590 the Spanish monarch had come to fear the consequences of France becoming united under the Huguenot Henri of Navarre more than he dreaded the implications of halting Spain’s creeping reconquest of the North Netherlands” (ISRAEL, 1989, p.38). Isso fez com que o foco da política-militar espanhola, até então concentrado nos rebeldes, fosse deslocado para a fronteira francesa e a guerra civil lá em curso. O resultado disso, por conseguinte, foi a adoção de uma posição defensiva pelos espanhóis nos Países Baixos, o que aliviou a intensa pressão que vinha sendo exercida sobre eles, possibilitando, desse modo, o aproveitamento que os rebeldes fizeram dessa oportunidade (e.g. PARKER, 1972, p.244-245; ISRAEL, 1995, p.241, 311; ISRAEL, 1989, cap.3).

O segundo evento de natureza política, mas revestido de um funcionamento econômico, foi a suspensão do embargo comercial espanhol contra os neerlandeses que vigorou, de 1585 a 1590⁷⁴, enquanto o embargo era mantido para os ingleses com quem os espanhóis estiveram em guerra entre 1585 a 1604. O corolário disso foi a retomada repentina do transporte marítimo neerlandês na Espanha e Portugal, que desde 1580 formavam a União Ibérica, e o desvio do florescente comércio inglês de outrora, com a península Ibérica, para o entreposto neerlandês (ISRAEL, 1989, p.38-40). Desse modo, foi nos primeiros anos da década de 1590 que as províncias de Zelândia e Holanda se constituíram, pela primeira vez, como o entreposto geral para os produtos ibéricos, ibérico-americanos e oriundos das ‘índias orientais portuguesas’, cuja função implicava em distribuir essas mercadorias para uma vasta gama de mercados do norte europeu. Assim, o que pesou para a decisão do rei espanhol em suspender o embargo foi a urgente necessidade por grãos oriundos do Báltico e mantimentos navais para, dentre outros fins, suas frotas de guerra e comboios transatlânticos, bem como o seu descontentamento com as tentativas empreendidas para formar uma aliança marítima e comercial com as cidades de *Hansa* (ISRAEL, 1898, p.40).

⁷⁴ “Admittedly, Philip II’s embargo was less than watertight. The Dutch carried on some trade, whilst the embargoes were in force, with the Iberian lands. But the Spanish measures cut out most of it and made what remained riskier, more expensive and difficult, severely handicapping the Dutch (and English) to the advantages of the Hanseatic” (ISRAEL, 1995, p.311). Isso demonstra a grande capacidade de poder do Estado em impactar nos processos de acumulação de riqueza e capital.

Há outras consequências, além da já mencionada, da queda de Antuérpia (onde se localizava até esse momento o centro econômico dos Países Baixos): a queda inviabilizou a retomada de Antuérpia da sua antiga posição de principal empório comercial do norte da Europa. Depois de sua recaptura pelos espanhóis, o Estado neerlandês agiu deliberadamente no sentido de evitar que Antuérpia se reestabelecesse comercial e economicamente, o que impediu que a república neerlandesa viesse a florescer. Isso foi feito por meio do bloqueio - efetivamente realizado na década de 1590s, mas já em curso desde a perda de Antuérpia - das únicas saídas da cidade para o mar: o estuário de Escalda (*Scheldt*)⁷⁵ e a sua costa marítima. Assim, tal medida acarreta o estrangulamento do outrora florescente comércio marítimo da cidade e a apropriação da vitalidade econômica dos Países Baixos pelo norte (IBIDEM, p.29-30, 36, 42). De um ponto de vista estratégico, pode-se afirmar que a perda de quase todas as províncias ao sul, na década de 1580, fortaleceu a causa dos rebeldes, pois ao tornar mais compacto o território - com boas linhas interiores de comunicação, principalmente as referentes aos rios *Rhine e Waal* (HART, 2014, p.21) - ele passa a ser mais defensável de um ponto de vista militar.

O que também decorreu da queda de Antuérpia foi a viabilização do estabelecimento, na Holanda, daquelas indústrias que demandavam grande quantidade de mão de obra barata e qualificada, o que impediu, dessa forma, uma migração para o noroeste da Alemanha.

Flemish 'new draperies', especially the says of Hondschoote, were a major ingredient in the overland traffic to Italy, and Holland was best placed to acquire what Flanders now lost. The sudden upsurge in say-production at Leiden in the years 1584-5 in fact marked Holland's début in Europe's rich trades. As a result a few Antwerp émigré merchants trafficking with Italy, such as Jean Pellicorne and Daniel van der Meulen settled at Leiden in or soon after 1585. But for the time being Leiden says and Haarlem linen were Holland's only fingers in the pie of Europe's rich trades (ISRAEL, 1989, p. 34-35).

A década de 1590 conheceu nas Províncias Unidas uma melhora significativa das circunstâncias políticas e econômicas com a expansão das cidades, do comércio e do transporte marítimo, o que tornou possível o aperfeiçoamento do exército, de forma

⁷⁵ “From 1585 onwards seagoing vessels were not permitted to sail directly through the estuary and up to Antwerp. Henceforth, goods marked for Antwerp arriving at the mouth of the Scheldt had to be unloaded in the Zeelands ports, which now replaced Antwerp as the primary terminal on the Scheldt, and sent on in lighters” (ISRAEL, 1989, p.30).

ampla, em um curto espaço de tempo (ISRAEL, 1995, p. 241-242). Além do mais, a melhoria comercial e econômica pós 1588 forneceu os capitais, impostos e empréstimos necessários para financiar as guerras (PARKER, 1972, p.248). O deslocamento do foco para a França permitiu que os rebeldes pudessem iniciar uma contraofensiva generalizada. Foi, talvez, a primeira vez que os Estados Gerais conseguiram organizar uma efetiva campanha militar conjunta, deixando de lado as suas (muitas) diferenças (ISRAEL, 1995). No contexto dessa janela de oportunidades geopolítica, a primeira vitória em doze anos foi a tomada surpresa, pelos rebeldes, da cidade de Breda, em 1590. Posteriormente, os rebeldes foram capturando um a um, de forma notável, com apenas um pequeno contingente, todos os *outposts* espanhóis ao norte dos rios *Rhine* e *Maas*, já que as forças espanholas estavam amotinadas devido à ausência ou irregularidade dos pagamentos de salários ou estavam mobilizadas na França (PARKER, 1972, p.16, 245).

Não eram apenas os espanhóis que enfrentavam dificuldades. A ofensiva, iniciada em 1590, suscitou divergências, entre os poderosos atores rebeldes, sobre quais estratégias militares adotar. Além do mais, na medida em que cidades e vilarejos iam sendo conquistados, percebia-se uma série de disputas em torno da influência e poder a serem exercidos sobre esses lugares. Frísia era quem mais antagonizava com Holanda na União de Utrecht e almejava para ela mesma um protagonismo maior no norte dos Países Baixos. Oldenbarnevelt, um dos mais importantes representantes do *establishment* rebelde nessa época, propôs como solução a administração de todas as fortalezas de fronteira - guarnecidas em nome dos Estados gerais e situadas fora da Holanda, Zelândia, Frísia e Groningen (constituindo a maioria) - realizada pelo conselho de Estado (órgão central), em nome dos Estados gerais, embora continuassem ainda geográfica e institucionalmente fazendo parte das suas constituídas províncias. Esse foi um passo fundamental na direção da instituição de um exército federal, na política de defesa nacional (ISRAEL, 1995, p.252) e, possivelmente, nos passos em direção à construção de um senso de 'nós', no sentido de uma entidade política mais integrada e coerente.

Para sorte dos rebeldes, soldados espanhóis, amotinados e/ou estacionados na França, facilitaram a conquista de inúmeras posições. Em relação ao fenômeno dos soldados amotinados, em Parker (1972, p. 247) afirma-se ser esse um padrão que se tornara clássico entre os soldados que lutavam para os espanhóis nesse período. Seja como for, o resultado final da ofensiva dos rebeldes foi, em 1597 (Ver MAPA 5, p.78),

a ausência total de soldados espanhóis no território da província da Holanda a partir de 1593 (HART, 2014, p.22); a retomada de inúmeras cidades importantes (e.g. Nijmegen, Deventer, Groningen, Zutphen); a estabilização de *Emden* (cidade que se insurgiu contra os rebeldes com o apoio dos espanhóis); a retirada imposta aos espanhóis das fronteiras do leste da república; a imposição de pressão contra os espanhóis no sul; a reabertura de todos os rios das Províncias Unidas e das rotas terrestres para a Alemanha e a Itália e a retomada do controle sobre o estuário de *Ems* (ISRAEL, 1989, p. 40; ISRAEL, 1995, cap. 14). Esses avanços militares, realizados pelos rebeldes durante 1590-1597, só foram possíveis por causa do envolvimento da Espanha com a França (PARKER, 1972, p.245-251; ISRAEL, 1995, p.252-253; ISRAEL, 1989, p.38-42) e da decisão dos rebeldes, dada a ‘janela de oportunidades’, em aproveitar a situação e melhorar a sua posição estratégica, acumulando o máximo de poder e vantagens possíveis.

Depois de vinte e cinco anos de revolta, os rebeldes dobraram o seu território e se tornaram uma das grandes potências europeias em termos de poder naval e militar. Desse modo, passaram a dispor do segundo maior exército europeu (perdendo apenas para Espanha), sendo, talvez, o mais competente tecnicamente (ISRAEL, 1995, p. 253; ISRAEL, 1989, p.40). Muitos estudiosos ressaltam a importância dos desenvolvimentos militares neerlandeses (‘reformas militares’ e ‘revolução militar’) - encabeçados por líderes políticos e militares, entre os rebeldes - no contexto dos primeiros trinta anos da revolta contra a poderosa Espanha e seu combatente exército (HAYCOCK, 1993; PARKER, 1976; HART, 2014; ISRAEL, 1995). Esses avanços militares e tecnológicos pioneiros, liderados pelos neerlandeses, lembram aquilo que em Fiori (2014) afirma-se a respeito dos países líderes da expansão do sistema interestatal capitalista: “[eles] *jamais abrem mão do controle dos processos de inovação tecnológica e militar*” (p.43). É preciso destacar, então, que a necessidade de se desenvolver tecnologia e outras inovações militares, bem como outros tipos de inovação de cunho, por exemplo, organizacional, decorreu, em grande medida, da ‘pressão competitiva’ a que estava submetida as Províncias Unidas.

Mapa 5: A expulsão espanhola das vias navegáveis e rotas neerlandesas para a Alemanha, 1590-1602



Fonte: (ISRAEL, 1989, p.39).

Foi notável a rapidez e facilidade com que os migrantes que chegaram ao norte, a partir de 1585, conseguiram se integrar à vida econômica e à sociedade como um todo. Alguns imigrantes mais especializados, entretanto, não puderam, naquele momento, ser aproveitados, pois, em 1585, as Províncias Unidas ainda não tinham os assim chamados ‘rich trades’. ‘Rich trades’ são “*the traffic in high-value merchandise of low bulk, such as spices and textiles, and, latterly, sugar, commodities which did not require an abundant stock of shipping but which did require access to a wide range of textile and finishing industries*” (ISRAEL, 1989, p. 6). Desse modo, refinadores de açúcar oriundos de Antuérpia que chegaram à Holanda, no final da década de 1580, se mudaram, por exemplo, para Hamburgo, pois a Holanda ainda não tinha participação no

comércio internacional do açúcar. De modo similar, os grandes mercadores, que deixaram Antuérpia, optaram, originalmente, pelo noroeste da Alemanha em detrimento do norte dos Países Baixos, em razão da ausência de condições para o funcionamento do comércio de alto-valor agregado e de longa distância, no final da década de 1580 (ISRAEL, 1989, 1995).

Essa ausência de condições refere-se fundamentalmente a já referida decisão política dos espanhóis de impor o Primeiro Embargo (1585-1590), que excluiu ou dificultou o acesso dos neerlandeses aos produtos ibéricos, assim como proibiu a compra dos produtos e do uso do transporte marítimo neerlandeses pelos espanhóis e portugueses. Outro motivo de natureza mais geopolítica, foi o estado de sítio em que a república se encontrava: fora cercada por três lados pelos espanhóis, que avançavam no noroeste das Províncias Unidas e bloqueavam as rotas de comércio, interrompendo as linhas de comunicação entre Holanda e Alemanha (ISRAEL, 1995, p. 309-311, ISRAEL, 1989).

As consequências da guerra para a Antuérpia - junto com o bloqueio do Estado neerlandês ao acesso marítimo da cidade⁷⁶, mais a decisão política dos espanhóis de intervir na França e de suspender o Primeiro Embargo (com as demais consequências que se seguiram), na década de 1590 - foram determinantes para a instituição de condições favoráveis que demonstraram “*confidence that the republic had a secure future and that Holland was a viable base for large-scale investment in commerce and manufacturing processes*” (ISRAEL, 1995, p.311). Pode-se acrescentar que foi nesse período que o Estado neerlandês não apenas demonstrou confiança, mas também viabilidade política ao resistir à guerra, e, mais do que isso, provou saber criar e/ou aproveitar as oportunidades, utilizando frequentemente seu poder para servir a interesses próprios e aos interesses de seus mercadores.

Essa configuração possibilitou a migração das elites mercantis oriundas de Antuérpia – que tinham evitado o Norte, pelos motivos supracitados, e migrado na década de 1580 para Frankfurt; Colônia; *Stade*; *Emden*; *Bremen* e Hamburgo – a partir de 1590, para as Províncias Unidas e para Amsterdam, em especial (ISRAEL, 1995, p.311; ISRAEL, 1989, p.42). Nessa mesma década, o desordenamento do florescente

⁷⁶ “*The Dutch blockade of the Flemish coast, however, rendered the seaborne to and from the South Netherlands increasingly difficult, risky and inconvenient; and it is this which prevented any great degree of economic recovery in the South Netherlands. Imports of Brazilian sugar to Antwerp from Lisbon, for example, stagnated at a low level from the early 1590s down to 1609, but which time it was too late to recover what had been lost*” (ISRAEL, 1989, p. 41).

comércio em *Rouen*⁷⁷ - que viu suas chances em herdar parte dos espólios comerciais de Antuérpia minadas, em razão de conflitos civis - levou muitos homens de negócios a deixarem a região e alguns deles a se refugiarem nas Províncias Unidas (BENEDICT, 1984, p.62-65 *apud* ISRAEL, 1989, p.42). Ademais, alguns novos cristãos (*New Christians*) e mercadores oriundos de Antuérpia, Lisboa e Porto, começaram a escolher a Holanda como um lugar de refúgio da Inquisição, agora que Amsterdam estava começando a desafiar Hamburgo e Antuérpia como entreposto de açúcar (ISRAEL, 1983, p. 506-9 *apud* ISRAEL, 1989, p.42). Soma-se a isso a crescente produção têxtil em Leiden e Haarlem, tornando o entreposto neerlandês muito mais atraente para os líderes dos mercadores europeus, que o tomam como uma base virtual para o comércio de longa distância e de alto-valor agregado, como fora durante os anos de 1585-89 (ISRAEL, 1989, p. 40). Esse fluxo variado de homens de negócios internacionais permaneceu imperturbável após os anos de 1600 (ISRAEL, 1989, p. 42), trazendo consigo, como os outros que lhe anteciparam e sucederam, conhecimentos e conexões comerciais.

A confluência de todos esses processos - que contou com as ações cruciais do Estado neerlandês; com a absorção das competências; com as conexões e capitais dos mercadores e não mercadores; com a expansão das cidades e com a reestruturação do sistema de comércio ultramarino neerlandês (expressa pela ascensão dos '*rich trades*' na década de 1590 e pelo comércio colonial de longa distância a partir de 1598) - foi crucial para realização da assim chamada 'Idade de Ouro' neerlandesa (ISRAEL, 1989; 1995, cap. 14).

No contexto da interação desses processos - que tornaram o norte dos Países Baixos uma base viável para a acumulação de poder e capital - seguiram-se investimentos massivos, durante a década de 1590, em várias cidades, mas especialmente em Amsterdam, em uma série de '*rich trades*', agora com os fluxos de comércio retomados com a Espanha, Portugal e Mediterrâneo. Nesse momento os mercadores radicados, principalmente, em Zelândia e Holanda - dotados de prata (oriunda da América espanhola e obtida no sul europeu); vinhos; frutas típicas do Mediterrâneo; pimenta; açúcar; seda; corantes, etc. - suplantaram aqueles mercadores que operavam a partir de Londres, *Lubeck* e Hamburgo no fornecimento dessas mercadorias para o norte da Europa (ISRAEL, 1989, p. 49-52).

⁷⁷ Em português Ruão. Essa cidade localiza-se na região da Normandia no noroeste da França, tendo sido uma das cidades mais prósperas do norte europeu na Idade Média.

A partir desse contexto (i.e., as Províncias Unidas como um lugar político e economicamente viável) - que levou à confluência de uma série de fatores positivos - a chegada de mais uma onda de mercadores de elite, trazendo capitais e conexões, em muito facilitou a penetração dos mercadores (radicados e originários da república neerlandesa) nos *rich trades*, bem como permitiu a superação de seus outros rivais, como Hamburgo, Rouen e Londres. À medida que o entreposto neerlandês florescia, Ruão e Hamburgo definhavam. Começa, com isso, a primeira fase de primazia, no comércio mundial, do entreposto neerlandês, que viu ser transformados seus transportes de comércio marítimo e seus produtos a granel de baixo valor agregado (IBIDEM, p. 43).⁷⁸

A partir da década de 1590 os comerciantes neerlandeses, ou residentes nas Províncias Unidas, embora com trajetórias distintas, adentraram pela primeira vez o comércio de alto valor agregado, ou seja, os *rich trades*, na Rússia, Báltico, Mediterrâneo (*Straatvaart*), Guiné (Oeste da África) e Índias Orientais (referenciada mais na frente). Em relação ao Caribe pode-se observar um aumento lento, mas perceptível, entre 1593-97. O apoio do Estado neerlandês aconteceu, em maior ou menor grau, ao menos na Rússia e Índias Orientais, por meio do investimento de dinheiro público; já na Guiné, mediante à intermediação política do parlamento holandês e permissão à formação de cartéis pelas companhias concorrentes, e no Caribe, por meio de encorajamentos não explícitos por parte do parlamento da Holanda e Zelândia (ISRAEL, 1989, p. 43-66, passim). Ademais, é interessante notar como que o domínio de um '*rich trades*' pode ser essencial para conquistar outros, o que mostra a natureza relacional e cumulativa desses processos (ISRAEL, 1989, p.50,54; BRAUDEL, 2009).

Dessa maneira, os neerlandeses realizaram o que é denominado de a 'segunda conquista neerlandesa' do Báltico. Isto é, eles conseguiram penetrar o comércio de produtos de alto valor agregado, outrora dominado pelos ingleses e hanseáticos. Deve-se chamar atenção para o fato de que o comércio neerlandês com o Báltico - que até então era limitado a um pequeno número de mercados de baixo valor agregado, tais como grãos, madeira, arenque e sal (ISRAEL, 1995, p.312; ISRAEL, 1989, p.50) - alcançou outro patamar. Como extensão desse processo,

⁷⁸ De modo similar, em Braudel (2009) confere-se também aos imigrantes, não somente a mercadores, um papel fundamental para o florescimento e desenvolvimento neerlandês. "O crescimento da economia holandesa atrai, requer os estrangeiros e é em parte obra deles" (p. 167). Ou ainda, "Artesãos, mercadores, marinheiros improvisados, jornaleiros transformaram o pequeno país, fizeram dele um país diferente. Mas também é verdade que foi o desenvolvimento da Holanda que criou o atrativo, as condições de sucesso" (IBIDEM, p. 171).

Dutch ships began sailing regularly also around the top of Scandinavia to the White Sea port of Archangel, at that time Russia's window on the West. In 1590 this Muscovy traffic was solidly in the hands of the English. But in a situation in which the dutch now had better access to the Iberian market, and colonial goods, than London, there was little chance that the English could long resist the Dutch challenge- for spices and silver were the key. By 1600 merchants based in Amsterdam, mostly Antwerp emigres, had already outstripped the English Muscovy trade (ISRAEL, 1995, p. 313).

Assim, é importante ressaltar que esse destronamento dos ingleses, na Rússia, foi possível a partir do momento em que as Províncias Unidas alcançaram estabilidade; recuperaram as rotas fluviais para Alemanha e conseguiram atrair abastados mercadores imigrantes (com relações no sul e no centro da Europa, providos de suficientes capitais para comprar e ou adaptar navios adequados para zarpar, por exemplo, na direção do Mar Branco) (ISRAEL, 1989, p. 45). Isso mostra a importância da ação política empreendida pelos rebeldes ao lançarem a ofensiva de 1590-1597⁷⁹; da ação do Estado neerlandês em bloquear o acesso marítimo da sua concorrente direta e as consequências disto somadas às consequências que se seguiram às decisões (políticas) espanholas de invadir a França e de suspender o Primeiro Embargo.

O tráfego de transporte em massa de produtos de baixo valor agregado, como peixe, sal, madeira e grãos, começou a ser dominado pelos neerlandeses no século XV. Durante o século XVI, esse processo se expandiu e culminou, nas décadas de 1590-1620, com a introdução do famoso *fluit* (i.e., do navio de longo curso, projetado para carregar o máximo de carga a um custo menor possível) (KLEIN, 1977, p. 103 *apud* ISRAEL, 1995, p.316). Um elemento notável é o fato de a culminação dessa inovação ter acontecido exatamente depois do ano de 1590, quando a suspensão do Primeiro Embargo Espanhol (1585-1590) aconteceu. Assim, são grandes as chances de o desenvolvimento desse barco existir em decorrência das relações comerciais que os neerlandeses emplacaram a partir da Primeira Fase (1590-1609) de supremacia no comércio mundial neerlandesa.

Em Israel (1989, 1995) sustenta-se que o transporte a granel, especialmente dos grãos e a madeira oriunda do Báltico, foi essencial tanto para o estabelecimento das bases que alavancaram a 'Idade de Ouro' neerlandesa, quanto para a capacidade de resistência da Holanda e Zelândia durante as Guerras de Independência, bem como foi

⁷⁹ Ver também Apêndice 1.

responsável, em grande medida, pelo alto grau de urbanização e vitalidade urbana dessas duas províncias. Como consequência do transporte a granel, essas duas províncias floresceram com um número de navios, marinheiros e mantimentos navais sem precedentes, se comparado a outras regiões⁸⁰. Em Israel (1995), numa restrição parcial a essa tese, define-se a ‘Idade de Ouro’ como:

an enriching, and expansion, well beyond the point reached by the 1580s, it is plainly the ‘rich trades’, and not bulk freightage, which subsequently contributed most to shaping the economic and social context. Bulk-carrying was already close to the limits of its expansion by the 1590s when the Golden Age began. Its subsequent expansion until 1620 was marginal in character. By contrast, the ‘rich trades’ grew spectacularly after 1590, generating much larger profits and a much greater accumulation of wealth than bulk trade. Baltic grain, for example, was worth about three million guilders yearly, on the Dutch market, in the middle of the seventeenth century, while the combined value of the three largest ‘rich trades’ – the East India, Spanish and Levant trades – in the 1650s and 1660s was approximately seven times as great, over 20 million guilders. Moreover, whilst commerce with Mediterranean and colonial markets, and also high-value commerce with the Baltic and Russia, provided the raw materials for the main export industries of the later seventeenth century – Leiden fine cloth (made from Spanish wool), camlets (Turkish mohair), silks, cottons, fine linen, copper, processed sugar and tobacco - bulk freightage was of less relevance to industry, except for the case of shipbuilding (ISRAEL, 1995, p.316).

Ademais, os ‘*rich trades*’ conheceriam um crescimento nos primeiros dois terços do século XVII, enquanto a importância relativa do transporte de produtos a granel de baixo valor agregado diminuiria progressivamente até o último quarto do século, sendo ultrapassado pelo comércio de alto valor agregado e pela indústria orientada para os ‘*rich trades*’ (IBIDEM, p.318). A passagem seguinte resume bem este ponto de inflexão ocorrido a partir da década de 1590.

The internal stabilization of the Republic after 1588, improvement in the strategic situation, the reopening of the rivers and waterways linking Holland and Germany, influx of capital and skills from Antwerp after 1585, the lifting of Philip II's embargo on Dutch ships and cargoes in the Iberian peninsula in 1590 (whilst retaining his embargo on England), and the Republic's tightening grip on the Scheldt and Ems estuaries and naval blockade of the Flemish coast. The explosive expansion of its commerce which followed transformed the Republic into Europe's chief emporium and

⁸⁰ Essa leitura que concebe o Báltico como a ‘mãe de todos os comércios’ para os neerlandeses é a mais consolidada e é, como vimos, também defendida por Braudel e Arrighi. Israel concorda parcialmente essa tese já que aceita a importância desse comércio a granel, mas de baixo valor agregado para as bases e o sistema comercial neerlandês até 1590, mas defende que a partir da década de 1590 com a entrada dos neerlandeses nos *rich trades* esse último se tornaria mais importante.

bestowed a general primacy in world commerce which was to endure for a century and a half (ISRAEL, 1995, p. 305).

Todas essas condições descritas até agora foram necessárias não só para o surgimento dos *'rich trades'* dentro da Europa, operados por mercadores radicados nas Províncias Unidas, mas também para a construção do império colonial neerlandês que se seguiu e contou com esses processos, sendo o comércio com os *'rich trades'* europeu o mais importante de todos os fatores (ISRAEL, 1995).

Como se instituiu o império colonial neerlandês? Um dos primeiros esforços relevantes para se comercializar com as Índias Orientais foi a tentativa de se tentar encontrar uma passagem direta para o nordeste da China, em 1594. Para isso foi fundada nesse mesmo ano a *Compagnie van Verre* (Companhia de longa distância), em Amsterdam, por homens de negócios influentes, que contaram com o apoio do parlamento holandês desde o começo (ISRAEL, 1989; 1995).

Esse apoio expressou-se por meio não apenas da isenção das taxas alfandegárias para o tráfico com as Índias Orientais, mas também mediante a provisão de canhões, pequenas armas, pólvora e outras munições, aparentemente, livre de despesas pelo parlamento da província da Holanda (ISRAEL, 1995, p.319; ISRAEL, 1989, p. 67). De modo similar, a elite mercantil da Zelândia seguiu o exemplo dos mercadores de Amsterdam ao fundar, em 1597, duas companhias, assim como o parlamento da Zelândia conferiu exatamente o mesmo apoio que o parlamento holandês tinha conferido a seus mercadores (e.g. isenção alfandegária e suporte militar). Desde o começo, a presença comercial neerlandesa foi fortemente armada e apoiada pelas classes políticas (ISRAEL, 1989, p.67).

Aqui pode-se evocar uma passagem do historiador sueco Jan Glete⁸¹ para ressaltar a centralidade do contexto de apoio e interesses do 'Estado' neerlandês, enquanto uma unidade política territorial, que necessitava alavancar a sua capacidade de gastos, submetida a uma intensa 'pressão competitiva'.

Politically, it was a triumph of a state which followed the logic of capital as much as the logic of coercion. The Dutch republic cannot be described as subservient to capital. It was also a nation which fought for its political independence and the integrity of a political decision making system which the ruling elite believed in. But profits from maritime trade and the financial means to win the war were

⁸¹ Renomado historiador, especialista, dentre outros, na relação entre formação do Estado e história naval na *'Early Modern Europe'*.

*two intertwined phenomena and it was natural for this state to mould its strategy to the interest of the maritime groups. This was probably the key behind the success of the Dutch entrepôt – its growth answered a national interest of the highest priority. In the power struggle with Spain, the destruction of the Iberian-controlled entrepôts had also been a Dutch national interest (GLETE, 2000, p. 75).*⁸²

3.2 - Das Mudanças na Conjuntura Geopolítica Europeia (1597-8) a 1609

As conversas de paz entre espanhóis e franceses, no inverno de 1597-8, preocupavam a elite dos rebeldes. Oldenbarnevelt organizou uma delegação dos Estados Gerais que incluiu, dentre outros, Hugo Grotius⁸³, para ir à corte francesa tentar defender os interesses neerlandeses em relação a um cenário dramático que parecia se aproximar à medida que as hostilidades entre França e Espanha chegavam mais perto de uma trégua. Diante da perspectiva de um acordo entre os dois beligerantes, Oldenbarnevelt dedicou-se a tentar conquistar o mais vantajoso pacote de ajuda financeira possível (DEN TEX, 1973, p.301-3, *apud* ISRAEL, 1995, p.253-254). Em 1598, o rei francês concordou em continuar subsidiando os neerlandeses em suas Guerras de Independência com o valor de um milhão de escudos (*écus*) pelos próximos quatro anos (ISRAEL, 1995). Como entender esse apoio aos rebeldes, do ponto de vista francês, senão a partir da máxima de que ‘o inimigo (rebeldes) do meu inimigo (espanhóis) é meu amigo (França)’. Assim, a França ao apoiar os rebeldes estaria servindo a seus próprios interesses, ou seja, estaria enfraquecendo seu maior inimigo europeu no contexto das lutas pelo poder na Europa.

A política espanhola, priorizando, em primeiro lugar, o conflito com a França, vigorou de 1589 até a Paz de Vervins, em 1598. “*Philips II’s desperate bid to stop Navarre had cost Spain immense sums – 88 million florins were sent to the Netherlands alone in the 1590s, mostly for use in France – and also her last real chance of victory over the Dutch*” (PARKER, 1972, p.247). Os espanhóis, do ponto de vista de seus exércitos (mas também político e econômico), estavam numa posição mais deteriorada

⁸² E ainda “*Dutch maritime policy aimed at control and development of trade as economic base of the society and the state. Trade had to be protected but also promoted, taxed but not to the extent that it lost its attraction for investors. The opportunities for profitable trade created by changing political, economic and technical circumstances had to be used quickly and ruthlessly, and the state had to adjust its policy to that. Technology and competence for warfare at sea was intertwined with the promotion of trade. Alliances were concluded in order to protect Dutch commercial interests and the basic security of dutch territory – not for profitless prestige, territorial ambition or religion ideals. The contrast with Spanish obsession with reputation, religion and European-wide political systems promoted by American silver and dynastic ties is obvious. The Dutch attitude is typified by her allowing trade with the enemy, and the State made this into an important bases for taxes*” (IBIDEM, p.168).

⁸³ Grotius se consagrar-ia-se, alguns anos depois, em (1609), com sua famosa tese de ‘*Mare Liberum*’ em oposição à política defendida pela Espanha e Portugal de ‘*Mare Clausum*’.

em 1598 do que dez anos antes, quando decidiram intervir na França. Assim, o rei francês, Henrique IV, conseguiu unir seu país derrotando a Espanha e sua aliada, a Liga Francesa Católica.

O balanço que pode ser feito é que os espanhóis fracassaram em seus objetivos com a França, além de terem sido negligentes acerca da ascensão neerlandesa; agora os Países Baixos se mostravam um adversário mais resistente, em grande medida por conta das consequências das próprias decisões espanholas (IBIDEM, p.247). A notícia de paz entre espanhóis e franceses, no contexto de lutas e guerras recorrentes pela supremacia na Europa, podia ser considerada pelos neerlandeses, a princípio, como um mal sinal, já que agora a Espanha estaria menos ocupada com outras ameaças externas, de modo a poder concentrar novamente seus esforços de guerra nos Países Baixos.

Outro fato que tornaria mais delicada a situação dos neerlandeses foi a percepção dos ministros espanhóis de que o acesso neerlandês à União Ibérica e consequentemente o domínio da distribuição de artigos em todo o norte da Europa – tais como açúcar, especiarias, mercadorias coloniais e oriundas do mediterrâneo - estavam alimentando a acumulação de poder e riqueza dos neerlandeses (ISRAEL, 1989; 1995). Um corolário desse acesso foi o florescimento de novas indústrias têxteis neerlandesas baseadas nas técnicas e conhecimentos trazidos pelos imigrantes a partir de 1585, já que foi com

linen and new draperies, manufactured by southern immigrants at Haarlem and Leiden, as well as with capital transferred from the south Netherlands, that the new merchant elite of Holland and Zeeland were buying up the colonial and high value commodities of southern Europe (ISRAEL, 1995, p.312).

Dado esse contexto, os espanhóis implementaram o Segundo Embargo, que vigorou entre 1598 e 1609 (ISRAEL, 1989; 1995, p.320). Grotius e muitos outros historiadores neerlandeses já argumentaram que a perspectiva de interrupção do sucesso comercial na Europa, por meio da decisão política do Segundo Embargo, forçou as elites mercantis neerlandesas a investirem, fartamente e com urgência, na construção de uma conexão direta com as Índias, de modo a obterem as mercadorias necessárias e desejadas pela própria fonte. Ademais, fazia-se necessário que o novo tráfico adquirisse uma escala suficientemente vasta, capaz de prover quantidade satisfatória de pimenta e especiarias, de forma a acomodar um sistema de distribuição que agora se estendia da França a Rússia. Caso contrário, os neerlandeses poderiam ser substituídos, nesse jogo,

pelos hanseáticos e ingleses (que foram readmitidos na União Ibérica a partir de 1604) (ISRAEL, 1995, p.320), o que resultaria não só em perdas econômicas, mas, ainda mais importante, em perdas de poder relativo.

E assim foi feito. Em 1598, havia, pelo menos, oito diferentes companhias oriundas da Holanda e Zelândia participando do comércio com as Índias, que possuíam por volta de sessenta e cinco navios e barcos - e veiculavam, em 1601, não menos que quatorze frotas neerlandesas -, realizando, nessa região, um número muito maior de atividades comerciais que Portugal e Inglaterra (IBIDEM, p. 320-321; ISRAEL, 1989, p.68). Deve-se ressaltar o fato de que o próprio sucesso neerlandês nessa empreitada trouxe consigo algumas dificuldades. Isto é, a competição intercapitalista neerlandesa acirrada estava levando a desordenadas oscilações de preços no mercado tanto nas Molucas e Amboina, ilhas das especiarias, (ver MAPA 7, p.95) como em Java e na Europa, resultando, em 1601, na queda crescente de preços e lucros. Como consequência desses desenvolvimentos, diversos mercadores e as classes políticas da Holanda e Zelândia começaram um processo de negociação e deliberação visando ordenar o tráfico e evitar, no limite, o colapso do mesmo. Foi nesse contexto que a VOC, por intervenção dos Estados gerais, em última instância, foi criada em vinte de março de 1602 (ISRAEL, 1989, p.68-67; ISRAEL, 1995, p. 321). Nota-se que uma companhia similar na Inglaterra tinha sido criada um ano antes (PANIKKAR, 2014, p. 66; BRAUDEL, 2009).

Assim, a VOC reuniu em uma única organização todas as companhias de comércio anteriores e, em Braudel (2009), afirma-se que VOC configurou-se de forma independente, podendo ser vista como um Estado dentro de um Estado.

(...) essa criação em breve iria mudar tudo. É o fim das viagens desordenadas (...). A partir de então, passou a ver uma só política, uma só vontade, uma só orientação nos assuntos da Ásia: a da companhia que, verdadeiro império colocou-se sob o signo da expansão (BRAUDEL, 2009, p.194).

Foram, no entanto, os Estados gerais que “*delegated sovereign rights to maintain troops and garrisons, fit out warships, impose governors upon Asian population, and conduct diplomacy with eastern potentates, as well sign treaties and make alliances*” (ISRAEL, 1995, p.322), assim também como foram os Estados gerais que conferiram à companhia o monopólio de todo o comércio neerlandês ao leste do Cabo da Boa Esperança (ISRAEL, 1989, p.70). A história que se segue é longa, com

discussões entre mercadores e classes políticas sobre os rumos da, e o poder sobre, a organização.

Seja como for, há fortes argumentos para conceber a natureza da VOC como sendo híbrida. Em sua carta de fundação estão estabelecidos dois objetivos fundamentais: permitir que os neerlandeses pudessem comercializar com as Índias, mas também atacar o poder, o prestígio e a riqueza de Portugal e Espanha na Ásia (IBIDEM, p.71). A VOC, desse modo, era tanto um braço do Estado neerlandês, como uma organização comercial (ISRAEL, 1989, p.70-73; ISRAEL, 1995, p.322), mas ela foi criada e garantida, fundamentalmente, pelo Estado neerlandês a quem ela, em última instância, permaneceu submetida.

Em Braudel (2009, p.190-191), defende-se que os (três) embargos comerciais espanhóis contra os neerlandeses foram ineficazes e que “(...) *in any case, mere political ‘events’ could not substantially influence the basic patterns and realities of european trade*” (ISRAEL, 1989, p.56). Israel (1989, 1995) discorda, nesse ponto, de Braudel (2009) e defende que as consequências dos embargos foram ‘muito grandes’. Analisando o total anual de viagens por parte dos navios holandeses, que partiam de Amsterdam para a União Ibérica, por volta de 1600, tal como registrado nos contratos de frete sobreviventes (referentes ao transporte marítimo de mercadorias), pode-se constatar que o embargo de 1598 teve consequências significativas (ver TABELA 1, p. 89).

De modo similar,

In 1597 Dutch voyages to Spain were already well down on some previous years since the 1590, owing to the many specific arrests of Dutch ships in Castilian ports that year. But the subsequent collapse over the years 1598-1608 was altogether more serious. In 1597 there were still more than one hundred Dutch voyages direct from the Iberian Peninsula to the Baltic, carrying a large part of the salt and ‘southern’ products which formed the bulk of Dutch exports to northern Europe. In 1599 the equivalent figure was only twelve (see table 3.4). In the years 1606-7 this direct navigation in Dutch ships between the Peninsula and the Baltic was not just paralyzed but totally eliminated. The gap was filled by Hanseatic and some Danish-Norwegian and English ships (IBIDEM, p.57-58).⁸⁴

Tabela 1: Tabela 3.3: Viagens de Amsterdam para a Península Ibérica, 1597-1602.
Tabela 3.4: viagens direta da Península Ibérica para o Báltico, 1595-1609

⁸⁴ Ver também tabela 1 (IBID).

TABLE 3.3 *Voyages from Amsterdam to the Iberian Peninsula, 1597–1602*

Year	Total	In Han- seatic ships	To Portugal	To Castile	To Valencia and Mallorca
1597	192	1	117	65	10
1598	201	4	149	44	8
1599	15	8	12	1	2
1600	57	10	49	4	4
1601	62	10	52	8	2
1602	34	9	25	5	4

Source: IJzerman, 'Amsterdamsche bevrachtingscontracten'.

TABLE 3.4 *Voyages direct from the Iberian Peninsula to the Baltic, 1595–1609*

Year	Total	Dutch	Hanseatic and East Frisian	Danish and Norwegian
1595	256	194	56	5
1596	173	133	28	11
1597	90	30	53	6
1598	167	107	54	6
1599	166	12	130	20
1600	213	26	153	31
1601	171	42	103	25
1602	97	10	80	7
1603	115	28	73	14
1604	128	27	84	17
1605	101	1	80	16
1606	96	0	79	14
1607	123	0	98	24
1608	151	19	105	18
1609	131	68	50	11
1610	141	98	40	2

Fonte: (ISRAEL, 1989, p.57).

Aqui pode-se observar o quanto uma decisão política tem efeitos econômicos significativos. Ademais, do mesmo jeito que se defende que na política e nas questões referentes ao poder nenhum vácuo é admitido, na economia não é diferente, pois a situação torna-se grave quando adversários internacionais preenchem o espaço desocupado e com isso alavancam poder e riqueza para si em detrimento da unidade política que foi alvo de ação política retaliatória.

Os espanhóis podiam imaginar que o bloqueio comercial ibérico, contra os neerlandeses, iria desordenar o sistema comercial ultramar espanhol tanto no norte como no sul da Europa (BRULEZ, 1955, p.184-5 *apud* ISRAEL, 1989, p.58). Mesmo que o embargo tivesse sido completamente executado, a ideia espanhola era muito

otimista. O que parece é que o embargo não foi completamente aplicado, por exemplo, nem em Portugal, tampouco em Valência, embora o tráfico neerlandês com esses dois lugares tenha conhecido uma redução em mais de cinquenta por cento (ISRAEL, 1989; ver também TABELA 1, p. 89). Já em Castela, o impacto do embargo foi tão grande que, no ano de 1606, os navios neerlandeses não passaram de cinco nas rotas de comércio, um número de navios muito reduzido se comparado ao número, de 65, que circulava em 1597. De modo similar, o Segundo Embargo também teve consequências para os neerlandeses no mediterrâneo, embora medidas tenham sido tomadas para minimizar os efeitos dos embargos, como no caso do comércio ibérico (IBIDEM, p.58-60).

Aqui, o contexto que se apresenta é de inúmeras vitórias políticas, militares e econômicas, ainda que em menor grau no que se refere aos rebeldes e a Espanha, que se viu esgotada pelos esforços de guerra com a França e os Países Baixos. A título de ilustração, nos anos que vão de 1597 a 1606, o fenômeno da amotinação entre os soldados espanhóis ocorreu de forma generalizada e sem precedentes. Nunca se amotinou tanto como consequência da ausência de pagamento dos salários dos soldados. Além disso, toda grande campanha militar empreendida pelo exército espanhol, entre os anos de 1598 e 1604, foi impossibilitada ou prejudicada pelo fato de uma grande quantidade de tropas estar amotinada. Há, inclusive, casos, nos quais soldados espanhóis cederam posições militares, guarnições, fortalezas e/ou cidades fortificadas a tropas rebeldes em troca de remuneração econômica-financeira (PARKER, 1973, p. 249).

Foi nesse contexto que em 1598-9 negociações de paz, por iniciativa dos espanhóis, surgiram.

Oldenbarnevelt and Maurits were adamant that they would, and could, not compromise the sovereign independence of the United Provinces or make any concession to Catholic worship. The Dutch side nevertheless responded to the peace-feelers from Brussels so as to coax the other side as far as they would go. The main significance of the negotiations of 15989 is that they fostered the illusion that peace was around the corner, reducing the likelihood of an imminent Spanish offensive (ISRAEL, 1995, p.255).

Não seria surpresa afirmar que os rebeldes não desejavam a paz já, que eles estavam, recentemente, colecionando vitórias. Essa estratégia neerlandesa, no entanto, poderia se mostrar arriscada, pois a Espanha, agora em paz com a França, poderia se voltar com toda sua força contra os rebeldes. Ademais, a situação política da república

neerlandesa não era a das mais estáveis, não somente devido a brigas internas entre as províncias, mas também porque grande parte das cidades e territórios recém-conquistados não estava totalmente assegurada, tendo que ser mantida pela força (IBIDEM, p.257).

Em todo caso, as lutas continuaram e, entre os anos de 1600 e 1604, podem ser consideradas, de algum modo, empatadas entre ambos combatentes. Os neerlandeses conseguiam, de certa maneira, conter os avanços espanhóis, mas para isso eles precisavam aumentar exponencialmente seus gastos militares, empreendendo dispendiosas fortificações e expandindo seu exército. Um exemplo disso foi o significativo aumento de seu exército entre os anos de 1599 e 1607, que de cinco mil homens, chegou a cinquenta e um mil (ZWITZER, 1982, *apud* ISRAEL, 1995, p. 260).

O Tratado de Londres de 1604, que consolidou a paz entre espanhóis e ingleses e foi facilitado pela morte da rainha Elizabete, realizou aquilo que as ‘Armadas’ de 1588 e 1596 não conseguiram. Isto é, fazer com que os ingleses retirassem todo seu apoio oficial aos rebeldes. Dado esse novo fato, e o desejo dos espanhóis por uma trégua, o rei espanhol decidiu partir para a ofensiva e empreender ações (1605-1606) mais contundentes contra o território da república de modo a forçar uma trégua (PARKER, 1973, p. 250).

Tais incursões espanholas foram bem-sucedidas, o que preocupou os rebeldes, já que os espanhóis conseguiram tomar algumas cidades e demonstraram que o interior das Províncias Unidas ainda era vulnerável a seus ataques.

The result of the Spanish gains in 16056 was that the whole of the Twenthe and Zutphen quarters, and some adjoining areas, were now once again brought under the Spanish 'contribution' system whereby undefended villages and small towns paid a tribute in return for exemption from pillage and disruption. With Spanish cavalry patrolling the entire region, 'contribution' money was regularly paid from 1606 right down to 1633, when the Spaniards lost Rheinberg, their last major base on the lower Rhine (ISRAEL, 1995, p. 261-262).

Outro corolário dessas incursões espanholas é que elas parecem ter exigido mais esforços do que o exército espanhol poderia suportar, já que logo após a essas campanhas militares, em 1606, grande parte do contingente espanhol se amotinou. Dado esse contexto, somado à aparente impossibilidade da trégua e às dificuldades financeiras, Felipe III e seus conselheiros já consideravam seriamente reduzir, em torno, de 60% o orçamento militar direcionado aos Países Baixos, reduzindo substancialmente

o exército e abandonando Flandres. Quando essa decisão estava a ponto de ser anunciada publicamente, os rebeldes, de forma inesperada, anunciaram a disposição em discutir um ‘cessar-fogo’ com os espanhóis. Assim, em 24 de abril de 1607, as lutas cessaram provisoriamente e a ‘Trégua de Doze Anos’ foi assinada exatamente dois anos depois, em abril de 1609 (PARKER, 1972, p.250-251).

O quarto capítulo abordará alguns importantes processos políticos-militares e econômicos, para os neerlandeses, como consequência da Trégua de Doze Anos (1609-1621).

4. ‘Trégua de Doze Anos’ e a Segunda Fase da Supremacia Neerlandesa no Comércio Mundial (1609 – 1621)

Este capítulo trata do contexto no qual a ‘Trégua de Doze Anos’ (1609-1621) (ver MAPA 6, p. 94) foi assinada entre espanhóis e neerlandeses, assim como de algumas consequências políticas e econômicas dessa trégua, bem como de alguns conflitos importante para as posições político-militares e econômicas das Províncias Unidas. O objetivo aqui, como no capítulo anterior, e no próximo que seguirá, é apreender a importância das rivalidades e lutas europeias por poder nas Guerras de Independência Neerlandesa e na conquista e consolidação das suas posições mercantis.

As múltiplas e recorrentes guerras empreendidas pela Espanha levaram-na, em grande medida, a graves dificuldades financeiras que, por sua vez, resultaram em uma série de motins no interior de seu exército como consequência da ausência de pagamento de suas tropas. Essa situação levou Felipe III e seus conselheiros a proporem uma trégua no conflito com os ‘rebeldes’ (PARKER, 1972). Acrescenta-se a isso a percepção espanhola de que a expansão comercial neerlandesa, em detrimento dos ibéricos nas Índias Orientais, no Caribe, na África Ocidental, etc., precisava ser interrompida. O estopim para essa percepção foi a conquista de Amboina, Ternate, e Tidore pela VOC, em 1605 (ISRAEL, 1989, p.81; 1995, p.400-401) (Ver MAPA 7, p. 95).⁸⁵

Os espanhóis levavam em consideração, em suas análises, o fato de os neerlandeses não terem se deixado convencer nem por meio da força, tampouco pela pressão econômica, portanto consideraram o reconhecimento formal da independência das Províncias Unidas. Esperava-se em troca a retirada neerlandesa da Ásia e das Américas, bem como o comprometimento neerlandês de interromper as navegações para as Índias Orientais (e com isso dissolver a VOC), além de abortar os planos em curso para a criação da Companhia das Índias Ocidentais (WIC, i.e. *West Índia Company*) e também concordar com o direito ibérico exclusivo sobre as Índias Ocidentais e Orientais. (ISRAEL, 1989, p.81; ISRAEL, 1995, p.400-401). De um ponto de vista comercial significaria que os neerlandeses teriam que desistir de todas as suas conquistas extraeuropeias, realizadas desde 1599, em troca da remoção de obstáculos

⁸⁵ Ver também mapa 7 (p. 95) para as referências neste trabalho dos lugares localizados na Ásia.

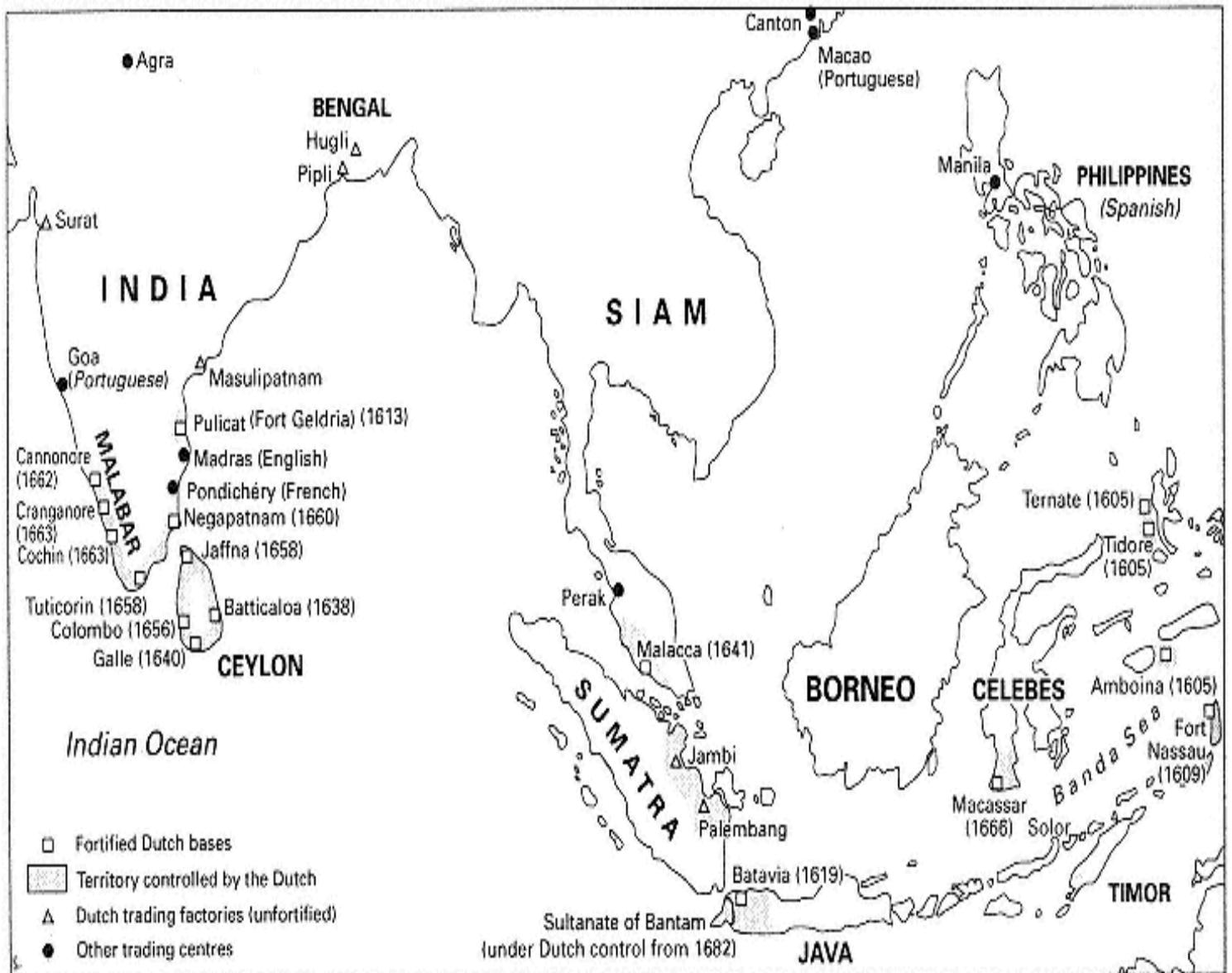
ibéricos à supremacia neerlandesa no comércio europeu (ISRAEL; RODRÍGUEZ VILLA; GÓMEZ-CENTURIÓN JIMÉNEZ *apud* ISRAEL, 1989, p.81).

Mapa 6: Anel defensivo neerlandês durante a ‘Trégua de Doze Anos’ (1609-1621)



Fonte: (ISRAEL, 1995, p. 263).

Mapa 7: O império neerlandês no seu auge por volta de 1688



Fonte: (ISRAEL, 1995, p. 937).

Apesar do significativo sucesso econômico, a situação político-econômica dos rebeldes vinha se deteriorando desde 1598 como resultado dos gastos crescentes com a guerra contra a Espanha e a percebida impossibilidade, devido ao risco da explosão de revoltas internas, de se aumentar os já elevados impostos e taxas. A título de ilustração, em relação aos gastos militares, o exército neerlandês dobrou o seu contingente e investiu cinco vezes mais em fortificações no período entre 1597-1606 (ISRAEL, 1995). Além do mais, a conjuntura geopolítica internacional, referente à paz da Espanha

com França (1598) e Inglaterra (1604), fez com que a janela de oportunidade da década de 1590 perdesse parte do seu vigor ou desaparecesse completamente. Desse modo, as pressões militares sobre os Países Baixos aumentaram e o vigor comercial passou a ser minado pelo Segundo Embargo Espanhol (1598-1609) contra os neerlandeses. A paz anglo-espanhola (1604) agravou ainda mais a situação dos neerlandeses, pois implicou no renascimento do comércio inglês com a União Ibérica, possibilitando a restauração do acesso inglês “*to the fine goods of southern Europe, which threatened to undercut a large part of the Dutch ‘rich trades’ and, to some, seemed likely to bring Dutch world trade primacy to an early end*” (ISRAEL, 1995, p.400).

É importante ressaltar aqui que a janela de oportunidade aberta em 1590 foi fechada na primeira década do século XVII como consequência direta e/ou indireta das decisões (e seus desdobramentos), de natureza geopolítica, tomada pela Espanha. Desse modo, as guerras e lutas pelo poder na Europa demonstram centralidade no jogo político-econômico-militar dessas duas unidades políticas beligerantes em interação com as rivalidades europeias envolvidas nesse conflito.

Oldenbarnevelt defendeu, numa reunião, em 1606, com o parlamento holandês, a insustentabilidade da situação financeira das Províncias Unidas. Com isso, ele teria, aparentemente, sugerido que colocassem a república sob a proteção soberana do rei francês Henrique IV e ou que procurassem algum acordo com a Espanha. Para a sorte dos rebeldes, as negociações de paz, iniciadas em 1606, avançavam rapidamente, o que descartou essa primeira drástica alternativa e culminou na Trégua de 1609. Nas conversas informais com os espanhóis, o líder neerlandês (i.e., Oldenbarnevelt) havia concordado, a princípio, a se desfazer da VOC e abortar o projeto da WIC (IBIDEM, 400-401).

Contudo, conforme se seguiam amplas consultas às classes dirigentes e à comunidade de negócios neerlandeses evidenciou-se um racha expressivo em ambos os grupos sobre o desejo e as condições aceitáveis (do ponto de vista neerlandês) de um acordo com os espanhóis (ISRAEL, 1989, p.81).

A título de ilustração das consequências da trégua temos a valorização das ações da VOC, nos anos de 1607-1608, por volta de 180% a 200%, em relação ao seu valor inicial, após a tomada das Ilhas Molucas pelos neerlandeses em 1605. Pouco tempo depois disso, uma vez evidenciado que a Trégua seria assinada de fato (como realmente foi), a cotação das ações caiu para 132% (VAN DILLEN, *apud* ISRAEL, 1989, p.86), levando a perdas generalizadas de investimento. Em agosto de 1610, esse valor girava

em torno de 153% e se manteve depreciado até a década de 1620 (época correspondente ao final da Trégua) (PENSO DE LA VEJA *apud* ISRAEL, 1995, p. 409).

This was the first big slide in the history of the Amsterdam share market and, like those who were to follow; it was precipitated essentially by international political circumstances. From the outset Dutch investors had a shrewd grasp of the fact that international power politics was the single most important influence on the terms and context of colonial trade (ISRAEL, 1989, p. 86).

Os anos de 1606-09 foram caracterizados, na república neerlandesa, por um intenso e acirrado debate sobre os prós e contras da trégua com a Espanha.

A pergunta básica que, por exemplo, Susan Strange⁸⁶ (1988, p.117) sugere que sempre seja feita nas análises de economia política internacional, e que se aplica nesse contexto, é ‘*cui bono?*’. Isto é, quem se beneficia? Adaptando a pergunta para uma perspectiva da EPI ou EPSM⁸⁷ perguntar-se-ia: Quem ganha e quem perde, em termos de poder e riqueza, com determinado arranjo ou com a ausência dele? Quem ganharia e quem perderia com a trégua e/ou paz da Espanha?

Havia a visão, liderada por Oldenbarnevelt, de que o momento era propício para um acordo com os espanhóis. O grupo, que defendia tal perspectiva, reconhecia que o acordo implicaria sacrificar, pelo menos, parte do comércio com as Índias Orientais. Alegava-se ainda que essa concessão era razoável se o reconhecimento formal da república e a suspensão do Segundo Embargo fosse a contraproposta espanhola (ISRAEL, 1989, p.82).

O outro grupo recusava a negociação com a Espanha diante das circunstâncias colocadas, apesar de ambos os grupos concordarem que o embargo, de 1598, vinha dificultando seriamente o comércio neerlandês com o resto da Europa. A paz entre ingleses e espanhóis (1604), e a cooperação entre eles para aplicar o embargo de forma efetiva⁸⁸ contra os neerlandeses, fez com que o comércio inglês e hanseático prosperasse às custas dos neerlandeses (ISRAEL, 1989). Desse modo, os ingleses, por exemplo, puderam comercializar sem obstáculos com Espanha, Portugal, Levante e Itália. Sendo assim, evidenciou-se a impossibilidade dos neerlandeses em adquirir um papel de

⁸⁶ Susan Strange foi uma autora inglesa, e pioneira, no campo da Economia Política Internacional/Global, ao chamar atenção, já na década de 70, para a necessidade de se estudar conjuntamente as relações políticas e econômicas mundialmente. A autora é também uma das mais consagradas dentro da escola britânica no campo da Economia Política Internacional/Global.

⁸⁷ Economia Política do Sistema-Mundo (EPSM).

⁸⁸ Os ingleses concordaram “(...) [to] accept the confiscation of all English cargoes sent to Spain and Portugal not authentically certified as being non-dutch (...)” (ISRAEL, 1989, p.82).

liderança no comércio em qualquer parte do sul da Europa enquanto o embargo vigorasse. Embora esse segundo grupo reconhecesse essa situação, argumentava que as concessões exigidas para a paz e/ou trégua eram um preço demasiado alto a se pagar (ISRAEL, 1989, p. 82).

Um resultado parcial das negociações e articulações no interior das classes dominantes neerlandesas evidenciou que a extinção da VOC era um ponto inegociável, mesmo se os espanhóis reconhecessem a independência formal dos rebeldes (VEENENDAAL *apud* ISRAEL, 1995, p. 402). Isso não seria politicamente viável em razão do fato de que muitos líderes políticos e membros da elite mercantil neerlandesa investiram maciçamente nos empreendimentos da VOC. Muitos outros eram também contra à conciliação com os espanhóis, tais como: os diretores da VOC e das companhias privada para Guiné; a poderosa e influente cidade de Amsterdam; os investidores ligados ao comércio nas Índias Ocidentais e Orientais; Zelândia e Príncipe Maurício (ISRAEL, 1989, p.82-86, *passim*; ISRAEL, 1995, p.402-404). Com a possível exceção de Maurício, todos os outros temiam pela lucratividade de seus negócios e o impedimento da expansão comercial neerlandesa nas Índias Orientais e Ocidentais caso a paz fosse alcançada (ISRAEL, 1989, 1995).

Diante da posterior recusa à extinção da VOC, os espanhóis condicionaram a trégua ao direito dos católicos poderem exercer sua fé de forma pública e livre no norte dos Países Baixos. Ambas as demandas não encontraram apoio suficiente entre os líderes rebeldes, o que fez com que as negociações de trégua quase fracassassem (ISRAEL, 1995, p.404). Ao fim, os neerlandeses aceitaram suspender, temporariamente, a criação da WIC (ISRAEL, 1989, p. 84-85)⁸⁹, que estava planejada para acontecer em 1607. Também foi acordado que durante a trégua os neerlandeses manteriam as regiões que já tinham ocupado até então, mas suspenderiam seus ataques ao comércio, transporte marítimo e fortalezas ibéricas tanto na Ásia como na África. Embora esse acordo estivesse longe de contemplar as demandas iniciais espanholas (ISRAEL, 1989, p.84-85), os espanhóis aceitaram a paz provisória, que objetivava durar doze anos, assinada no dia nove de abril de 1609, em Antuérpia, a qual ficou conhecida como a ‘Trégua de Doze Anos’ (1609-1621).

⁸⁹ “(...) *It was no small concession, for, had the Company been launched as originally intended in 1607, instead of being shelved until 1621, there is every reason to suppose that it would have achieved greater success at Spanish and Portuguese expense than later was the case*” (ISRAEL, 1989, p. 84-85).

Do ponto de vista dos neerlandeses, o que pesou para a aceitação do acordo foi o argumento de que os ganhos extras, oriundos do comércio europeu como consequência da suspensão do embargo, compensariam as perdas causadas pela limitação da expansão da VOC nas Índias (DEVENTER, *apud* Israel, 1995, p.404), bem como a dificuldade financeira no contexto da longa guerra contra os espanhóis. A suspensão do Segundo Embargo também traria o revigoramento do comércio neerlandês com a União Ibérica e o Mediterrâneo, assim como a possibilidade do Estado neerlandês poder intervir de forma mais efetiva na arena global a favor de seus interesses, uma vez que estariam livres do fardo da guerra com os espanhóis (ISRAEL, 1995, p.404). Seja como for, esse acordo causou grande insatisfação em distintos grupos, tanto no interior das elites políticas e econômicas neerlandesas, quanto espanholas (ISRAEL, 1995, p.405).

Esse caso ilustra como determinados desafios externos e/ou internos podem ser entendidos de formas diferentes, a partir de considerações distintas de poder e riqueza dos grupos envolvidos, suscitando propostas de soluções divergentes e cursos de ação diversos no interior das classes dominantes. Apesar de um grupo substancial ser contra a paz, fundamentalmente, por motivos econômicos, foi escolhido aquele curso de ação que, supostamente, serviria melhor aos interesses do Estado neerlandês, apesar do acordo final apontar para um compromisso entre as classes políticas e econômicas da república neerlandesa.

A Trégua de Doze Anos corresponde, em Israel (1989, 1995), ao advento da segunda fase da supremacia neerlandesa no comércio mundial⁹⁰. A suspensão do Segundo Embargo (1598-1609), que seguiu a trégua, foi crucial para esse desenvolvimento, já que propiciou: a retomada do massivo tráfego neerlandês com a União Ibérica; a remoção dos obstáculos ao florescimento do comércio neerlandês com o Mediterrâneo; a queda significativa dos custos de transporte neerlandeses para todos os destinos europeus e a diminuição dos encargos do seguro marítimo (1989, p.80, 87).

During Phase Two the resistance to the process of Dutch commercial expansion was cut right back. Dutch penetration of overseas markets therefore accelerated. Thus, on reflection, we see that it is not after all surprising in an age rife with mercantilist calculation, when access to markets and security of sea lanes were highly susceptible to manipulation and disruption by Europe's more powerful regimes, that a key political watershed, such as the onset of the Twelve Years' Truce, should have had immense implications for the whole world economy (ISRAEL, 1989, p.80-81).

⁹⁰Ver Israel (1989), cap. 4, 'The Twelve Years' Truce, 1609-1621' e Israel (1995) cap. 17 sobre os quais este capítulo faz referência de forma extensiva.

Essa queda substancial nos custos do frete, que melhorou significativamente a competitividade neerlandesa em relação a seus concorrentes (e.g ingleses, hanseáticos e dinamarqueses), mostrou-se estrutural, na medida em que tais custos se mantiveram baixos durante todo o período de paz. A suspensão do Segundo Embargo (1598-1609), e a suspensão das hostilidades no mar, explicam em grande medida essa queda dos custos. Acrescenta-se a isso, o retorno dos neerlandeses aos portos ibéricos, cujo resultado foi a reestruturação geral do ‘*bulk trades*’⁹¹ neerlandês na Europa em 1609. No entanto, deve-se ressaltar que a queda nos custos de frete dos *bulk trades* foi menos acentuada nos comércios que não envolviam a União Ibérica e a ‘Itália espanhola’, embora ainda tenha sido significante (IBIDEM, p.86-89).⁹²

De modo similar, a trégua também levou a uma reestruturação no comércio com o Báltico, que se expressou tanto na forma como na extensão do domínio neerlandês com o tráfego de lá. Navegaram muito mais navios neerlandeses, durante 1609-1621, direto do Báltico ao Mediterrâneo, e vice-versa, do que antes e depois de ser suspensa a hostilidade entre neerlandeses e espanhóis. A posição neerlandesa pré e pós 1609 são completamente distintas, como exposto a seguir.

O tráfego direto entre o Báltico e a Península Ibérica foi dominado pelos dinamarqueses e hanseáticos durante o período de 1599-1608. Nesse período, os neerlandeses apropriavam-se, por exemplo, apenas de um oitavo do volume total comercializado em 1608. A partir de 1609, no entanto, esse valor passou a ser mais de três quartos do total comercializado, perdurando essa situação até o último ano da trégua, em 1621 (ISRAEL, 1989, p.90-93).

Quando os interesses comerciais neerlandeses (que também podem ser considerados econômicos e políticos) se viram ameaçados - não por causa da sua competitividade em termos econômicos, comerciais e ou de mercado em relação a outros concorrentes, mas por motivos de natureza (geo)política - a articulação entre o poder do Estado neerlandês e de seus mercadores se faz presente, visando evitar e remover os impedimentos

⁹¹ Comércio de mercadorias a granel e de baixo valor agregado.

⁹² “*But it seems that other factors also contributed to the general fall in Dutch shipping costs as from 1609. The suspension of Zeeland privateering and the rapid run down of the Dutch navy, for instance, released large numbers of extra seamen on to the market, exerting a downward impact on seamen’s wages as well as on prices for naval stores*” (ISRAEL, 1989, p.89). Em todo caso, todos os fatores que juntos parecem ter levado à queda dos custos do frete neerlandês se relaciona com à decisão política de suspender as hostilidades entre neerlandeses e espanhóis.

colocados. Um exemplo disso foi a atuação neerlandesa na Guerra do Kalmar, que discutiremos mais a frente.

No que concerne à Trégua de Doze Anos, possivelmente ela pode ser considerada, no contexto da história moderna (*early modern history*), como, se não o primeiro, pelo menos, um dos primeiros tratados europeus a exercer influência verificável de ordem verdadeiramente global (BORSCHBERG, 2009, p.1)⁹³. Com a consolidação do território neerlandês, a partir do final da década de 1590, e, na primeira década do século XVII, a natureza da guerra (contra os espanhóis) mudou no sentido de que as fronteiras se tornaram mais compactas e, com isso, mais defensáveis (HART, 2014, p.23) e estáveis. Assim, como vimos, o ano de 1609 parece ter sido o ano em que os neerlandeses conseguiram a sua independência *de facto* (e.g., GELDERBLOM, 2009, p.1; WILLIAMS, 2012, p.3; BOSWELL e CHASE-DUNN, 2000, p.73).

Com a Trégua, os recorrentes e múltiplos conflitos, entre Espanha e a república neerlandesa, foram temporariamente suspensos. Desse modo, o foco das rivalidades entre as unidades políticas europeias foi deslocado. A Alemanha e os assuntos germânicos ocuparam, durante aproximadamente cinquenta anos, um papel secundário nas relações entre as organizações políticas a partir de 1550. Uma leitura para isso é o fato de que o olhar estratégico das potências da Europa Ocidental se voltava, fundamentalmente, para Portugal, Espanha, Inglaterra França, Países Baixos e, talvez, Escócia, em razão dos processos em curso nesses lugares carregarem em si consequências mais fundamentais e duradouras para a relação entre as unidades políticas europeias (ANDERSON, 2014, p. 205). Com a Trégua de Doze Anos, a Alemanha se tornaria, então, o lugar onde a rivalidades entre os poderes europeus adquiririam expressão (IBIDEM, p. 205; PARKER, 1972, p. 251).

As Províncias Unidas poderiam ter se tornado líderes políticos da União Protestante Germânica que, depois de 1609, as procuraram pelo apoio e mentoria para combater os avanços da Contra-Reforma no Império (VAN DEURSEN, *apud* ISRAEL, 1995, p.406). Os apelos do sultão marroquino (1609-10) e dos Otomanos (1614) - em formar uma aliança formal contra os Habsburgos, que constituiria uma espécie de eixo não confessional - também não teve adesão da elite da república (ISRAEL, 1995, p.406-

⁹³ “This was almost certainly not the underlying intention of the treaty, but the effects became global because of the nature, geographic expanse and agendas of the signatory powers: on one side the Spanish empire in union with Portugal, and on the other the Dutch Republic and the desire of its merchant elites to conduct trade beyond the shores of Europe.” (IDEM).

407). Os neerlandeses, possivelmente, não queriam se envolver em questões além das suas capacidades e que poderiam trazer mais desvantagens do que vantagens.

Em 1609, a morte do duque católico - aliado dos espanhóis João Guilherme (John William) de Jülich-Cleves, Berg e Mark, herdeiros - somada à acirrada crise de sucessão que se seguiu, se transformaram em eventos de grande importância para os poderes europeus (ANDERSON, 2014, p.207; PARKER, 1972, p.252; ISRAEL, 1995, p.407).

Em Cleves localizava-se os pontos de passagem para o Baixo Reno, nos lugares onde o Sacro Império Romano, os Países Baixos espanhóis e a República faziam fronteira, configurando a maneira mais fácil de os espanhóis (ou qualquer outros) atravessarem os rios e adentrarem a República (PARKER, 1972, p.252; ISRAEL, 1995, p.407). Esse era o ponto mais vulnerável do anel de defesa neerlandês, e foi por ali, com permissão do duque, que em 1505-1506 os espanhóis conseguiram invadir Frísia e Overijssel (PARKER, 1972, p.252). Desse modo, do ponto de vista da segurança da república, os neerlandeses não tinham outra saída a não ser intervirem (ISRAEL, 1995, p.407). Pelos mesmos motivos esses territórios também eram estratégicos para os espanhóis.

Além do mais, os dois principais requerentes eram o Eleitor de Brandemburgo e o Conde Palatino de Neuburg (ambos luteranos). A vitória de um dos dois significaria que o domínio desse território (extenso, abastado e estratégico), ao noroeste da Alemanha, passaria dos católicos para os protestantes (ANDERSON, 2014, p.207), o que a Espanha e o imperador consideravam inaceitável (PARKER, 1972, p.252)⁹⁴. Nesse contexto de rivalidade com os espanhóis, os requerentes articularam apoio junto à União Protestante Germânica, às Províncias Unidas e, principalmente, ao rei francês Henrique IV, que estava sempre disposto a aumentar as dificuldades dos espanhóis. Ambos os lados estavam preparados para a guerra que parecia inevitável.

De um ponto de vista estritamente legal, o imperador, a princípio, possuía a prerrogativa de administrar os territórios até o momento em que os requerentes entrassem em um acordo. Isso, no entanto, era inaceitável para os neerlandeses, que não admitiam a possibilidade desses territórios estarem sob a influência habsburga no

⁹⁴“(…)because Cleves was a Catholic principality and was therefore, according to the Peace of Augsburg, entitled to a Catholic ruler” (PARKER, 1972, p.252).

momento em que a Trégua de Doze Anos expirasse (ANDERSON, 2014, p.208).⁹⁵ Nesse momento até o rei inglês James I concordou em fornecer um contingente de quatro mil soldados com o objetivo de apoiar a causa protestante na Alemanha, embora tivesse declinado de um conflito direto com a Espanha. O palco principal das rivalidades sistêmicas estava agora na Alemanha depois de muito tempo. A possibilidade de uma nova guerra no recorrente e secular conflito franco-espanhol existia no horizonte, mas foi evitada pelo assassinato de Henrique IV por um fanático católico, em 1610 (IBIDEM, p.208-209).

A morte daquele que era a força motriz por trás da aliança anti-habsburgo fez toda a aliança colapsar. A situação internacional alterou-se repentinamente e os espanhóis saíram fortalecidos com a morte do rei francês e com a decorrente desestruturação da coalizão anti-espanhola. *“The death of Henry IV had results in some ways similar to those that had followed that of Henry II half a century earlier”* (ANDERSON, 2014, p.209-210) com lutas internas entre os nobres franceses e instabilidades e fraqueza da unidade política francesa como resultado.

O novo rei Luis XIII era uma criança de oito anos, cuja mãe (i.e., Maria de Medici), a regente, e seus conselheiros eram marcadamente católicos e tendiam a uma relação mais harmoniosa com os espanhóis. Desse modo, se a morte de Henrique IV pareceu dissolver a ameaça de uma guerra generalizada na Europa Ocidental, nada foi resolvido ainda em relação a questão Julich-Cleves (ANDERSON, 2014, p.209-210). Pouco depois da morte do rei francês, as forças neerlandesas agiram de forma rápida, e, sendo auxiliadas pelos franceses, tomaram, em 1610, os ducados, instalando os dois luteranos que exigiam a soberania dos territórios.

Enquanto isso, no tabuleiro político-econômico do Báltico, a Dinamarca começou a se constituir como um problema para os neerlandeses. *“Under its ambitious, mercantilist-minded king, Christian IV (1596-1648), Denmark embarked on a restless pursuit of political and military hegemony in the north which was bound to collide with Dutch interests sooner rather than later”* (ISRAEL, 1989, p.94). A Suécia sempre foi um veto às pretensões hegemônicas da Dinamarca, mas a sua contundente derrota sofrida na Guerra de Kalmar (1611-1613) fez com que Cristiano IV se aproximasse

⁹⁵ *“Prince Maurice, given a free hand, would probably have invaded the duchies as soon as John William died; but Oldenbarnevelt and the peace party, who feared that this would mean renewed war with Spain, were able to prevent such drastic action”* (ANDERSON, 2014, p.208).

mais de seus objetivos. Durante a Guerra de Kalmar,⁹⁶ este último proibiu o tráfego neerlandês com a Suécia e a Finlândia, promovendo a apreensão das embarcações neerlandesas que violassem a proibição e estabelecendo vigorosas taxas de pedágio para a passagem de todas as embarcações pelos estreitos dinamarqueses (*Sound*) (BRAND, 2007, p.10; ISRAEL, 1989, p.94).

Essas medidas tiveram como impacto, do ponto de vista dos neerlandeses, uma queda no transporte marítimo para a região e uma transferência de recursos significativos (por meio, por exemplo, do pagamento de taxas de pedágio) dos neerlandeses para os dinamarqueses para a insatisfação das elites políticas e econômicas neerlandesa. O rei dinamarquês rejeitou os pedidos dos Estados gerais neerlandeses para remover as novas taxas de pedágio “*in accordance with former treaties, usage and precedent*” (*RESOLUTIE DER STATEN GENERAAL apud ISRAEL, 1989, p.95*). Diante da recusa, os neerlandeses forjaram uma aliança com a Liga Hanseática (1613) e com a Suécia (1614), que viram seus interesses também ameaçados, com o intuito de garantir o transporte marítimo livre e seguro (para si) no Báltico. A essência de ambos os acordos residia na ameaça do uso da força caso a Dinamarca não suspendesse as medidas adotadas, o que deixou Cristiano IV sem outra saída viável a não ser suspende-las (BRAND, 2007, p.10; ISRAEL, 1989, p.94), pelo menos temporariamente.

O crescimento mais vigoroso da história do comércio neerlandês-báltico aconteceu, exatamente nos anos de 1615-20 (BANG; den HAAN *apud ISRAEL, 1989, p.95*), algo que possivelmente não teria acontecido se não fosse a intervenção dessa aliança política-militar internacional recém abordada. Como ressaltado em Israel (1989, p.95), se o Estado neerlandês não tivesse conseguido intervir de forma bem-sucedida nessa questão, o transporte marítimo neerlandês de produtos do Báltico não teria prosperado, podendo essa intervenção atestar a capacidade do Estado neerlandês em promover e proteger os interesses estratégicos do ‘primeiro entreposto comercial mundial’.

A *Pax Neerlandica* nas águas do Báltico se seguiu aos tratados de 1613 e 1614. Implicava que nenhuma unidade política seria permitida a obstruir o comércio dos diversos atores naquela reunião. Os neerlandeses seriam os guardiões da liberdade dos mares, os estreitos dinamarqueses permaneceriam abertos e as taxas de pedágios permaneceriam módicas. O que pode parecer peculiar é que o princípio do *mare*

⁹⁶ Kalmar é uma cidade portuária localizada ao norte de Stocolmo próximo ao estreito de Kalmar.

liberum, defendido pelos neerlandeses no Báltico, se encontrava em profunda oposição ao que os neerlandeses vinham fazendo referente ao bloqueio do estuário de *Scheldt* (ISRAEL, 1989, p. 95) e da costa marítima do sul dos Países Baixos. Inspirado na tradição realista, em geral, ou em Fiori (2014), em específico, pode-se entender essa suposta peculiaridade, esse antagonismo entre o discurso⁹⁷ e a prática neerlandesa como um imemorial recurso do poder, a depender das circunstâncias, em adotar discursos e práticas distintos, visando, assim, servir melhor a seus interesses de poder e riqueza. Assim, é o uso do discurso enquanto um instrumento de alcance do poder e da riqueza.

Em Julich-Cleves a situação voltou a deteriorar-se com atritos entre os grupos liderados por Brandenburg e Neuburg, acentuada pelo fato de que o primeiro se tornou calvinista e o último católico. Em 1614, atendendo ao pedido de ajuda do novo católico Neuburg - que visava submeter todos os condados (até então partilhados entre ambos requerentes) - a Espanha enviou tropas à região sem nada a temer da França (cuja regência era pro-Habsburgo), muito menos da Inglaterra. A captura espanhola da estratégica cidade de Wesel, entretanto, impeliu uma reação neerlandesa, em razão da localização geográfica estratégica da cidade em relação a proximidade do interior da república e de sua segurança (ANDERSON, 2014, p.210; PARKER, 1972, p.252).

O general espanhol Spinola recusou-se a lutar com as tropas neerlandesas e teria dito que “*The Truce must not be broken for the sake of Julich*” (PARKER, 1972, p. 252). De modo similar, Oldenbarnevelt tinha como uma de suas preocupações principais evitar confrontos armados com os espanhóis na Europa (ISRAEL, 1995, p.407). A preocupação tanto do lado neerlandês como do lado espanhol, em evitar confrontos armados que comprometessem a Trégua, foi uma característica marcante da crise de Julich-Cleves (IBIDEM, p.408). Seguiu-se um compromisso, materializado no ‘Tratado de Xanten’, em novembro de 1614, no qual Cleves (o ducado mais importante para as Províncias Unidas) e Mark ficaria com o Eleitor de Brandenburg, que era apoiado pelos

⁹⁷ Há uma vasta e interessante literatura de cunho multi-trans-unodisciplinar que tem como objeto de pesquisa e reflexão o estudo crítico do discurso enquanto um instrumento de poder e dominação. O inglês Norman Fairclough é uma das grandes referências desse campo do conhecimento e pioneiro, dentre esse campo, de uma versão da perspectiva (que inclui outras versões) conhecida como ‘*Critical Discourse Analysis*’ (CDA). Para uma introdução ver, por exemplo, ‘*Language and Power*’ (1989) desse mesmo autor ou ainda ‘*Methods of Critical Discourse Analysis*’ editado por Ruth Wodak e Michael Meyer (2009). Para um dos últimos robustos e inovadores desenvolvimentos dentro da (CDA), ver a nova abordagem lançada recentemente por Isabela Fairclough e Norman Fairclough ‘*Political Discourse Analysis: a Method for Advanced Students*’ (2012). Acreditamos que as linhas de pesquisa do Poder Global e da Economia Política do Sistema-Mundo, duas perspectivas sistêmicas próximas que tem em comum, pelo menos, o mesmo objeto de estudo, tem muito a ganhar se combinar o seu próprio referencial teórico e metodológico com o das análises crítica do discurso.

neerlandeses e calvinistas, e os territórios de Jülich e *Berg* iriam para Neuburg, apoiado pelos espanhóis e católicos. Guarnições neerlandesas e espanholas ficaram, em todo caso, estacionadas nas cidades dos dois campos indefinidamente (ISRAEL, 1995). Levando em consideração que nenhum dos lados confiava no outro, a região continuou militarizada pelos espanhóis até 1659 e pelos neerlandeses até 1672 (DEBORAH ANDERSON, 1999, p.243). A guerra foi, aqui pelo menos, evitada temporariamente.

No que tange algumas consequências, para os neerlandeses e espanhóis, da trégua, o comércio de sal entre as Províncias Unidas e o Caribe chegou a um fim a partir de 1609, já que agora os navios neerlandeses estavam autorizados a comprar novamente o sal português. Os espanhóis e os portugueses destruíram, respectivamente, no Caribe e na Amazônia, algumas posições militares neerlandesas. Esses últimos, no entanto, souberam enraizar-se em alguns lugares, principalmente na parte ocidental das Guianas e mantiveram um comércio florescente em Porto Rico, Cuba e Santo Domingo (ISRAEL, 1989, 1995).

Em relação à trégua nas Índias Orientais, depois de um começo efetivo, ela foi se deteriorando de forma progressiva e quando recorrentes atritos armados nas Molucas ocorreram novamente, os neerlandeses acusaram os espanhóis de incitar esses ataques, o que fez com que declarassem que a trégua nas Índias teria chegado ao fim, em 1614. Além do mais, convém chamar atenção para o amplo reflorescimento econômico com o aumento populacional das cidades do sul dos Países Baixos que se seguiu a trégua e a suspensão dos conflitos espanhóis-neerlandeses (ISRAEL 1995, p. 410-420).

Essa recuperação do sul significou, necessariamente, o declínio da Zelândia. O comércio neerlandês de longa distância e o 'tráfego de trânsito', da Zelândia para o sul dos Países Baixos, foram as grandes vítimas neerlandesas da trégua. Como previsto pelas classes políticas e mercadores de Zelândia, a economia zelandesa foi levada a um estado de depressão econômica quando o bloqueio naval neerlandês da costa marítima flamenga foi suspenso e as importações e exportações pelo mar do sul dos Países Baixos foram desviadas de Zelândia para a costa flamenga (ISRAEL, 1989, p.113).

Entre 1607 e 1621, enquanto os ibéricos aumentavam progressivamente as suas redes, presença e poder nas Américas, os neerlandeses, ao contrário, iam perdendo espaço e poder nessa região. Também como consequência da trégua, a VOC sofreu com a revigorada concorrência do comércio português nas Índias Orientais, fazendo com que Lisboa pudesse concorrer com Amsterdam enquanto um centro de distribuição de pimenta e especiarias durante o tempo que persistiu a trégua em 1621 (ISRAEL, 1989,

p.113). A trégua levou, desse modo, a significativos retrocessos e perdas para os neerlandeses. No entanto,

Yet, Oldenbarnevelt's forecast that the gains would outweigh the losses was, as we have seen (p. 313) above, proved correct, at least for Holland. The boost given to Dutch trade with southern Europe by the return of their ships and cargoes to Spain and Portugal, lower freight and insurance charges, and the rise of the Dutch Levant trade which followed, in turn reinforced Holland's dominance of the Baltic and Russia trades. The Truce years were one of the most flourishing of all the phases for Dutch seaborne commerce in European waters from Portugal to Archangel and from Scotland to the Ottoman Near East (ISRAEL, 1995, p.409-410).

A presença comercial inglesa no Levante aumentou de forma cumulativa e significativa a partir da década de 1570. Nos anos de 1609-21 e no contexto da segunda fase da primazia neerlandesa no comércio mundial - na qual os ingleses não podiam competir com o transporte marítimo, custos de frete, acesso a prata espanhola, gama de mercadorias oferecidas e supremacia na distribuição de especiarias e pimentas neerlandesas -, os neerlandeses substituíram os ingleses na força dinâmica e ascendente sobre o Mediterrâneo, enquanto a participação inglesa nessa região caiu drasticamente. Esse processo, no entanto, terminou (1621) tão rápido quanto seu surgimento (1609) (ISRAEL, 1989, p.101).

A trégua estabelecia uma ausência de envolvimento total entre neerlandeses e ibéricos na Ásia, mas ambos os lados estavam cientes de que uma retomada dos confrontos seria difícil evitar dada a extrema proximidade (e os interesses envolvidos) que os 'unia' nas Índias Orientais. Os neerlandeses tentaram manter diminuir a hostilidade o quanto possível e aceitaram a exclusão de uma série de comércios nas Índias. O limite, no entanto, para os neerlandeses foi a tentativa dos portugueses se estabelecerem, de forma 'absoluta', na costa de Coromandel no sudeste indiano (IBIDEM, p.102-103, Ver MAPA 7, p.95). Isso se deve ao fato de que a VOC entendia que não poderia consolidar seu controle sobre o comércio de pimenta, no arquipélago indonésio, sem dominar também o comércio de roupa de algodão do sudeste da Índia, pois essa era a mercadoria mais demandada pelas áreas produtoras de pimenta (GOMES SOLIS *apud* Israel, 1989, p.103). Atritos seguiram-se e culminaram, como já dito, na ruptura da trégua nas Índias Orientais em 1614.

Os neerlandeses eram a força mais potente na Ásia, pelo menos, durante os anos de 1609-1621. Não obstante, os portugueses, espanhóis e ingleses aumentaram progressivamente seu poder em suas respectivas áreas de influência naquela região.

Eram os ingleses, no entanto, que formavam, de forma crescente, a maior ameaça para o domínio neerlandês no comércio das Índias Orientais. A Companhia das Índias Orientais inglesa estabeleceu feitorias em *Bantam, Macassar e Sumatra* e passaram a penetrar as ilhas de Banda, que eram a fonte de fornecimento mundial de noz-moscada e *mace* (Ver MAPA 7, p. 95). Diante desse contexto, a VOC construiu um grande forte de pedra, chamado Forte Nassau, na maior ilha de Banda, em 1609. Os ingleses passaram a se fazer presentes nas pequenas ilhas e tentaram insuflar um movimento insurrecional contra os neerlandeses. Um agravante da situação foi que, também nesse período, os ingleses emergiram como competidores dos neerlandeses no mar Arábico e no noroeste da Índia (ISRAEL, 1989, p.104).

Oldenbarnevelt defendia que antagonizar com a Inglaterra (de quem os neerlandeses poderiam precisar da ajuda contra a Espanha como no passado), em um curto período de tempo, não era interesse da República. O parlamento holandês, no entanto, também não estava disposto a permitir que a primazia neerlandesa, nas ‘ilhas da pimenta’, fosse progressivamente minada. Durante a trégua, os ingleses foram ganhando cada vez mais espaço no arquipélago, até que a lucratividade dos negócios neerlandeses, com pimenta e especiarias na Europa, começou a ser seriamente atingida (VAN DAM *apud* ISRAEL, 1989, p.104). Além do mais, os neerlandeses também estavam cientes de que os ingleses começaram a vender consideráveis quantidades de especiarias e pimentas no mediterrâneo. Então, uma delegação dos Estados Gerais (liderada pelo notório Hugo Grotius) foi enviada a Londres como uma primeira tentativa de resolver a situação em curso (ISRAEL, 1989).

O que, talvez, possa parecer peculiar foi a inversão do argumento do princípio de *Mare Liberum* por aquele mesmo que o inventou (i.e., Hugo Grotius), quando alegou que os ingleses não teriam direito a participar de um comércio que os neerlandeses ‘conquistaram’ dos portugueses a significativos custos financeiros e humanos (KNIGHT *apud* ISRAEL, 1989, p.105). O princípio do ‘*Mare Liberum*’ é aplicado de forma inconsistente⁹⁸ pelos neerlandeses, pois ele seria, provavelmente, subordinado aos interesses do poder neerlandês e utilizado meramente como um artifício discursivo a fim

⁹⁸Aqui pode-se invocar uma passagem presente em Fiori (2014) quando ao definir-se poder é elencado onze características que o conformariam, sendo o décimo primeiro o aspecto ‘ético’ que é entendido como:

“Trata-se de uma força e de uma energia que se expandem e que estão obrigadas a se expandirem, movidas por um valor – a valorização do próprio poder. Toda e qualquer outra ética particular nasce desse impulso, como resultado ou como instrumento relacional dentro da luta entre os vértices que disputam e impulsionam a acumulação endógena do poder” (FIORI, 2014, p.20).

de servir a esses interesses. Seja como for, esses esforços não deram em nada. Seguiu-se, em 1615, uma segunda conferência em Londres quando foi discutida a possibilidade, que não vingou, das duas companhias fundirem-se. Na Ásia, enquanto isso, a situação piorava. Os neerlandeses expulsaram os ingleses da sua feitoria, em 1616, na ilha Banda de Ay (Ver MAPA 7, p.95). Uma pequena guerra neerlandesa-inglesa quase seguiu-se, em 1618, pelo controle do comércio de Java e de Bandas (FURBER *apud* ISRAEL, 1989, p.105; Ver MAPA 7, p.95). “*The friction spread. Both sides vied for the support of the local sultans*” (ISRAEL, 1989, p. 105). Quando os líderes neerlandeses ouviram a notícia do longo confronto que se seguiu em Bantam, entre ingleses e neerlandeses, e no contexto no qual a trégua se aproximava de seu fim, eles ficaram extremamente alarmados com a perspectiva da VOC ter que lutar simultaneamente com ibéricos e ingleses (IBID).

Uma observação sobre as relações entre europeus asiáticos precisa ser feita. Antes da ‘Revolução Industrial’, as grandes civilizações asiáticas se caracterizavam tanto pela presença de uma ‘alta cultura’ como também por um desenvolvimento econômico avançado, podendo ser consideradas, sob certo ponto de vista, ‘países de primeiro mundo’ (CHAUDHURI, 1985). Desse modo, cabe assinalar que os europeus ainda estavam muito longe de uma posição muito superior, em termos de poder, em relação aos asiáticos, no começo do século XVII. Com exceção de algumas ilhas, os mercadores europeus não tinham nenhuma influência política nas Índias. A título de ilustração, quando do advento da penetração neerlandesa nas Índias, o seu primeiro tratado político (1604) foi feito com o imperador de Malabar (i.e., Zamorin), que também via os portugueses como seu adversário (PANNIKAR, 1977). Sendo assim, do mesmo jeito que na Europa, por exemplo, o tabuleiro dos conflitos nos Países Baixos e em seu entorno imediato, podia se sobrepor, relacionar e influenciar com o tabuleiro geopolítico maior entre Habsburgo, França e Otomanos, o tabuleiro geopolítico asiático podia se sobrepor, inter-relacionar e influenciar os tabuleiros geopolíticos europeus na Ásia. Desse modo, a dinâmica de poder dos grupos políticos locais tinha que ser levada em consideração no cálculo estratégico dos invasores europeus.

Além do motivo geopolítico, a competição inglesa-neerlandesa, narrada acima, estava destruindo a lucratividade das duas companhias, o que fazia, a princípio, com que um acordo fosse desejado por ambas as partes. A VOC propôs uma partilha na qual os ingleses ficariam com 20% do tráfego, enquanto os neerlandeses ficariam com 80%, o que foi prontamente rejeitado. O acordo final estabeleceu “(...) *a loose treaty of*

collaboration and an English promise to help pay the defense costs of the Dutch bases. Under this accord, the English were assigned one-third of the traffic in fine spices, against two-thirds for the Dutch, and a free hand in pepper” (ISRAEL, 1989, p.106).

O período de 1609-1621 se caracterizou, para os neerlandeses, como um declínio relativo na Ásia⁹⁹. A VOC decidiu abandonar o desejo de monopolizar o comércio em especiarias e encerrou o conflito com a Inglaterra. Nesse momento, a precaução daria o tom da política neerlandesa na Ásia (ISRAEL, 1989, p.106).

Quando existe uma situação onde não há convergência sobre o que fazer no contexto de determinada circunstância e os percebidos interesses das classes políticas e econômicas de um Estado/unidade política são conflitantes, se é que podemos falar de duas classes completamente distintas como se elas não se misturassem e influenciassem mutuamente, o curso de ação que é escolhido é, fundamentalmente, resultado de uma complexa luta (negociação) política dos atores importantes envolvidos no processo de tomada de decisão. Essa tomada de decisão, acreditamos, nunca pode ser pensada como dada *a priori*, apesar de haver constrangimentos sistêmicos inerentes ao jogo da Economia Política Internacional que os pode impelir para certa direção, mas é uma questão que deve ser determinada empiricamente, caso a caso, relativo ao fato de sabermos se foram os interesses (de parte) da elite estatal ou (de parte) das elites econômicas que prevaleceram, naqueles casos onde os interesses do Estado e do capital parecem ser conflitantes.

O caso do acordo neerlandês-inglês acima narrado, possivelmente, mostra a decisão de se encerrar o conflito com a Inglaterra, fundamentalmente, por motivos geopolíticos (apesar de haver também motivos econômicos), já que a Trégua estava próxima a expirar e, assim, os neerlandeses iriam, certamente, precisar da ajuda inglesa na sua guerra de independência. Isto é, os interesses do Estado neerlandês foram privilegiados em relação ao dos capitalistas neerlandeses que poderiam ter preferido a continuação do conflito a fim de monopolizar o comércio no conflito em questão. Aqui o contexto político internacional, em interação com os interesses do Estado neerlandês, se mostrou mais uma vez determinante para o curso de ação adotado.

Além das múltiplas lutas, guerras, atritos e conflitos, com que os neerlandeses tinham que lidar na Europa e no resto do planeta, no interior da própria república, no período a partir de 1608 até 1618, divergências políticas aliadas a divergências

⁹⁹Já para Hart o período da trégua teria permitido uma vigorosa expansão econômica neerlandesa no Extremo Oriente (2014, p.25).

religiosas colocaram em risco a unidade e a viabilidade das Províncias Unidas. Em relação aos desentendimentos políticos, deve-se ressaltar a relação antagônica, em última instância girando em torno do poder, entre Oldenbarnevelt e o *stadholder*, príncipe Maurício.

Nesse mesmo período, disputas religiosas e teológicas, combinadas com a discussão da relação entre Estado e igreja, cindiram o calvinismo na República: de um lado havia um grupo de arminianos mais tolerantes apoiado por Van Oldenbarnevelt, de outro, existia um grupo de contra-redemonstrantes, mais ortodoxos, com quem o príncipe Maurício se posicionava, cujo denominador era a posição crítica às políticas governamentais tolerantes adotadas referentes a igreja. Algumas revoltas seguiram como a de Utrecht, em 1610, mas foi devidamente sufocada. Em 1617 reinava um ar de rebelião no ar. Surgiu uma situação onde todas as províncias se uniram nessa questão religiosa contra Holanda e Utrecht, que eram lideradas por Van Oldenbarnevelt (ISRAEL, 1995, p.421, 449, *passim*)¹⁰⁰. Este último foi acusado de ‘alta traição’, preso (HART, 2014, p 25) e condenado à morte, em 1619.

Para concluir essa seção traremos uma passagem onde Israel comenta a Segunda Fase da supremacia comercial neerlandesa, antecedida pelo evento determinante que foi a Trégua de Doze Anos (1609-1621), cujo período correspondeu exatamente ao período que perdurou essa segunda fase comercial:

By 1620 the Dutch world-trade system had reached its first Zenith. Rapid expansion had been in progress since 1609, and expansion in which Dutch industries played an increasingly vital role. But the question of how much further the Dutch commercial empire could expand within the limits set by the country's industrial capacity was not yet answered. For in 1621 the process of expansion was suddenly halted, because of a new politico-economic offensive launched by Spain Phase Three (1621-1647), except in Indies, was to be one of stagnation (ISRAEL, 1989, p.120).

O próximo e quinto capítulo abordará o fim da trégua; a retomada dos conflitos espanhol-neerlandês, em interação com algumas disputas europeias e o período que vai de 1621 até o final da Guerra de Independência neerlandesa em 1648.

¹⁰⁰ Para detalhes ver Israel (1995) cap. 18, 19 e 20.

5. Retomada dos conflitos e a Terceira Fase da Supremacia Neerlandesa no Comércio Mundial (1621 – 1647)

Este capítulo trata dos últimos vinte e seis anos de lutas de independência neerlandesas. Discute-se a não renovação da trégua e com isso a retoma dos conflitos entre espanhóis e neerlandeses. Nesse contexto analisam-se algumas consequências políticas-militares e econômicas da retomada dos mencionados conflitos. Também é abordado um conflito no Báltico e a Sucessão de Mântua, bem como a influência desses dois conflitos mencionados e outras rivalidades europeias nas posições políticas e econômicas das Províncias Unidas. O objetivo aqui é também apreender a maneira pela qual as lutas por poder europeia influenciaram as posições dos neerlandeses no jogo de poder e riqueza, que culminou na independência factual das Províncias Unidas e na inauguração da fase de apogeu comercial neerlandês (ISRAEL, 1989; 1995).

Desde março 1618, os espanhóis vinham refletindo sobre a possibilidade da renovação da Trégua de Doze Anos (1609-21) e, desse modo, vinham analisando as vantagens e desvantagens dessa decisão. No natal de 1619, o rei espanhol e o seu conselho chegaram consensualmente à conclusão de que a renovação da paz provisória, na sua forma atual, causaria danos irrecuperáveis, tanto no comércio espanhol com as Índias, como na fé católica. Levando em consideração que os neerlandeses não iriam fazer mais nenhuma concessão substancial, decidiu-se, então, prover o exército espanhol dos meios necessários para retomar as hostilidades, a partir do momento de expiração do acordo. Essa política não foi influenciada pela morte de Filipe III. Em 20 de abril de 1621, o novo rei (i.e., Filipe IV) anunciou formalmente a não renovação do acordo (PARKER, 1972, p.254).

Essa decisão política de retomar as hostilidades políticas, econômicas, militares, implementando o Terceiro Embargo (1621), levaria, pelo menos, a duas consequências significativas para os neerlandeses: em primeiro lugar, ocasionaria, em última instância, a segunda reestruturação do sistema comercial neerlandês, desde 1590; em segundo lugar, provocaria uma situação na qual a república estaria ‘sob cerco’, pelo menos durante o período de 1621-1629 (ISRAEL, 1989, 1995).¹⁰¹ Tanto em Braudel (1987, 2009) - sobre o capitalismo e os contramercados -, quanto em Fiori (2014) - a respeito daquilo que moveria o ‘Sistema Internacional Capitalista’, como sendo a *“luta e*

¹⁰¹Ver Israel (1989, cap. 5) para um tratamento mais econômico dessas consequências e Israel (1995, cap. 21) para um tratamento mais político, embora em ambos os capítulos o autor trate dos dois aspectos.

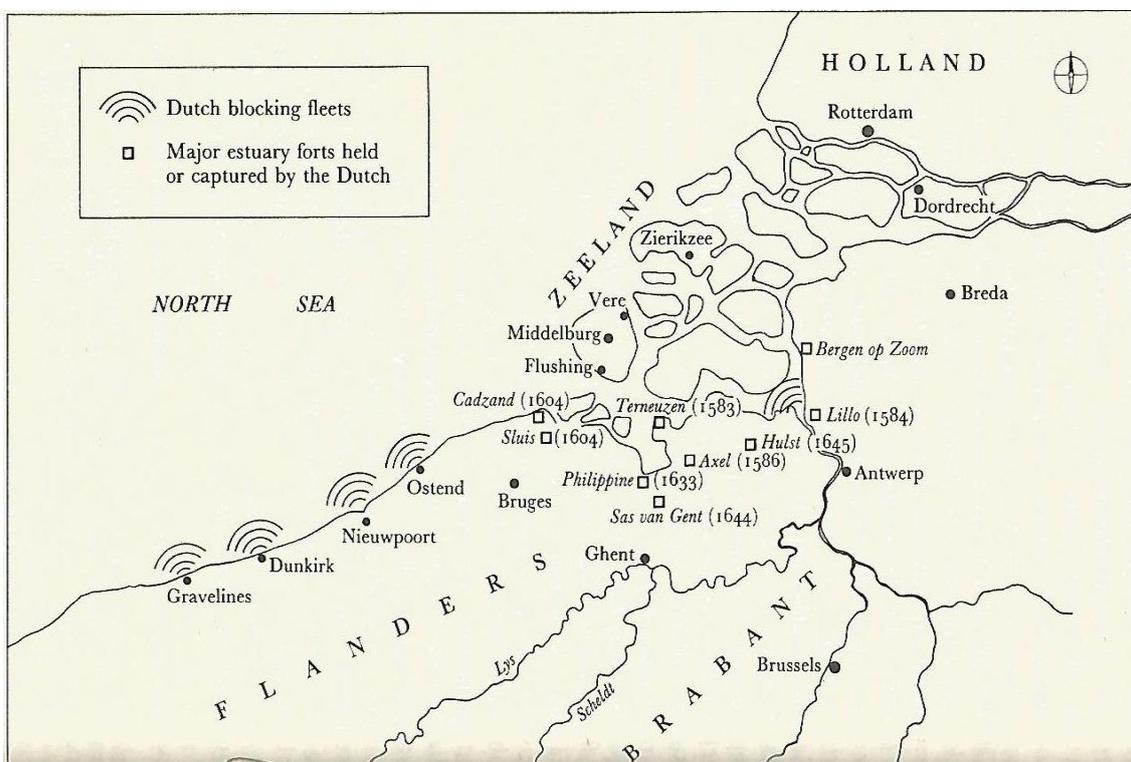
competição entre estados e economias nacionais, pela conquista de posições monopólicas escassas e desiguais, por definição” (2014, p.27-28) - é argumentado (de forma, talvez, um tanto distinta, mas essencialmente similar) que o uso do poder (estatal) é central na acumulação de riqueza/capital ou de ‘lucros exorbitantes’. No caso aqui em questão pode-se identificar o uso dos recursos (i.e., poder e da riqueza) de uma unidade política específica (i.e., Espanha) com o objetivo de minar o poder e a riqueza de outra unidade política concorrente (i.e., Províncias Unidas).

O evento determinante aqui, cuja natureza é política, foi a decisão de se retomar o conflito político e econômico entre os espanhóis e neerlandeses, que inaugura a Terceira Fase da supremacia neerlandesa no comércio mundial. A essa decisão seguiram imediatamente algumas importantes consequências, assim como a reimplantação do (terceiro) embargo espanhol contra os neerlandeses (ISRAEL, 1989, p.124) e a retomada dos ataques à navegação, ao comércio e à pesca neerlandesa por parte dos piratas flamengos e da marinha espanhola. Os neerlandeses, por sua vez, colocaram novamente em vigor o bloqueio da costa marítima flamenga (Ver MAPA 8, p. 115), resultando na obstrução do comércio marítimo direto para o sul dos Países Baixos. Além do mais, a tarifa de guerra de 1603 foi reimplantada, o que serviu para proteger as Províncias Unidas contra os competitivos têxteis de Flandres. Ao contrário do que é defendido em Braudel (2009), em Israel (1989, p.125) argumenta-se que as consequências desse embargo foram significantes, em especial na União Ibérica, mesmo que de forma diferenciada, dependendo do lugar, setor e circunstâncias. Em Castela, por exemplo, ele foi cumprido com mais rigor, do que em Portugal e a parte leste da Espanha.

Evidentemente vários artifícios foram utilizados pelos neerlandeses (e possivelmente pelos espanhóis também), visando subverter o embargo (ISRAEL, 1989, p.131)¹⁰² e continuar o fluxo de comércio com a União Ibérica, o qual foi sempre crucial para o entreposto comercial neerlandês. Assim como o Segundo Embargo (1598-1609), esse terceiro teve implicações sérias em todos os setores do sistema comercial neerlandês, dentre outras coisas, como consequência de uma menor quantidade da indispensável prata assegurada pelos neerlandeses, mediante o comércio com os ibéricos. Uma maneira de burlar o embargo, por exemplo, era por meio do

¹⁰²“*One method used by Balthasar Coymans and other Dutch elite merchants down to 1635 was to employ French agents and shipping, based at Calais. Using French ships and papers was expensive, as well as indirect and risky, but to some extent this ploy did succeed”* (ISRAEL, 1989, p.131).

Mapa 8: O bloqueio neerlandês do Escalda (*Scheldt*) e os portos marítimos flamengos, 1621- 1647



Fonte: (ISRAEL, 1989, p. 126).

redirecionamento do comércio para algum porto próximo do norte da Alemanha e do uso de papéis e bandeiras hanseáticas, apesar dessa alternativa implicar, em todo caso, numa redução do volume de comércio e em maiores riscos, gastos e inconveniências (IBIDEM, p. 127-131).

Mesmo que o embargo pareça ter sido burlado em um grau modesto, principalmente, no começo da década de 1620, os seus impactos foram enormes. Em relação às medidas tomadas pelos espanhóis, com o objetivo de potencializar o embargo, destaca-se:

Moreover, Olivares and his colleagues strove unremittingly to tighten up their programme of economic warfare against the Dutch during the 1620s. Spanish ministers soon realized that it was impossible to achieve the systematic enforcement they were aiming for relying on the existing judicial and administrative machinery of the Spanish realms and Portugal (ISRAEL, 1989, p. 132).

A solução encontrada foi a criação de uma nova organização chamada *Almirantzago*.¹⁰³ Além do embargo e do *Almirantzago*, o terceiro elemento (combinado aos outros dois), fundamental na reestruturação do sistema comercial neerlandês nessa Terceira Fase (1621-1647), foi a ação da marinha espanhola e de piratas flamengos contra a navegação comercial e a pesca neerlandesa, que resultou no final da década de 1620 e em um aumento repentino e substancial dos custos de frete e taxas de seguro marítimos, o que prejudicou fortemente a competitividade neerlandesa (ISRAEL, 1989, p. 132-136).¹⁰⁴

Respondendo (parcialmente) à pergunta adaptada de Strange (1988), sobre quem se beneficia em termos de poder e riqueza com determinado arranjo, pode-se afirmar que o fim da trégua; a reimposição do embargo espanhol e as consequências que seguiram a isso

(...) had the effect of weakening the Dutch position in most European trade. There were some exceptions to this. Zeeland's transit traffic to the South Netherlands unquestionably benefited from the resumption of the Dutch blockade of the Flemish coast. The Dutch textile towns acquired their protective barrier against Flemish 'new draperies' and linen. The Dutch Russia trade drew some benefit from the collapse of Dutch enterprise in the Levant. But, on balance, the restructuring of 1621 decidedly weakened the Dutch grip on the main mechanisms of international commerce in Europe and the Near East. The major compensation for this, or so it seemed until the débâcle in Brazil in 1645, was the general revitalization Dutch enterprise in the Indies east and west (ISRAEL, 1989, p.156).

Além da existência de uma situação de crise que se seguiu aos efeitos da retomada das hostilidades políticas e econômicas espanhola-neerlandesa, as Províncias Unidas necessitavam conseguir os recursos financeiros para sustentar o fardo da guerra (ISRAEL, 1995, p.479). Isso porque os conflitos recomeçaram com uma grande ofensiva dos espanhóis no sul (HART, 2014, p.25), cuja estratégia adotada era, nesses primeiros anos de retomada do conflito, semelhante àquela de 1605-6, quando a pressão militar espanhola fez sentir-se de forma articulada e constante, impelindo os neerlandeses a aceitarem uma trégua sob os termos que os espanhóis pudessem determinar (PARKER, 1972, p.254). Desse modo, o exército espanhol ampliou o seu

¹⁰³“(...) an institution conceived as a counterpart to the *Casa de Contratación* (House of Trade), at Seville, desined to serve as commercial inspectorate, court, and supervisory body in the same way that the *Casa* supervised Spanish trade with the Americas. The *Almizantazgo* was assigned 'jurisdiction civil and criminal' (...) [por toda a União Ibérica em um momento posterior] and was granted sweeping powers. (...) The *Almirantzago* was a heavy-handed organization which confiscated large number of neutral ships and cargoes in Iberian ports on suspicion that these were of Dutch origin or Dutch-owned, and it rapidly acquired a reputation for draconian severity abroad” (IBIDEM, p.132-133).

¹⁰⁴ Ver também Israel (1995, p.313) a respeito da influência da ação pirata flamenga sob os neerlandeses.

contingente para sessenta mil homens, que circundavam toda a república de Flandres a Lingen (PARKER, *apud* ISRAEL, 1995, p.479). Apesar de manter uma posição defensiva, os neerlandeses foram obrigados a expandir seu exército permanente de trinta mil para quarenta e oito mil homens, apenas para manter o seu anel defensivo (TEN RAA e DE BAS, *apud* ISRAEL, 1995, p.479).

Nesse mesmo momento, todas as fortificações dos dois pontos extremos da república precisavam ser reformadas e fortalecidas. Apesar da crise econômica-financeira e das instabilidades internas das Províncias Unidas, as classes dirigentes neerlandesas tiveram que aumentar a taxação de forma acentuada (ISRAEL, 1995).

O que agravou ainda mais esse quadro foi a deterioração da situação estratégica na Alemanha e a posição de isolamento, no contexto europeu, que os neerlandeses se encontravam de um ponto de vista político-diplomático. Isto é, em oposição ao apoio da França, em 1598, e da Inglaterra, em 1604 (ambas mesmo depois de assinarem a paz com a Espanha), aos rebeldes, com subsídios, até 1609. Entretanto, a partir de 1621, estes últimos se viram, pela primeira vez, desde 1576, sozinhos (ISRAEL, 1995, p.479). A França estava abarrotada com os seus problemas internos, em razão de uma série de importantes revoltas entre alguns nobres (1619-20) e pela ação dos Huguenotes (1620-9), enquanto os ingleses deferiram ajuda tanto para os neerlandeses, como para o Eleitor Palatino, naquele momento (PARKER, 1982, p.255).

Outro motivo para o esfriamento das relações franco-neerlandesas parece ter sido a derrubada de Oldenbarnevelt. No que concerne à relação anglo-neerlandesa, ela vinha se deteriorando também como consequência das disputas econômicas, sendo menos cordiais do que em 1617-1618 (ISRAEL, 1995, p.479). A título de ilustração da relação franco-neerlandesa, uma delegação dos Estados Gerais, enviada a Paris para pleitear ajuda, retornou de mãos vazias (MAARSEVEEN, *apud* ISRAEL, 1995, p.479). Apesar desse cenário, depois da derrota da Boêmia e do Palatinado, não era estratégico para os neerlandeses abandonar os protestantes germânicos. Se os Habsburgos prevalecessem na Alemanha, a república estaria, de um ponto de vista político e estratégico, numa situação ainda mais complicada do que já se encontrava. Seja como for, não havia outra saída para as Províncias Unidas a não ser a de sustentar sua própria defesa e de ajudar, naquele momento, a minguante causa protestante na Alemanha (ISRAEL, 1995, p.479).¹⁰⁵ Convém ressaltar, em razão da centralidade desse

¹⁰⁵ “Thus, there was no choice but to persevere as general paymaster of the protestant armies in Germany. Even though Count Mansfeld’s army in East Friesland remained largely inactive, it was better,

fator no jogo sistêmico, o isolamento temporário das Províncias Unidas, sem alianças ou o apoio daqueles que foram desde o início seus mais importantes apoiadores diretos ou indiretos (i.e., França e Inglaterra).

Além de todos esses problemas e desafios, as Províncias Unidas, no que se referia à política doméstica, encontrava-se também em dificuldades por conta das intensas lutas política-religiosas que se instauraram no interior da política neerlandesa, como já mencionado. Depois da prisão e execução de Oldenbarnevelt e de outras lideranças da província da Holanda em 1618, o príncipe Maurício e o grupo dos Contra-Remonstrantes, que o apoiavam, centralizaram poder de forma crescente e sem precedentes, em detrimento das lideranças holandesas, que se encontravam divididas politicamente, o que levou a uma situação de instabilidade e crise permanente na política neerlandesa (ISRAEL, 1995).

The root of the crisis was the inability of Maurits's regime to secure the close collaboration of the states of Holland and Holland town councils. Maurits and the Counter-Remonstrants had emasculated the states of Holland, and thus Generality too, concentrating influence in the hands of the stadholder and his entourage (ISRAEL, 1995, p.480).¹⁰⁶

Dado esse contexto de dificuldades políticas e econômicas generalizadas (o que restringiu temporariamente os meios disponíveis) e a política estratégica neerlandesa para a guerra na Alemanha, Maurício, visando influenciar a correlação de força na guerra em curso na Alemanha, convocou a Inglaterra e a Dinamarca a fazerem mais nesse conflito, e procurou distrair os espanhóis (ganhando tempo) por meio de inúmeras propostas de tregua (assim como já tinha feito Oldenbarnevelt, em 1606-7), na qual concessões substanciais seriam feitas a Espanha. Esses artifícios parecem ter funcionado por um tempo até os espanhóis perceberem que estavam sendo enganados. Os conflitos continuaram, os espanhóis tomaram Julich, em 1622, e a posição estratégica da república deteriorava-se com o passar do tempo (ISRAEL, 1995, p.482-483).

Em 1623, os neerlandeses experimentaram dificuldades agudas para criar novos impostos, de modo a financiar a guerra. Em 1624, Breda foi sitiada, o que fez

for the Dutch, to pay to keep it in being, than allow it to melt away and see the armies of the emperor and German Catholic League advance to the eastern borders of the United Provinces” (ISRAEL, 1995, p. 479-480).

¹⁰⁶ Por questão de escopo não é possível adentrar a fundo essa questão interna. O assunto, no entanto, será tratado na medida em que tiver influência para a ação do Estado neerlandês na arena mundial. *“But clearly, in the longer run, the United Province could not be managed by trying to subordinate Holland to the collective will of the lesser provinces, under the leadership of the stadholder” (ISRAEL, 1995, p.450).*

com que o prestígio neerlandês fosse desvalorizado. Acrescenta-se a isso, uma determinada doença que teria exigido a vida de onde mil pessoas, nas grandes cidades das Províncias Unidas. Enquanto um exército espanhol sitiava Breda, outro (menor) foi enviado ao leste da República culminando na captura de Cleves e Gennepe.

A crise econômica-financeira fazia sentir o seu impacto, e a falta de dinheiro para pagar as tropas impeliu as províncias a criarem novos impostos, apesar de se esperar que isso resultaria em conturbações sociais. Um novo imposto sobre a manteiga levou a motins nas cidades holandesas de Delft, Haia, Amsterdam, Haarlem, Hoorn e Enkhuizen, em 1624. Apesar disso, mais aumentos de impostos aconteceram, na metade da década de 1620, do que em qualquer outro momento na história da República, entre 1590 e 1672 (ISRAEL, 1995, p.484-485).¹⁰⁷ Essa configuração, durante as Guerras de Independência neerlandesa (1568-1648), ensejou o que uma historiadora neerlandesa chamou de uma *'tax revolution'* (FRITSCHY, 2003). A situação, de um ponto de vista geopolítico, era tão delicada que as classes dirigentes preferiam correr o risco de sofrer revoltas internas (quando aumentavam a tributação), ao perigo de sucumbir aos espanhóis, e, com isso, colocavam em risco a *'existência social'* das Províncias Unidas, enquanto uma unidade política e econômica independente, poderosa e próspera.

Entretanto, novos impostos somente não seriam suficientes (ISRAEL, 1995). A *'pressão competitiva'*, decorrente do sistema político europeu, mais uma vez, se mostraria fundamental. O envio de uma delegação extraordinária a Paris pelo príncipe neerlandês, em 1624, e o sentimento de ameaça que os franceses sofriam com a expansão bem-sucedida dos Habsburgos recentemente (MAARSEVEEN, *apud* ISRAEL, 1995, p.485), fez com que, sob o Tratado de *Compiègne* (1624), Luís XIII concordasse em subsidiar a aliada enfraquecida com o valor anual de um milhão de florins (correspondente a 7% dos gastos militares neerlandeses), durante três anos (ISRAEL, 1995, p.485).

Em abril de 1625, morre o príncipe Maurício em um dos momentos mais críticos da república desde 1590. Logo após a sua morte, seu meio-irmão, Frederico Henrico (*Frederik Hendrik*), príncipe de Orange, tornou-se capitão-geral da União, mas não ainda *stadholder*, já que para isso todas as províncias deveriam separadamente aceitá-lo

¹⁰⁷ *"The States went as far as they dared. The sheer inadvisability of further burdening the common man, combined with the acute need for cash, helped inspire the invention of stamp duty, one of the key innovations in the history of European taxation. This was devised in 1624 by a clerk of the States of Holland, adopted by the states, and imposed on all legal transactions and documents, being a means to tax affluent without further burdening the poor"* (ISRAEL, 1995, p. 485).

e nomeá-lo como tal posteriormente aos juramentos e a outras pendências (POELHEKKE *apud* ISRAEL, 1995, p.486). O novo líder neerlandês tinha, de alguma maneira, que tentar acomodar os interesses e minimizar os conflitos entre os dois grupos internos antagônicos, isto é, os ‘arminianos’ e os ‘contra-remonstrantes, visando construir uma estabilidade interna que se mostrava crucial naquele momento crítico em que as Províncias Unidas se encontravam.

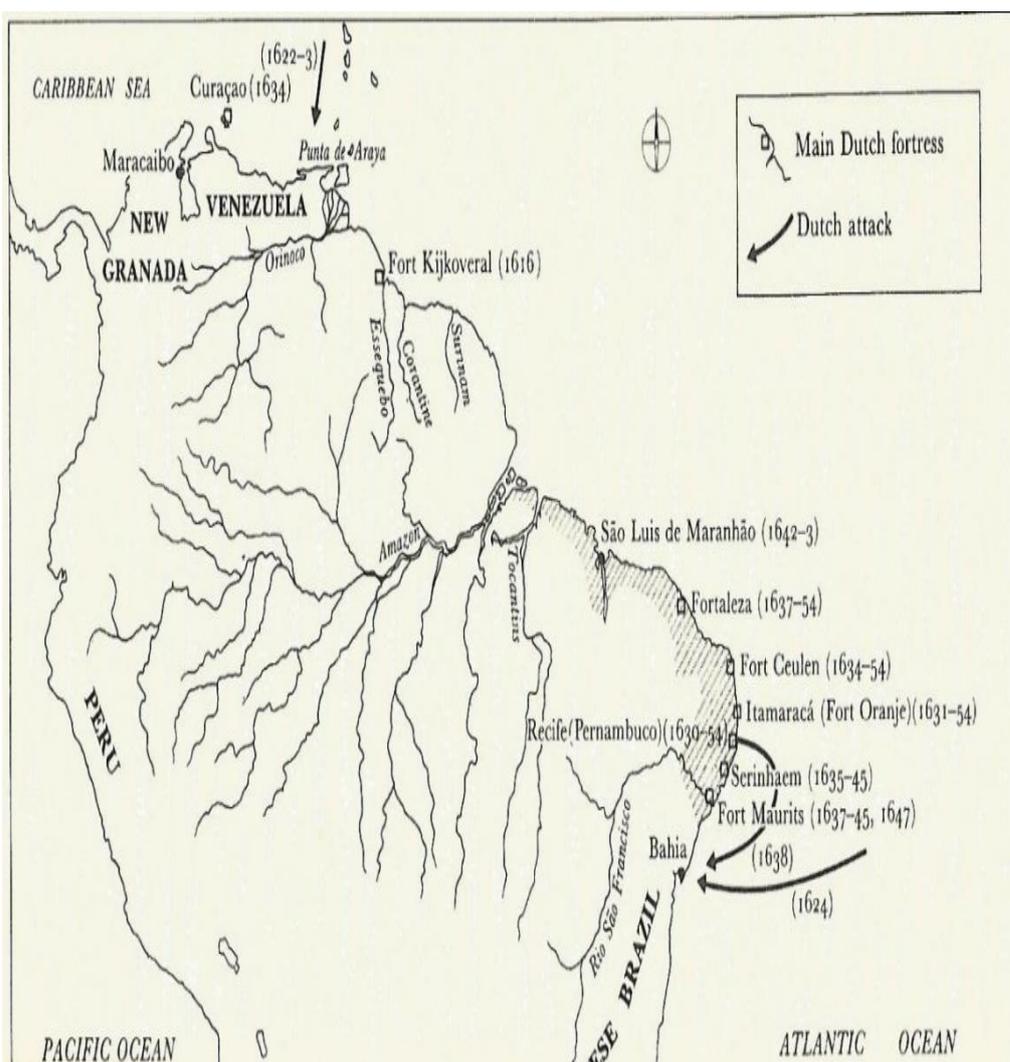
Essa mudança de atitude francesa não pode ser entendida descolada do avanço habsburgo tanto do Sacro Imperador Romano e do rei espanhol quanto dos seus aliados na Alemanha. Ainda mais em um contexto no qual as coisas com a Espanha - apesar de um notável e prolongado declínio referente ao comércio com as Índias a partir de 1615 - pareciam estar indo bem, já que os espanhóis não estavam, naquele momento, ocupados com muitos tabuleiros de guerra simultaneamente, o que possibilitou uma enorme injeção de recursos financeiros nos Países Baixos (PARKER, 1982, p.255). Esse fato possibilitou aos espanhóis notáveis sucessos na luta contra os neerlandeses, sendo a captura da importante cidade de Breda, em junho de 1625, um exemplo significativo dessas conquistas. Seguiram-se outras conquistas habsburgas, com a recaptura da região brasileira denominada Bahia (Ver MAPA 9, p.121) dos neerlandeses, em abril de 1625, e o avanço da coalizão católica no nordeste alemão. Diante da gravidade da situação e da natureza sistêmica do jogo de poder europeu, os neerlandeses lograram uma aliança com os ingleses (setembro 1625) e com os dinamarqueses (dezembro 1625) (PARKER, 1972, p.255).

No contexto de uma situação externa perigosa foi alcançada uma trégua (1625-1628), entre os grupos internos antagônicos neerlandeses, de modo a não enfraquecer o Estado neerlandês. Isso não evitou, no entanto, que durante esse período a república se encontrasse ‘sob cerco’.

There was little or no alleviation of either the trade depression or the dismal strategic situation both of which, in some respects, grew worse. The Habsburg extended their power over northern Germany. The commercial slump dragged on through the years 1625-9 when, besides the existing embargoes and dislocation caused by the Swedish-Polish conflict in Baltic, the Spaniards mounted a sustained blockade on the rivers and stepped up their naval offensive (ISRAEL, 1995, p.496).¹⁰⁸

¹⁰⁸ Em relação ao comércio neerlandês no Báltico, que sempre foi amplamente reconhecido como uma das grandes fontes de poder e riqueza neerlandesa, ver também “*The Dutch Baltic trade had already been adversely affected by Sweden’s war with Poland (1617-29) and by the manoeuvres of rival armies in the*

Mapa 9: ‘Brasil holandês’ no seu auge por volta de 1640



Fonte: (ISRAEL, 1989, p.166).

A despeito desse quadro, o pior parecia ter passado para os neerlandeses. A situação econômica-financeira espanhola deteriorou-se repentinamente (e.g., PARKER, 1972, p.256).¹⁰⁹ Depois da captura de Breda (1625), os espanhóis se viram impossibilitados de continuar suas operações por terra. Apesar dos espanhóis perceberem que os neerlandeses estavam em uma situação crítica, eles também se encontravam numa situação financeira e militar complicada depois das últimas, desgastantes e dispendiosas, campanhas contra a república neerlandesa. Nesse mesmo

German war. These political disturbances disrupted the great main commerce of Poland and east Germany on which, to a large extent, Dutch prosperity depended” (PARKER, 1972, p. 255).

¹⁰⁹ “The loss of the treasure fleet {1628} coincided with a perceptible decline in the revenues of Castile itself: there was a crisis in the cloth-production of Sevogia and Toledo in 1625 from which they never recovered, and from 1628 onwards land value and internal trade (...) began a prolonged and marked decline” (PARKER, 1972, p.256).

ano, o conselho de estado espanhol decidiu suspender as operações por terra contra os neerlandeses, também reduziu drasticamente os recursos destinados às operações e ordenou que o exército espanhol adotasse uma atitude defensiva naquela região (ISRAEL, 1995, p. 497).¹¹⁰

Para complicar a situação dos espanhóis, e o que configurou um pequeno alento para os neerlandeses, a Companhia das Índias Ocidentais Neerlandesas (WIC) capturou um comboio real espanhol, que navegava perto de Cuba, dotado de prata, com um valor estimado em torno de oito milhões de florins. A situação parecia estar melhorando para os neerlandeses à medida que piorava para os espanhóis. Parte dessa melhora se devia aos novos impostos criados para sustentar os esforços de guerra, implementados pelas classes dirigentes neerlandesas, em 1623-4, do mencionado subsídio francês aos neerlandeses, e da aliança neerlandesa com a Dinamarca (1625) e com os ingleses em 1625 contra os espanhóis (ISRAEL, 1995, p.497).

Mais importante do que todos esses fatores, no entanto, foi a eclosão do conflito franco-espanhol, que se seguiu à sucessão em Mântua (1628-31), desviando, dessa forma, a atenção e recursos espanhóis, que, caso contrário, estariam sendo empregados nos Países Baixos (ELLIOTT, *apud* ISRAEL, 1995, p.497).¹¹¹ Esse evento (e seus desdobramentos) possibilitou que os neerlandeses conseguissem, repentina e provisoriamente, uma superioridade militar geral, no final da década de 1620, em relação aos espanhóis nos Países Baixos. A título de ilustração, enquanto o exército espanhol em Flandres totalizava entre setenta mil e oitenta mil homens, em seu período de ofensiva (1621-25), em 1628, esse número era em torno de cinquenta mil (ISRAEL, 1995, p.498).

No caso dos neerlandeses, o *stadholder* e o conselho de Estado conseguiu convencer os Estados Gerais, em 1526, a expandir o exército neerlandês de quarenta e oito mil para cinquenta mil homens, tornando-o, pela primeira vez, equivalente ao, ou maior que, o exército espanhol. Oldenzaal foi recapturada pouco tempo depois pelos neerlandeses, quando os espanhóis foram expulsos de Overijssel. Um ano depois, Grol foi capturada, de modo a também excluir os espanhóis de Guelder. Apesar dessas vitórias neerlandesas mais localizadas, os espanhóis, no contexto mais amplo das lutas,

¹¹⁰ O que mitigou também a crise para os neerlandeses “*was that although the Spanish river blockade paralysed the Republic’s river trade with the south Netherlands and the Rhineland, the damage was offset, as far as most of the population was concerned, by the resulting glut of victuals within the Republic. The Spanish action, in effect, engineered a Sharp drop in food prices affording welcome relief to the hard-pressed urban population*” (ISRAEL, 1995, p.497).

¹¹¹ Ver também (PARKER, 1972, p.256-257).

ainda estavam numa posição melhor durante grande parte de 1628. Isso se dá, em parte, devido às vitórias do imperador e da Liga Católica no norte da Alemanha e à derrota que eles impuseram à Dinamarca, o que os fez ocupar posições muito perto da fronteira neerlandesa com os perigos inerentes a isso (ISRAEL, 1995, p. 498- 499).

A guerra de sucessão em Mântua¹¹² começou em dezembro de 1627, depois da morte do duque de Mântua-Monferrat.

His heir was a Frenchman, the Duke of Nevers. Spain was unwilling to admit a French duke and so, with the support of the emperor (suzerain of Mantua), Spanish troops overran the duchy. All went well at first, but the victory of Louis XIII over his last major domestic opponents, the town of La Rochelle (October 1628), left France free to challenge Habsburg dominance again. After agonizing discussion of the need for reform at home versus the need to challenge Habsburg supremacy abroad, in December 1628 Louis pledged full support to Nevers. He led an army across the Alps to drive the Spaniards from Monferrat and Mantua in the spring of 1629 (PARKER, 1972, p. 257).

Um exército francês marchou para a Lombardia e apoiou o duque francês na guerra de sucessão. Foi nesse contexto que a Espanha cortou massivamente os recursos destinados aos Países Baixos e os desviou para a nova e recorrente guerra contra os franceses. Os espanhóis convocaram a ajuda do imperador contra os franceses que, no entanto, preferiram selar uma paz (1630) separada da França, aceitando o duque francês e retirando suas tropas da região. Deixada sozinha, a Espanha, um ano depois, também assinou um acordo de paz com os melhores termos que ela pôde conseguir (Tratado de Cherasco, 1631) (PARKER, 1972, p.257).

Desde 1604, os neerlandeses estiveram na defensiva. Agora sob liderança de Frederico Henrico, em um momento de dificuldades para os espanhóis, eles tomaram a ofensiva contra o cerco imposto pelos espanhóis. Seria oportuno aproveitar o momento e melhorar a posição relativa da República. Os problemas internos, políticos-religiosos, nesse momento, poderiam atrapalhar, já que recursos seriam necessários e precisariam ser votados (um dos grupos internos se opunha)¹¹³ para que uma nova ofensiva pudesse acontecer. Depois de certa resistência, lograram-se fundos para a ofensiva. Enquanto os espanhóis estavam distraídos com os franceses, em 1629, tropas neerlandesas marcharam em direção a *'s-Hertogenbosch* (cidade no sul dos Países Baixos) (ISRAEL,

¹¹² Província italiana na região da Lombardia.

¹¹³“*In these circumstances they {Contra-Remonstrantes} preferred a static war, at less cost, until what they regarded as the menace of resurgent Arminianism had been crushed. In the debates, over war-financing, of February 1629, the States of Holland split along ideological lines.*” Os contra-remonstrantes “(...) insisted there should be no offensive until ‘religion and regime’ had been placed on a sound basis” (ISRAEL, 1995, p. 506).

1995, p.506). Os regentes no sul enviaram pedidos de ajuda aos espanhóis e ao imperador - que penetraram ao oeste no interior da República - de modo a tentar forçar as tropas neerlandesas a declinarem do plano de sitiarem a cidade mais ao sul.

But the Habsburg invasion collapsed when Dutch troops, far in the rear, surprised, and captured, Wesel, the principal Spanish base in the lower Rhine, in Cleves. This severed the Spanish supply line, compelling the Imperialist and Spanish troops in Utrecht and Gelderland to withdraw to their Ijssel crossing-points, though, from there, they still posed a threat. The 3,000-man garrison of 's- Hertogenbosch surrendered, after a five-month siege, in September (ISRAEL, 1995, p.507).

A dupla perda sofrida pela Espanha, com a queda de Wesel e 's Hertogenbosch, significou a primeira derrota de grande escala desde a Armada de 1588. Esse curso de ação mostrou a superioridade estratégica geral neerlandesa, pelo menos, enquanto perdurasse a guerra Mântua (ISRAEL, 1995, p. 507). 's Hertogenbosch constituía o coração da série de fortalezas espanholas, que cercavam a república, assim sua perda resultou numa diminuição considerável da ameaça que emanava dessas fortalezas. Dado esse contexto, nesse momento (1629) Filipe IV propôs uma longa e incondicional trégua, o que, por sua vez, fez com que os Estados Gerais ordenasse que todas as sete províncias debatessem e deliberassem sobre a proposta. Seguiu-se o que pode ser considerado um dos debates políticos mais decisivos durante a 'Idade de Ouro' neerlandesa, que envolveu toda a população e as lideranças políticas e econômicas (IBIDEM, p.508). Desse modo, seguiu-se um impasse entre as classes dirigentes, que ficaram divididas a respeito de qual curso de ação adotar. Mais uma vez a questão central que se colocou foi a de quem se beneficiaria em termos de poder e riqueza com a suspensão das hostilidades.

Enquanto isso, no cenário internacional, Dinamarca e Inglaterra assinaram a paz com a Espanha. No contexto das lutas no norte da Alemanha, a Suécia invadiu a Alemanha ao lado da causa protestante e derrotou as tropas imperiais em algumas batalhas importantes. Em 1631, o rei sueco, Gustavus Adolphus, destruiu um grande grupo do exército imperial em Breitenfeld, perto de Leipzig. Provavelmente, devido ao impasse acima mencionado em 1630 e 1631, não houve operações nos Países Baixos, mas a expansão no além-mar continuava (PARKER, 1972, p.255, 258).

Frederico Henrico, submetendo os interesses de se aumentar o poder neerlandês a considerações religiosas, teve a ideia de propor aos Estados Gerais, e os convencer, (pois se mostravam reticentes) a aprovarem uma lei que garantia o direito ao

exercício público da fé católica naqueles lugares que se incorporassem às Províncias Unidas no ano de 1632. Isso foi concebido, no contexto das insatisfações crescentes no sul em relação ao estado de guerra, de modo a convencer o conde flamengo *Hendrik van den Bergh* a se aliar à conspiração contra a Espanha e a possibilitar que outros nobres do sul pudessem se rebelar e aderir a causa dos ‘rebeldes’, no momento que os neerlandeses invadissem seus territórios, sem ser acusados de estarem traindo a fé católica. Embora o objetivo de incitar uma revolta generalizada não tenha prosperado, cinco cidades no sul, três delas estratégicas devido sua localização, foram tomadas ou aderiram, sob essas novas condições, aos rebeldes, com o apoio de parte da nobreza sulista. Em todas essas cidades, o direito ao exercício público da fé católica, e grande parte da propriedade das igrejas, foram preservadas como acordado anteriormente (ISRAEL, 1995, p.515-516).¹¹⁴

Depois desses acontecimentos, a autoridade espanhola estava tão enfraquecida no sul dos Países Baixos que a regente espanhola (Isabela) considerou ser incapaz de resistir à pressão das províncias do sul para a convocação do seu parlamento geral. Havia uma maioria, entre os presentes, que defendiam a necessidade de se criar diálogos urgentes, que visassem por um fim à guerra, a ‘preservação’ das províncias do sul e a fé católica (GACHARD, *apud* ISRAEL, 1995, p.517). Diante da pressão, a regente permitiu que negociações de paz (1632-1633) acontecessem com o norte, a despeito da ausência de uma autorização real do rei espanhol. O comandante militar espanhol (Olivares), embora considerasse a ação em curso como uma usurpação do poder real, preferiu aparentar estar concordando até que reforços significativos pudessem chegar, de modo a restaurar o poder espanhol que se encontrava em processo de desintegração.

As negociações entre as regiões norte e sul, cindidas pelo poder e pela guerra, puderam começar. Mais uma vez seguiu-se um dissenso nas classes dirigentes neerlandesas sobre a questão da paz, aquilo que ficou conhecido como a ‘controvérsia da trégua de 1629-30’ (ISRAEL, 1995). Inúmeras pré-condições foram apresentadas por ambos os lados, o sul, com a posição mais fraca, começou com menos exigências e teve que ceder mais do que o mais poderoso norte. Além do mais, argumentava-se (a favor da paz) que a república não se encontrava mais em perigo, a partir da intervenção bem-sucedida da Suécia, em 1630 (e dos outros elementos citados acima). A predominância

¹¹⁴ Ver também (PARKER, 1972, p.258) para a questão das cidades adquiridas.

Habsburga na Europa central foi em grande medida minada, e a França, sob influência do Richilieu e motivada pela lógica da razão de Estado, mostrou-se ainda mais disposta a desafiar os espanhóis pela hegemonia na Europa (ISRAEL, 1995, p.518-519).

Uma vez mais o contexto de poder europeu fez valer a sua força, dessa vez, a favor da Espanha. O que segue é uma nova inflexão na conjuntura europeia. O poderoso e habilidoso rei sueco é morto, em 1632, enquanto infligia uma nova derrota às forças imperiais. Seguiu-se uma desintegração do exército sueco como consequência da falta de pagamento, e o resultado, no ano das estações de 1633, foi perdido para os suecos, em razão da recusa de seus soldados em continuar a luta sem o pagamento dos seus salários. Surgia, desse modo, a chance dos Habsburgos de se vingarem dos suecos, assim essa possibilidade melhorou significativamente a, até então cambaleante, relação entre os dois ramos da família (Espanhola e Austríaca) (PARKER, 1972).

A plan was evolved for the junction of a Spanish army from Italy with the armies of the emperor to expel the Protestants and the Swedes from south and south-west Germany. This would restore Spain's overland communications between Lombardy and the Netherlands as well as regain valuable Catholic areas from Protestant control (PARKER, 1972, p. 259).

Este plano foi bem-sucedido, os Habsburgo derrotaram a maior parte do exército sueco, estacionado em Nordlingen (1634), e recuperaram quase todas as suas perdas no *Rhineland* e no sul da Alemanha. Seguiu-se uma trégua entre o imperador e os seus súditos protestantes, posteriormente, expandida para Paz geral de Praga em 1635.

Enquanto isso nas Províncias, que mais pareciam ‘Desunidas’ do que Unidas, intensificava-se a cisão interna, a respeito de qual curso de ação adotar em relação a proposta de trégua e/ou paz. Tanto o *Stadholder* Frederico como o grupo de ‘arminianos’ (até pouco tempo atrás aliados) passaram a lutar internamente pelo controle do parlamento holandês, que, por sua vez, implicaria, no controle da República. Pode ser identificado o ano de 1633 como um divisor de águas para o *stadholderate*¹¹⁵ do príncipe Frederico Henrico, pois esse “*was the year in which he abandoned the party-factional alliance which had sustained his authority and espoused the ‘war party’ and Counter-Remonstrants*” (ISRAEL, 1995, p.523). Seja como for, e por quais motivos foram, esse movimento ilustra a natureza altamente pragmática da política nacional e internacional, qual seja, o movimento do poder que parece tornar quase

¹¹⁵Pode ser entendido como período de governo/mandato/gestão.

impossível qualquer funcionamento da política que não seja dinâmico, pragmático e arbitrário, enquanto convir aos jogadores em questão.

Essas lutas internas encontraram expressão numa disputa acirrada referente a relação com a França, em 1634. Luís XIII ofereceu uma relação de proximidade e convidativos subsídios. Em troca, exigia aprisionar a república em relação ao confronto com a Espanha, bem como a subordinação neerlandesa à França por muitos anos. Os ‘arminianos’ (grupo mais favorável à paz) criavam objeções, em especial, à cláusula do tratado que estipulava que em troca de subsídios a República não poderia negociar com os espanhóis, a não ser em simultaneidade com os franceses (DE PANGE, *apud* ISRAEL, 1995, p.524-525). Seguiu-se um acirrado processo de convencimento e angariação de apoio político no interior da classe dirigente neerlandesa entre ambos os grupos, o favorável e contra a aliança com a França, vencida pelo primeiro.

A declaração de guerra francesa, em 1635, ‘selou o destino’ da Espanha sobre os seus desejos e esperanças de reconquistar o norte dos Países Baixos (PARKER, 1972, p.268). Por força do tratado firmado poucos meses antes, essa declaração implicava que a república deveria invadir, conjuntamente com a França, o sul dos Países Baixos. A Espanha mobilizou recursos para atuar em duas frentes: uma puramente defensiva contra a França e outra muito mais ofensiva contra os neerlandeses. Considerava-se que era mais estratégico focar nos neerlandeses, dentre outros motivos, em razão da ideia de que um acordo de paz poderia ser alcançado mais rápido com os neerlandeses, e, uma vez acordada a paz com os rebeldes, a França seria impelida a também concordar com a suspensão dos conflitos, já que ela não era ainda tão forte militarmente e financeiramente quanto a Espanha (ISRAEL, 1995, p.528-529).¹¹⁶ Depois de uma impressionante vitória conjunta sobre os espanhóis na primeira batalha Huy (Liège), a atuação do exército francês parece ter sido solapada por um financiamento inadequado (PARROTT, *apud* HART, 2014, p.27).

A rede de defesa do sul sustentou bem a invasão franco-neerlandesa de 1635. Pouco tempo depois, os espanhóis contra-atacaram e tomaram algumas posições estratégicas na proximidade da fronteira neerlandesa-germânica. Tropas imperiais,

¹¹⁶ Já para Parker (1972, p.259) os espanhóis teriam adotado uma linha defensiva contra os neerlandeses e ofensiva contra os franceses. O autor não oferece, no entanto, nenhuma ou quase nenhuma fundamentação para isso, em oposição a Israel que explica e enumera uma série de argumentos que justificariam e explicariam a decisão de se focar ofensivamente nos neerlandeses e defensivamente nos franceses. Hart (2014, p.27) parece concordar com Israel ao descrever a ofensiva espanhola sob a república, algo mencionado a seguir.

oriundas da Alemanha, apoiaram os espanhóis nessas operações. Uma forte pressão espanhola continuou sobre os neerlandeses enquanto eles tentavam resistir e recapturar as posições perdidas. Uma importante vitória neerlandesa foi a recaptura da cidade de Breda (1637) (ISRAEL, 1995, p.529-530)¹¹⁷, que tinha sido tomado pelos espanhóis em 1625. Também, em 1637, parte do exército francês invadiu a Alemanha e logrou impedir que o imperador pudesse enviar novamente reforços aos espanhóis (PARKER, 1972, p.260).¹¹⁸ Enquanto isso, na política interna neerlandesa, o *stadholder* Frederico (contrário a paz) encontrava cada vez mais dificuldades em lidar com o parlamento holandês, que estava inclinado à paz com os espanhóis. Frederico, por exemplo, não conseguiu evitar a pressão do parlamento holandês por cortar gastos militares e reduzir o exército, que conheceu sua primeira redução, desde 1621, em 1636-37 (ano que as hostilidades recomeçaram) (ISRAEL, 1995, p.530-532).

Essa redução se deu em um contexto de fracassadas tentativas neerlandesas, durante anos, de invadir o sul. O que pode parecer peculiar é que isso aconteceu exatamente em um momento, meados e final da década de 1630, de revigorecimento¹¹⁹ econômico na república neerlandesa.

Throughout Phase Three (1621-47), the overseas trading system continued to be characterized by deep recession in Dutch trade with southern Europe and an emphasis on colonial trade, textile exports, and investment in agriculture with a striving Zeeland transit traffic to the south Netherland (ISRAEL, 1995, p.532).

Esse revigorecimento econômico e as circunstâncias positivas foram possíveis como consequências de uma série de eventos, fundamentalmente de natureza geopolítica, no contexto das lutas pelo poder na Europa,

The lifting of the Spanish river blockade mounted from the Ems to the Scheldt (1629), the end of the Polish-Swedish war and its disruption of Baltic commerce (1629), and the outbreak of the Franco-Spanish war (1635) which had the important effect of closing the border between the south Netherlands and France, cutting off the route via Calais and Boulogne and compelling the cities of Flanders and Brabant to import, and to export, more via the Dutch-controlled waterways and Scheldt estuary. This adversely affected commerce

¹¹⁷ Ver também HART (2014, p.27) para a ofensiva espanhola nos Países Baixos.

¹¹⁸ O que pode parecer curioso é que, segundo Hart (2014, p.27), por volta de 1638, os franceses teriam enviado outro exército para o sul, mas, novamente, ausência de recursos financeiros e provisões fez com que muitos soldados franceses desertassem impedindo um planejado cerco sob Artois. Uma provável explicação (oferecida pela autora em outro momento do livro) pode, possivelmente, ser atribuída a recorrente e generalizada dificuldade dos soberanos e líderes políticos em manter numerosos exércitos durante muito tempo em operação nos séculos XVI e XVII (HART, 2014).

¹¹⁹ A despeito das condições estruturais mantidas da Fase três abordadas anteriormente: “*Yet it was a boom without basic restructuring and with limited outlets for new investment. For the main restrictions on the growth of Dutch European trade - the Spanish embargoes, high freight-rates, the Dunkirk privateering offensive, poor Access to Italy and the Levant (...) remained in place*” (ISRAEL, 1995, p.533).

and industry in the Spanish Netherlands, contributing to the slackening of the recovery of the south by forcing the south to pay the heavy wartime tolls and tariffs imposed on the transit traffic, by the States General, and gave Zeeland its most flourishing years of the entire Golden Age (ISRAEL, 1995, p.532).

Convém mencionar um caso ocorrido no Báltico, em 1638. Este caso é ilustrativo de alguns aspectos da dinâmica do sistema de poder europeu da época. O Tratado de *Lubeck*, de 1629, acordou que a protestante Dinamarca - até então, aliada neerlandesa contra os Habsburgos-católicos, depois de derrotada, em 1630, na Guerra de Trinta anos - não se envolveria mais nesse conflito, em troca de receber de volta os territórios, então, perdidos para os Habsburgos. Em 1632, um tratado comercial¹²⁰ foi assinado entre espanhóis e dinamarqueses. Apesar da aliança temporária na Guerra dos Trinta anos, entre dinamarqueses e neerlandeses, as suas relações conheciam uma longa história de atritos referente a lutas pelo poder, seja expressado em questões marítimas gerais no Báltico ou em questões mais específicas, como a política de pedágio nos canais dos estreitos dinamarqueses (ISRAEL, 1989, 1995).

O alinhamento recente do rei dinamarquês (i.e., Christiano IV) com os Habsburgos só iria agravar essa situação. O ponto da ruptura foi em 1638 (KERKKAMP; HILL, *apud* ISRAEL, 1989, p.146), quando Christiano reimplementou as provocativas políticas de pedágio nos estreitos dinamarqueses¹²¹, que já tinham, outrora, ocasionado tensões e ameaças de guerra, mas contou com um desfecho, na época, sem guerras, devido ao enquadramento sofrido pela Dinamarca, por uma coalizão de poderes europeus liderada pelos neerlandeses. O assunto que parecia resolvido voltou à tona a partir de outro contexto e outra correlação de forças.

Essa política de pedágio minava a predominância neerlandesa no Báltico, afetando diretamente, e principalmente, os mercadores do norte da Holanda e de Frísia, que exigiram uma reação política-militar da República. Inicialmente, uma delegação foi enviada a Dinamarca com a exigência de que se extinguissem os novos pedágios e restaurasse os preços pré 1638. No contexto no qual os neerlandeses estavam ocupados com as guerras contra a Espanha para desviar esforços militares para outro tabuleiro de guerra, os dinamarqueses recusaram os pedidos neerlandeses. Nesse sentido, a retomada das hostilidades espanhola-neerlandesa pós 1621, além de outras consequências já

¹²⁰Os dinamarqueses se comprometeram a “(...) *co-operate with the Spanish Almirantazgo in its efforts to eradicate Dutch contraband trade with the Iberian lands. In return Denmark and Norway were granted special terms in the carrying traffic to Spain and Portugal, which led to a noticeable increase in the Danish traffic and a programme of building large ships for the Spanienfahrt in the ports of Norway*” (ISRAEL, 1989, p.146).

¹²¹Essa política de pedágio nos estreitos dinamarqueses já tinha sido alvo de disputa no passado entre neerlandeses, suecos, hanseáticos e dinamarqueses como foi abordado anteriormente neste trabalho.

abordadas, significou também um enfraquecimento na capacidade de projeção de poder neerlandesa “*For it was now harder for the republic to deploy sea power in support of its commerce in Baltic Waters, as the Dutch navy had its hands tied with Spain and the Dunkirkers {piratas flamengos}*” (ISRAEL, 1989, p.144-147). É como se na medida em que se tem que atuar em múltiplos e sobrepostos tabuleiros de guerra, a projeção de poder de uma unidade política-econômica é minada pela necessidade de se empreender recursos limitados em muitas arenas ao mesmo tempo, o que pode forçar a escolha de determinado curso de ação em detrimento de outro.

Um segundo tratado espanhol-dinamarquês (1641) escalou ainda mais a situação, mas mesmo assim não houve reação neerlandesa até aquele momento. Em 1643, a Suécia, que também foi atingida pelas medidas, suspendeu sua atuação temporariamente na Guerra de Trinta Anos e invadiu Jutland. Ainda assim, um envolvimento mais ativo neerlandês não foi observado, com a exceção do envio de uma segunda delegação a Suécia e a Dinamarca para mediar às relações e, desse modo, conseguir para si a revogação das políticas nefastas aos seus negócios. Em 1644, quando as negociações de paz entre Suécia e Dinamarca avançavam, os suecos não viram nenhum motivo para pleitear a revogação para os neerlandeses, dado que os mesmos foram incapazes de tomar qualquer atitude para resolver a questão, com exceção de meras palavras de incentivo a Suécia (KOLKERT, *apud* ISRAEL, 1989, p.148).

A despeito de algumas vozes na república neerlandesa terem se manifestado em muitos momentos em favor de uma intervenção mais cedo e substancial, a posição do *Stadholder*, Zelândia, e das cidades do sul da Holanda (que não tiveram seus negócios ou dos seus mercadores afetados) haviam prevalecido defendendo a ideia de que o Báltico deveria ficar em um segundo plano, pois as forças neerlandesas não deveriam ser desviadas do conflito principal contra os espanhóis e piratas flamengos (ISRAEL, 1989). Diante da perspectiva de acordo entre Suécia e Dinamarca que excluía as Províncias Unidas, a temperatura política subiu de tal maneira que o grupo contrário à intervenção teve que aceitar um compromisso no qual recursos públicos seriam angariados, de modo a equipar uma frota secundária que acompanharia e escoltaria os mercadores neerlandeses ao Báltico. “*Their instructions were to pay no tolls at all, serving notice on Denmark that nothing more would be paid until Dutch demands were met. Should the Danes attempt to interfere, they were to be repelled by force*” (ISRAEL, 1989, p.148-149). O tratado assinado meses depois conferiu aos neerlandeses

determinadas concessões que formariam os fundamentos da predominância marítima neerlandesa no Báltico para o resto do século (HILL, *apud* ISRAEL, 1989, p.149).¹²²

Enquanto isso, o conflito espanhol-neerlandês vinha se caracterizando nos últimos tempos por uma situação de empate, no qual ofensivas e contra-ofensivas eram alternadas mutuamente sem vencedores. Um consolo para os neerlandeses foi a vitória na Batalha de Downs, em 1639, que foi a última grande batalha no mar contra os espanhóis. Um ponderado motivo para esse empate, no final da década de 1630 e 1640, foi uma insuficiência tanto em relação ao tamanho dos exércitos, quanto aos recursos financeiros e operacionais necessários para engendrar as vitórias buscadas pelos lados beligerantes (HART, 2014, p.27-28)

Fatores de ordem, fundamentalmente, internos, acarretou em desdobramentos externos, fragilizando a posição da Espanha com a eclosão da revolta, em junho de 1640, na Catalunha. Ilustrativo da natureza sistêmica das relações entre as unidades de poder europeia foi a convocação, em direção aos franceses, de apoio por parte dos rebeldes catalão. Além do mais, aproveitando-se da fragilidade em que a Espanha se encontrava, em um momento político propício e com a existência do desejo de autonomia, os portugueses também se revoltaram e declararam a sua independência da Espanha (PARKER, 1982, p.260), com isso a União Ibérica é dissolvida.

Outra consequência inter-relacionada foi que com a independência de Portugal os navios neerlandeses fizeram-se, mais uma vez, massivamente presentes nos portos portugueses (ISRAEL, 1989, p.125). As notícias sobre a revolta catalã, a independência portuguesa e a situação crítica espanhola atestavam, na opinião de muitos membros do parlamento holandês, que a Espanha não oferecia mais um perigo eminente e que, por isso, novos cortes militares poderiam acontecer. As hostilidades entre o príncipe Frederico (contrário à paz com a Espanha e contrário aos cortes militares) só aumentariam com as exigências de novos cortes de gastos em 1641-42, o que fez o exército neerlandês diminuir de setenta mil para sessenta mil soldados. Em dezembro de 1641, os principais atores na Guerra de Trinta Anos (1618-1648), Sacro Imperador Romano, Espanha, Províncias Unidas, Suécia e França concordaram em começar negociações de paz em Munster e Osnabruck (ISRAEL, 1995, p.539-542).

A despeito de um canal de diálogo oficial, pouco se avançou nos anos entre 1641-1644 na resolução dos conflitos. Na ausência de um acordo, as hostilidades, em

¹²²Para essa questão no Báltico ver também Israel (1995, p.543-544).

alguns lugares, continuavam. Convém mencionar ainda a captura, em 1646, francesa da cidade de Dunkirk no sul dos Países Baixos, cujo local servia de base para os empreendimentos piratas, que causaram tanto prejuízo aos neerlandeses (HART, 2014, p.28). Foi nesse contexto de crise política e econômica, na qual a Espanha se encontrava com carência de soldados e recursos financeiros, Filipe IV comunicou a seus ministros, em julho de 1644, que deveria ser feito um acordo de paz em todas as frentes de guerra assim que possível (PARKER, 1982, p.261). Os neerlandeses encontravam-se numa posição geral superior a dos espanhóis e com isso conseguiriam termos muito mais vantajosos que os espanhóis.

After lengthy deliberation the States General agreed to conclude peace with Spain, provided Philip IV ceded the whole Meierij – an area still largely in the hands of Spanish troops – recognized Dutch conquests in the Indies, accepted permanent closure of the Scheldt to maritime traffic, satisfied Zeeland regarding tariffs in the Flemish ports, and lifted the embargoes on Dutch shipping and trade (...)(ISRAEL, 1995, p.542).

As hostilidades continuariam até que o rei espanhol ratificasse o acordo na cidade vestfaliana de Munster. Em razão de considerações geopolíticas era imperativo para os espanhóis celebrarem um acordo com os neerlandeses antes do acordo na Guerra de Trinta Anos (PARKER, 1972, p. 261-262)¹²³. A morte de Frederico Henrico, em 1647, sucedido pelo seu filho Guilherme II (*William II*) como *Stadholder*, pouco alterou o curso de ação que se encaminhava na direção do acordo de paz, apesar de alguma resistência não negligenciável (ISRAEL, 1995, p.545). A Guerra de Trinta Anos terminou em dezembro de 1648, e, de modo que serviu bem aos interesses espanhóis, um acordo foi alcançado com os neerlandeses, em janeiro de 1648 (PARKER, 1972, p. 262), o que suspendeu a longa e dispendiosa luta por poder entre espanhóis e neerlandeses. A Paz de Munster (1648) foi assinada tanto em Haia (sede do governo neerlandês até hoje), como em Munster, a despeito do voto contrário de *Stadholder* e, inicialmente, também da província de Zelândia, que só seguiu as outras províncias e votou favorável à paz semanas depois (ISRAEL, 1995, p.596).

A suspensão das Guerras de Independência Neerlandesa com o Tratado de Munster (1647-48) constitui um evento histórico decisivo de um ponto de vista político e econômico para a Europa em geral, e, em especial, para as Províncias Unidas. O fim

¹²³“Since 1644 it had been clear that the emperor was willing to cede Alsace to France in order to end the German war. This would automatically prevent Spain from sending men and money to the Army of Flanders by land, and the sea-route depended absolutely on Dutch good-will after the battle of the Downs in 1639. Any peace in Germany would also allow to French to withdraw their armies from Alsace and use them against the Spanish Netherlands. On two counts, therefore, it was imperative for Philip IV to secure settlement with the Dutch before peace was proclaimed in Germany, and for once Spain managed to make peace in time” (PARKER, 1972, p.261-262).

das hostilidades entre espanhóis e neerlandeses e os seus desdobramentos foi o fator, independente, de maior importância para a inauguração da Quarta Fase da supremacia neerlandesa no comércio mundial, cujo período é o de maior apogeu da supremacia comercial neerlandesa no mundo (ISRAEL, 1989, 1995). Evidentemente houve outros fatores que contribuíram, além da paz entre espanhóis e neerlandeses, tais como: a suspensão do Terceiro Embargo espanhol (1621-1647); o fim das campanhas flamengas de corsários a partir de Dunrik (1646) contra o comércio e a navegação neerlandesa; a queda dos custos de frete e as taxas de seguros marítimos que seguiram a isso; a interrupção dos conflitos espanhóis-neerlandeses nas Américas (1647) e a suspensão do bloqueio neerlandês da costa marítima flamenga (ISRAEL, 1989; 1995)¹²⁴ Esses foram os fatores explicativos que se relacionam diretamente com a paz entre espanhóis e neerlandeses. Uma decisão política que teve, dentre outras, consequências de longuíssimo alcance em termos de poder e riqueza para os neerlandeses.

Outros fatores que contribuíram para o período de apogeu do sistema comercial neerlandês, durante o período de 1647 a 1672, foram: os efeitos negativos da guerra civil inglesa sobre o seu comércio ultramarino e as consequências da Guerra turco-veneziana (1645-69), bem como os desdobramentos desses dois eventos (ISRAEL, 1989, p.197; ISRAEL, 1995, p.611). Esses fatores, como os acima mencionados, são fatores políticos e geopolíticos que se relacionam intimamente com a questão das lutas por poder e riqueza na Economia Política Internacional.

¹²⁴ Para um tratamento aprofundado de toda Quarta Fase da supremacia neerlandesa no comércio mundial, ver Israel cap. 6 (1989) e Israel (1994, p.610-619).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria das guerras na era moderna, período no qual o recorte temporal deste estudo se insere, caracterizava-se pela destruição física e financeira dos beligerantes envolvidos, de um modo geral, independentemente de se ganhar ou perder os conflitos (HART, 2014, p.1). A região norte dos outrora Países Baixos fazia parte do Império Habsburgo, mas, depois de ter entrado em revolta armada, se constituiu, a partir do tratado político, designado ‘União de Utrecht’, em 1579, como república neerlandesa ou ainda Províncias Unidas. As lutas de independência neerlandesas ou, ainda, as Guerras de Oitenta Anos (1568-1648) coincidiram com uma verdadeira ‘Idade de Ouro’ ou, para falar como em Braudel (2009), configurou-se um ‘milagre holandês’.

Para os contemporâneos a ‘Idade de Ouro’ neerlandesa foi um paradoxo e atualmente esse fenômeno ainda é considerado instigante em razão, dentre outros, do fato dos neerlandeses terem conseguido se independizar politicamente do mais poderoso e próspero império da época e, ao mesmo tempo, terem experimentado uma prosperidade econômica sem precedentes. Essa ‘Idade de Ouro’ ganhou expressão, como vimos, na condição obtida e conquistada pelos neerlandeses, de entreposto comercial e financeiro mundial, e, conseqüentemente, no domínio do comércio intraeuropeu e de longa distância.

Há, portanto, certo consenso, na literatura sobre o tema, no que tange o fenômeno da supremacia comercial neerlandesa na segunda metade do século XVII, como presente em Arrighi (1995), em Braudel (1987, 2009) e em Israel (1989, 1995). No entanto, os dois primeiros autores, assim como outros, não levaram em consideração adequadamente a trajetória de lutas das Províncias Unidas em interação com o contexto de rivalidades europeias para a sua independência política e criação e consolidação da supremacia comercial. Essa foi, então, a ótica que conduziu a investigação, que, diferentemente dos autores supracitados, deu enfoque às relações de poder entre unidades politico-territoriais e à influência das disputas e guerras dessas relações no conflito entre espanhóis e neerlandeses.

É curioso que muitos autores enfatizem explicações de natureza econômica e não privilegiem a trajetória das lutas de independência neerlandesa à luz da consideração de que as rivalidades europeias foram um elemento mediador na superação das dificuldades enfrentadas pelos neerlandeses, principalmente nos ‘Vinte e Dois Anos Críticos’ (1568-1590). Mas mesmo depois desse período, as Guerras de

Independência Neerlandesas (1568-1648), embora possam ser consideradas um fardo para muitos, foram aliviadas pelas influências das disputas europeias por poder. Um exemplo disso é que a inserção dos Habsburgos em diferentes tabuleiros de guerra pode ter limitado sua capacidade de sufocar a revolta e vencer a guerra contra os neerlandeses.

Durante os ‘Vinte e Dois Anos Críticos’ (1568-1590), as perspectivas não eram favoráveis para os neerlandeses, em razão, dentre outras, de dificuldades financeiras, militares e da necessidade de financiar a resistência contra os Habsburgos. Nesse período, a influência das disputas europeias por poder se fez presente, por exemplo, por meio das rivalidades entre os habsburgos, franceses, ingleses e otomanos, o que impediu que os habsburgos conseguissem concentrar seu foco e recursos na revolta neerlandesa. De modo similar, os ingleses movidos por considerações estratégicas ajudaram os rebeldes, no início da revolta, com inúmeros subsídios, tais como o envio de tropas militares e a união com os neerlandeses para derrotar a ‘Armada’ espanhola em 1588. Apenas entre 1585 e 1603, cujo período os ingleses também se encontravam em guerra contra os Habsburgos, a Inglaterra enviou quase quinze milhões de florins para os rebeldes.

Um ponto de inflexão importante nesses ‘Vinte e Dois Anos Críticos (1568-90)’ culminou, em 1590, com a derrota da Armada espanhola alcançada conjuntamente pelos ingleses e neerlandeses; com a suspensão do primeiro embargo espanhol (1585-1590) contra os neerlandeses em 1590 - enquanto este era mantido contra os ingleses no contexto da guerra inglesa-espanhola -, bem como com a morte do rei francês Henri III, em 1589, seguida da decisão espanhola de invadir e priorizar a França, o que obteve consequências de longo alcance, as quais os rebeldes fizeram bom proveito.

Assim, foi nesse contexto que os rebeldes foram capazes de tomar e recuperar inúmeras posições militares, ao mesmo tempo em que, a partir de 1590, a república neerlandesa se constituiu pela primeira vez como entreposto geral para os produtos ibéricos e das suas colônias. Desse modo, em Israel (1989; 1995), defende-se que aí principiou o advento da primeira fase da construção da supremacia neerlandesa no comércio mundial, cujo zênite seria alcançado a partir de 1648, período este concomitante ao fim das guerras de independência neerlandesas.

Convém destacar a seguinte passagem que resume bem este ponto de inflexão ocorrido a partir da década de 1590:

The internal stabilization of the Republic after 1588, improvement in the strategic situation, the reopening of the rivers and waterways linking Holland and Germany, influx of capital and skills from Antwerp after 1585, the lifting of Philip II's embargo on Dutch ships and cargoes in the Iberian peninsula in 1590 (whilst retaining his embargo on England), and the Republic's tightening grip on the Scheldt and Ems estuaries and naval blockade of the Flemish coast. The explosive expansion of its commerce which followed transformed the Republic into Europe's chief emporium and bestowed a general primacy in world commerce which was to endure for a century and a half. (ISRAEL, 1995, p. 305).

Em Israel (1995, p.305) não é elencado, na passagem acima, a sequência em que esses eventos ocorreram, podendo ser negligenciado, então, a importância do *timing*, da ordem e a influência de

eventos contingentes durante um momento crítico (critical juncture) favorecem uma alternativa em detrimento das outras, o que então desencadeará um padrão específico de desenvolvimento, ou trajetória, que constringerá os graus de liberdade posteriores dos atores (...)já que eventos iniciais contingentes têm um impacto causal fundamental sobre o resultado final (...) através da cadeia causal por eles desencadeada. (BERNARDI, 2012, p.162).

A queda de Antuérpia, em 1585, somada ao desvio dos esforços de guerras espanhóis dos Países Baixos contra a França e a suspensão do Primeiro Embargo espanhol contra os neerlandeses em 1590, podem ser considerados, se tomados em conjunto, como eventos contingentes que conformaram uma ‘*critical conjuncture*’ e, desse modo, tiveram uma crucial influência no desencadear da trajetória neerlandesa em direção à supremacia comercial, pois foi a interação das respostas e consequências desses três fatores que conformaram a janela de oportunidade aberta, a qual foi aproveitada pelos neerlandeses na década de 1590. Assim, a ordem e o momento em que esses eventos ocorreram, e as consequências fundamentais que eles tiveram, podem sugerir a ideia de ‘dependência da trajetória’¹²⁵ para análise das significativas mudanças que beneficiaram os rebeldes a partir da década de 1590.

A ideia de ‘dependência da trajetória’ (*path-dependency*)¹²⁶ e a consideração da influência do momento e a sequência em que eventos e processos acontecem, *positive*

¹²⁵ Para uma introdução ao conceito de ‘dependência da trajetória’ ver Bruno Bernardi (2012).

¹²⁶ “*Claims about path dependence typically suggest that beginnings are extremely important. So one might ask: Why begin this discussion with path dependence? The answer is that an understanding of self-reinforcing processes is extremely helpful for exploring a wide range of issues related to temporality. Exploring the sources and consequences of path dependence helps us to understand the powerful inertia or “stickiness” that characterizes many aspects of political development—for instance, the enduring consequences that often stem from the emergence of particular institutional arrangements. These arguments can also reinvigorate the analysis of power in social relations by showing how inequalities of power, perhaps modest initially, can be reinforced over time and often come to be deeply embedded in*

feedback (e.g. PIERSON, 2004), se combinadas com as contribuições sobre as ‘múltiplas temporalidades’ do historiador francês Fernand Braudel - e/ou outras contribuições referentes ao tema dentro no campo da EPI –, podem oferecer novas combinações de ferramentas teóricas, metodológicas e analíticas para nos fazer avançar nos estudos, que tenham um recorte temporal de longa duração, dentro do campo da EPI. Essa proposta poderia não apenas contribuir com a fundamentação da ideia de que a história é relevante, ‘*history matters*’, mas com a compreensão do *como* a história exatamente foi e é relevante.

No que tange a influência das rivalidades europeias no conflito espanhol-neerlandês, além do apoio ‘indireto’ oferecido pela França, este ator político-territorial, assim como a Inglaterra, forneceu, durante quase toda a guerra de independência, subsídios e empréstimos aos rebeldes, de modo que a revolta não fosse sufocada e eles continuassem em guerra contra os Habsburgos, que eram os principais inimigos dos franceses. Acrescenta-se a isso os muitos outros momentos em que a França e os Habsburgos estiveram em guerra, no período de 1568-1648, entre si, o que fazia com que os recursos e atenção dos Habsburgos tivessem que ser desviados dos Países Baixos, prolongando assim a guerra nessa região e servindo aos interesses da república neerlandesa.

Concomitante às Guerras de Independência Neerlandesas (1568-1648) e a importância da influência das rivalidades europeias nesse processo, o Estado e os mercadores neerlandeses, sempre estiveram juntos se apoiando mutuamente na conquista, defesa e consolidação de posições políticas e comerciais, que serviam tanto aos interesses do Estado como aos dos mercadores neerlandeses. A construção da supremacia comercial neerlandesa só pode ser entendida em interação com a conquista da independência neerlandesa e ambas só podem ser compreendidas plenamente se as disputas e as guerras europeias, por poder, forem levadas em consideração.

organizations and dominant modes of political action and understanding, as well as in institutional arrangements” (PIERSON, 2004, p.11).

REFERÊNCIAS

ANDERSON, M. S. *'The Orignis of the Modern European State System, 1494- 1618'*, London and New York: Routlegde, 1998.

ARRIGHI, G. *"O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo"*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Unesp, 1994.

BAVEL, B. *'Manors and Markets: Economy and Society in the Low Countries, 500-1699'*, Oxford: Oxford university Press, 2010.

BAVEL, B. e ZANDEN, J. 'The Jump-Start of the Holland Economy during the late Medieval Crisis, c. 1350 – c. 1500', *Economic History Review*, LVII, 3, pp. 503-532,(2004).

BERNARDI, B. B. 'O Conceito de Dependência da Trajetória (Path Dependence): Definições e Controvérsias Teóricas', *Perspectivas*, São Paulo, V. 41, p. 137-167, jan./jun. 2012.

BRAUDEL, F. *"A Dinâmica do Capitalismo"*. Rocco: Rio de Janeiro, 1985.

- *"Civilização Material, Economia e Capitalismo Século XV-XVIII - Volume 2: Os Jogos das Trocas"*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

-. *"Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII: o Tempo do Mundo"*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRANDON, P. 'Marxism and the Dutch miracle: the Dutch Republic and the Transition Debate', *Historical Materialism*, 19:3, pp. 106 -146. (2011)

CHAUDHURI, K. N. *'Trade and Civilization in the Indian Ocean: An Economic History from the Rise of Islam to 1750'*, Cambrigde: Cambrigde University Press, 1985.

ELIAS, N. *‘Escritos & Ensaio: Estado, Processo, Opinião Pública’*. Zahar: Rio de Janeiro, 2006.

- *‘O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização’*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1993.

FIORI, J. L. *“O Poder Americano”*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

- (org.). *“O Poder Global: e a Nova Geopolítica das Nações”*. Boitempo: Editorial, 2007.

-. *‘História, Estratégia e Desenvolvimento: Para uma Geopolítica do Capitalismo’*. Boitempo: Editorial, 2014.

FRITSCHY, W. “a ‘Financial Revolution’ Reconsidered: Public Finance in Holland during the Dutch Revolt 1568-1648”. *The economic History Review, New Series*. Vol: 56, n.1, pp: 57-89, 2003.

FRUIN, R. *‘Tien Jaren uit den Tachtigjarigen Oorlog, 1588-1598’*. DBNL: 2008.

ISRAEL, J.I. *‘Dutch Primacy in World Trade: 1585-1740’*. Oxford: Clarendon Press, 1989.

-. *“The Dutch Republic: Its Rise, Greatness, and Fall 1477-1806”*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

KISSINGER, H. *‘Diplomacia’* Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2012.

KENNEDY, J. *“Ascensão e Queda Das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000”*. Editora Campus: Rio de Janeiro, 1989.

GLETE, J. *‘Warfare At Sea, 1500-1650: Maritime Conflicts and the Transformation of Europe’*, Taylor & Francis e-Library, 2001.

- HANNO, B. 'Baltic Connections: changing Patterns in Seaborne Trade', In:
- 't HART, M. 'Cities and Statemaking in the Seventeenth Century in the Dutch Republic, 1580-1680', *Theory and Society* 18, pp: 663-89, 1989.
- . 'The Dutch Wars of Independence: Warfare and Commerce in the Netherlands, 1570-1680'. London and New York: Routledge, 2014.
- HAYCOCK, R.G. 'Prince Maurice (1567-1625) and the Dutch Contributions to the Art of War', *Canadian Journal of Netherlandic Studies*, 14, 1 S. 53-65 (1993).
- MAINKA, P. J. 'A Luta Européia entre as Dinastias dos Habsburgos e dos Valois pela Borgonha e Itália (1477-1559)', *História: Questões & Debates*, Curitiba, Editora UFPR n.38, p.185-224, 2003
- MALTBY, W. 'The Reign of Charles V', Mac millan, Palgrave, 2002.
- MARX, K. 'Capital: volume 1', Moscow: Progress Publishers, 1965 [1867].
- METRI, M. 'Poder, Riqueza e Moeda na Europa Medieval: A Preeminência Naval, Mercantil e Monetária da Sereníssima República de Veneza nos Séculos XIII e XV', Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014.
- PANIKKAR, K.M. 'A Dominação Ocidental na Ásia: Do Século XV aos Nossos Dias', Rio de Janeiro, Paz e terra, 1997, 3 edição.
- PARKER, G. 'The Army of Flanders and the Spanish Road 1576-1659: The Logistics of Spanish Victory and Defeat in the Low Countries' Wars', Cambridge: Cambridge University Press, 1972.
- STRANGE, S. 'States and Markets', London e New York, Continuum, 1988.
- TILLY, C. "Coerção, Capital e Estados Europeus: 990-1992". São Paulo: EDUSP, 1996.

TRACY, J. D., *'A Financial Revolution in the Habsburg Netherlands: 'Renten' and 'Rentiers' in the county of Holland 1515-1565'*. Berkeley: 1985.

-. *"The Founding of the Dutch Republic: War, Finance and Politics in Holland, 1572-1588"*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

TRACY, James D. *"Holland Under Habsburg Rule, 1506-1566: The Formation of a Body Politic"*. Berkeley: University of California Press, c1990 1990.
<http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft1779n76h/>.

WALLERSTEIN, I. *"The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750"*. California: University of California Press, 2011.

VIEIRA, P. VIERA, R. FILOMENO, F. *'Passado e Presente na análise dos Sistemas-Mundo'* São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012.